



PROJETOS
DAPP

A satellite-style map of South America is centered on the cover. The continent is shown in shades of green and brown, indicating vegetation and terrain. The surrounding oceans are a deep blue. The map is slightly tilted and serves as the background for the text.

**IMIGRAÇÃO COMO VETOR
ESTRATÉGICO DO DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO E INSTITUCIONAL
DO BRASIL**

Estudos Estratégicos
sobre Políticas Públicas

VOLUME 1

ISBN 978-85-64878-12-9

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

I29

Imigração como vetor estratégico do desenvolvimento socioeconômico e institucional do Brasil. - Rio de Janeiro :
FGV Projetos, 2012.

(Estudos estratégicos sobre políticas públicas ; 1)

ISBN 978-85-64878-12-9

1. Migração interna - Brasil. 2. Desenvolvimento social - Brasil. 3. Mudança social - Brasil. 4. Desenvolvimento econômico - Aspectos sociais - Brasil. 3. Política pública - Brasil. I. FGV Projetos. II. Série.

12-7398. CDD: 320

CDU: 32

15.10.12 23.10.12

039861



**PROJETOS
DAPP**

IMIGRAÇÃO COMO VETOR ESTRATÉGICO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E INSTITUCIONAL DO BRASIL

Estudos Estratégicos
sobre Políticas Públicas

VOLUME 1

ISBN 978-85-64878-12-9

FGV PROJETOS

Diretor
Cesar Cunha Campos

Diretor Técnico
Ricardo Simonsen

Diretor de Controle
Antônio Carlos Kfoury Aídar

Vice-Diretor de Projetos
Francisco Eduardo Torres de Sá

Vice-Diretor de Estratégia e Mercado
Sidnei Gonzalez

EQUIPE EDITORIAL

Editor-chefe
Sidnei Gonzalez

Coordenação
Melina Bandeira

Produção
Manuela Fantinato

Projeto Gráfico
Mária João Macedo | Patrícia Werner

Design
Carolina Borges | Camila Senna

Revisão
Luciana Aché

Fotos
www.corbis.com | www.shutterstock.com

DAPP

Diretor
Marco Aurélio Ruediger

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação
Marco Aurélio Ruediger

Pesquisadores Responsáveis
Steven Dutt Ross | Francisco Barreto Araújo

Especialistas
André de Souza Coelho G. de Andrade | Danielle de Almeida Sanches
Rodrigo de Carvalho Nippes | Pedro Gomes Andrade
Juliana Gonçalves Mayrinck | Pedro Lenhard

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS



Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar, de forma ampla, em todas as matérias de caráter científico, com ênfase no campo das ciências sociais: administração, direito e economia, contribuindo para o desenvolvimento econômico-social do país.

Sede
Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22250-900 ou Caixa Postal 62.591
CEP 22257-970, Tel: (21) 3799-5498, www.fgv.br

Primeiro Presidente Fundador
Luiz Simões Lopes

Presidente
Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-Presidentes
Sergio Franklin Quintella, Francisco Oswaldo Neves Dornelles e Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

CONSELHO DIRETOR

Presidente
Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-Presidentes
Sergio Franklin Quintella, Francisco Oswaldo Neves Dornelles e Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

Vogais
Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira e Roberto Paulo Cezar de Andrade.

Suplentes
Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de Almeida Senna, Marcelo José Basílio de Souza Marinho e Maurício Matos Peixoto.

CONSELHO CURADOR

Presidente
Carlos Alberto Lenz César Protásio

Vice-Presidente
João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos e Cia)

Vogais
Alexandre Koch Torres de Assis, Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos), Ary Oswaldo Mattos Filho, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Dante Letti (Souza Cruz S/A), Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Raquel Ferreira (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), Rodrigo Valnísio Pires de Azevedo (IRB-Brasil Resseguros S.A), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior, Sérgio Ribeiro da Costa Werlang e Tarso Genro (Estado do Rio Grande do Sul).

Suplentes
Aldo Floris, Brookfield Brasil Ltda, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Murilo Pinto de Oliveira Ferreira (VALE S.A.), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A) e Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.).
Victório Carlos De Marchi

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	07
RESUMO EXECUTIVO	11
1. INTRODUÇÃO	15
2. DESENVOLVIMENTO	21
2.1 O fenômeno das imigrações no mundo contemporâneo: Interdependência, controle e impactos	22
2.2 Migrações, políticas públicas e a “drenagem de cérebros”	27
2.3 A necessidade de políticas públicas de imigração qualificada no Brasil: aspectos demográficos	41
2.4 A geração de capital humano como gargalo para o desenvolvimento entre os países do grupo dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China)	44
2.5 As populações imigrantes como objeto de análises: abordagens e perfil demográfico da população imigrante no Brasil	51
2.5.1 Análise descritiva do perfil da população de imigrantes no Brasil	54
2.6 Taxas de desemprego em países da Europa e breves análises incluindo os EUA	75
2.7 Estrutura institucional necessária para operacionalização de políticas de Imigração	83
3. CONCLUSÃO E SÍNTESE DE APONTAMENTOS	89
ANEXOS	99

APRESENTAÇÃO

O Brasil tem demonstrado resiliência frente a crises econômicas e um auspicioso potencial de desenvolvimento projetado para as próximas décadas, os quais, atrelados ao processo de globalização, propiciam importantes oportunidades para nosso povo. Aos poucos nos consolidamos como uma das nações líderes no mundo e nos tornamos referência em questões vinculadas ao equilíbrio econômico, desenvolvimento, energia, agricultura e meio ambiente. Esse reconhecimento internacional favorece a troca de experiências com outras culturas, governos e organizações, que trazem consigo possibilidades de promover um processo dinâmico de desenvolvimento e inovação.

Dentre os diversos fatores necessários para que essas potencialidades sejam concretizadas, temos de fortalecer nossa capacidade de gerar, atrair e reter profissionais altamente qualificados. Esse é um dos principais determinantes do sucesso dos países em termos de seu desenvolvimento social e econômico, por meio da inovação e incremento tecnológico em áreas que alavancam cadeias produtivas em indústrias estratégicas.

Políticas eficazes de atração e retenção de profissionais qualificados podem promover o desenvolvimento na área de ciência, tecnologia e inovação (CT&I), contribuindo para o dinamismo da economia. Desse modo, as políticas de imigração devem estar articuladas a análises dos déficits de competências no mercado de trabalho brasileiro, de acordo com perspectivas estratégicas de curto, médio e longo prazos.

A elaboração de políticas públicas voltadas para a gestão de um sistema de mobilidade é um dos grandes desafios com os quais nos defrontaremos nas próximas décadas. A imigração deve ser reconhecida como vetor do desenvolvimento de capital humano. Para elaboração de políticas eficientes para gestão da imigração é fundamental ampliar a integração institucional e criar ferramentas efetivas de coordenação, alinhamento dos fluxos de informação, acúmulo e análise de dados e construção de consenso.

A Fundação Getulio Vargas FGV tem como um de seus pilares a missão de contribuir de forma eficiente para a inovação e a modernização das instituições brasileiras, pautada por fortes padrões de excelência e de qualidade. Como forma de ampliar o debate sobre o tema, a FGV, instituição comprometida com o desenvolvimento há cerca de 70 anos, publica Imigração como vetor estratégico do desenvolvimento socioeconômico e institucional do Brasil. O lançamento dessa publicação, a primeira da Série de Estudos Estratégicos sobre Políticas Públicas, fruto de uma parceria que conjuga o conhecimento técnico e empírico acumulado pela FGV Projetos com a pesquisa aplicada da Diretoria de Políticas Públicas (DAPP), assinala a importância da associação entre pesquisa e aplicação de conhecimento para propor pautas fundamentais à agenda pública nacional.

Cesar Cunha Campos

Diretor, FGV Projetos

Marco Aurélio Ruediger

Diretor, DAPP/FGV



RESUMO EXECUTIVO

O presente relatório demonstra que há hoje, no Brasil, a urgente necessidade de políticas públicas voltadas para atração e retenção de profissionais altamente qualificados em áreas estratégicas para o desenvolvimento socioeconômico nacional. Não se trata de fomentar o aumento da competição para os trabalhadores no mercado laboral brasileiro, mas, ao contrário, de promover o desenvolvimento de indústrias estratégicas e o avanço na área de ciência, tecnologia e inovação (CT&I), reconhecendo a imigração como vetor do desenvolvimento de capital humano.

É fundamental que as políticas públicas voltadas para atração de imigrantes altamente qualificados como forma de promover o desenvolvimento socioeconômico levem em consideração outros eixos importantes da política de imigrações, tais como a análise dos fatores que condicionam os fluxos migratórios, a necessidade de garantia dos direitos humanos a integração das populações migrantes e o imperativo da manutenção da segurança nacional. Tais políticas devem ainda considerar os impactos econômicos, sociais e políticos, sob o ponto de vista das populações dos países de origem e dos países de destino, bem como das próprias populações migrantes, de modo a prover subsídios para uma ação política responsável.

A capacidade de gerar, atrair e reter talentos, segundo uma estratégia de desenvolvimento nacional, é um dos principais fatores que determinam o sucesso dos países, em termos de seu desenvolvimento social e econômico, no mundo contemporâneo. A maior parte dos países desenvolvidos possui políticas específicas voltadas para atração e retenção de profissionais altamente qualificados no mercado internacional. Com o recente aumento dos investimentos governamentais em educação e desenvolvimento de pesquisa de ponta no Brasil, o país corre o risco da chamada “drenagem de cérebros” (*brain drain*). Além disso, o Brasil passa hoje por um processo de transição demográfica e precisa, no espaço de uma geração, promover um aumento exponencial de seus índices de produtividade. A escassez de recursos humanos é um dos principais gargalos que ameaçam o desenvolvimento econômico dos países do grupo dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China). O Brasil, em específico, padece hoje da falta de investimentos adequados em educação nas décadas precedentes, uma vez que os investimentos em educação possuem caráter incremental e levam tempo para gerar resultados. A atração de imigrantes altamente qualificados pode permitir suprir o déficit de investimento adequado em educação do passado, de modo a tirar melhor proveito do “bônus demográfico”.

Em virtude da recente resiliência brasileira frente ao ciclo de crises globais iniciado em 2008, o país vem se tornando um destino cada vez mais atraente para migrantes, o que constitui uma oportunidade ímpar para atrair talentos no mercado internacional. O Brasil tem recebido uma quantidade crescente de imigrantes com níveis medianos de qualificação, que aumentam a massa crítica do país e geram benefícios para algumas indústrias, mas que, em alguns casos, disputam vagas escassas com a mão de obra nacional. Entretanto, como veremos, é ainda relativamente tímido o número de imigrantes altamente qualificados, aptos a ocupar vagas para as quais faltam trabalhadores nacionais e, desse modo, acelerar o desenvolvimento de novas indústrias.

O Brasil deve criar políticas voltadas para o tema das imigrações em articulação com as estratégias geopolítica e comercial nacionais, uma vez que os fluxos migratórios produzem vínculos significantes e podem estreitar as relações entre nações. Contudo, para que tais políticas sejam bem sucedidas, é fundamental ampliar a integração institucional e criar ferramentas efetivas de coordenação, alinhamento dos fluxos de informação, acúmulo e análise de dados e construção de consenso. Em síntese, é necessário romper com a verticalização das estruturas burocráticas e o recorte estrito dos limites das competências dos diferentes ministérios e órgãos envolvidos na política nacional de monitoramento, gestão e controle de imigrantes. De fato, o Brasil poderia se beneficiar com a criação de uma agência

específica, capaz de catalisar iniciativas, articular os múltiplos atores institucionais envolvidos na gestão da imigração, e prover subsídios para a realização de suas visões estratégicas.

O conjunto de reflexões desenvolvidas neste estudo nos possibilitou estabelecer algumas diretrizes que devem nortear a elaboração de políticas públicas, racionais, sistêmicas e bem fundamentadas, voltadas para a atração de imigrantes qualificados como vetor do desenvolvimento socioeconômico e institucional do país. São elas:

- Basear-se nas análises dos fatores condicionantes dos fluxos migratórios e na projeção dos impactos das migrações.
- Considerar as perspectivas das populações dos países de origem, da sociedade nacional e da própria população migrante para a consecução de políticas responsáveis.
- Garantir os direitos humanos para a população de imigrantes.
- Integrar harmonicamente os imigrantes na sociedade brasileira.
- Proteger os trabalhadores nacionais.
- Assegurar a manutenção da segurança nacional.
- Considerar desenvolvimento demográfico, bem como os ciclos e tendências econômicas.
- Propiciar o desenvolvimento socioeconômico nos âmbitos nacional, regional e local.
- Suprir déficits de competências no mercado de trabalho brasileiro.
- Complementar a estratégia de desenvolvimento nacional na área de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I).
- Ligar-se ao estímulo e ao avanço do setor empresarial inovador e ao fortalecimento do empreendedorismo.
- Buscar contribuir para o aumento de produtividade e aporte de valor agregado à produção das indústrias alocadas no Brasil.
- Contribuir para o desenvolvimento de parcerias comerciais no âmbito internacional.
- Integrar-se à estratégia geopolítica, levando em conta negociações levadas a cabo em organismos multilaterais.
- Envolver a sociedade civil por meio de amplo debate público.
- Criar vias mais rápidas e desburocratizadas para a regularização da situação de imigrantes altamente qualificados.
- Integrar os diversos órgãos de Estado concernidos na política de imigração e propiciar meios para a negociação de consensos.
- Prover ferramentas efetivas para coordenação, alinhamento dos fluxos de informação, acúmulo, cruzamento e análise de dados.
- Prover meios institucionais para garantir a efetividade na gestão, por meio da criação de uma agência de imigração com múltiplas competências, integrando e fortalecendo matricialmente as estruturas de Estado existentes.

I

INTRODUÇÃO

Com a constante redução nos custos de transporte e com o surgimento e a popularização de novas tecnologias de telecomunicação, o fenômeno da globalização se dá com um significativo aumento da mobilidade no âmbito internacional. Observa-se a intensificação da circulação transfronteiriça de pessoas, bem como uma ampla diversificação de corredores migratórios. Ban Ki-moon, Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), argumenta que estamos entrando na “era da mobilidade”:

“[...] em que pessoas irão atravessar fronteiras em números cada vez maiores em busca da oportunidade de uma vida melhor. Eles têm potencial para se livrarem das vastas desigualdades que caracterizam nosso tempo, e acelerar o progresso no mundo em desenvolvimento afora.”¹

A chamada “era da mobilidade” se caracteriza por uma importante transformação na experiência cotidiana, que lastreia conceitos como “grupo social” e “fronteira nacional”. Nesse contexto, as fronteiras nacionais, mais do que meros limites geográficos do território de dado Estado-Nação, vêm sendo crescentemente percebidas como mecanismos seletivos de controle de fluxos de pessoas, bens, serviços, capitais e informações, i.e., como as condições de permeabilidade que definem a constituição de coletividades, a partir das condições iniciais dadas pelas diferentes matrizes histórico-culturais e projetos políticos dos diferentes países no concerto das nações. Além disso, com o avanço da tecnologia da informação e comunicação, entre os diferentes grupos sociais passam a figurar comunidades de interesse, conectadas em redes que ultrapassam limites geográficos, políticos e legais.

Na era da mobilidade, os Estados Nacionais defrontam-se com renovados desafios e oportunidades. Faz-se fundamental compreender os diversos fatores que impelem os indivíduos a migrarem e os múltiplos impactos das migrações, levando-se em conta a complexidade gerada pela coexistência entre uma economia global crescentemente integrada e interdependente, e um espaço de relações internacionais ainda fortemente marcado por diferenças no que se refere aos regimes políticos, instrumentos de governo e aos traços culturais diacríticos que definem os mecanismos de sociabilidade e a identidade dos povos. De acordo com os pressupostos dos estudos canônicos sobre migrações, é preciso considerar condicionantes endógenos, i.e., problemas que repelem o migrante de seu país de origem e condicionantes exógenos, como incentivos e atrativos, intencionalmente ou não, oferecidos pelo seu país de destino. Entre as principais motivações endógenas estão conflitos e opressão política, crises econômicas, catástrofes ambientais, fuga de obrigações ou de penas legais e/ou fiscais, perseguições étnicas ou religiosas etc. No que se refere às motivações exógenas, podemos citar oportunidades no mercado de trabalho, diferenciais de salário, oportunidade de educação, busca por qualidade de vida, alianças matrimoniais e mesmo atrativos ambientais, como clima e paisagem. Em todo caso, é preciso considerar não apenas os benefícios, mas também os custos nos quais se incorre ao migrar. Entre esses, podemos citar tanto custos tangíveis, tais como os gastos com transporte ou com burocracia, abandono de propriedades e liquidação de bens materiais, quanto os custos intangíveis, por vezes ainda mais relevantes, como a separação de parentes, a dificuldade de adaptação a novas culturas e de integração em sociedades dessemelhantes. É fundamental levar em consideração o modo como o período de mudanças sociais e paradigmáticas, como aquelas geradas pelas importantes transformações tecnológicas (sobretudo na área de telecomunicações e transportes) em meio às quais vivemos, acarreta alterações na percepção dos benefícios e custos envolvidos na decisão de emigrar².

Saskia Sassen foi uma das primeiras a argumentar a necessidade de identificar os processos que transformam os fatores condicionantes das migrações como requisito para que se possam criar mecanismos que permitam valer-nos dos fluxos migratórios como vetor de desenvolvimento socioeconômico³. Em decorrência da reestruturação da economia global, a circulação de trabalhadores deve, cada vez mais, ser considerada segundo suas inter-relações com a circulação de capital, serviços, informações etc. Segundo Sasaki e Assis, o investimento estrangeiro, por exemplo, tornou-se uma variável fundamental para que possamos entender os fluxos migratórios internacionais⁴. Hoje, na maior parte dos países do chamado mundo desenvolvido, existem políticas públicas especificamente voltadas para a regulação dos fluxos migratórios e, mais propriamente, para atração de imigrantes com determinados perfis de qualificação. O estabelecimento de categorias específicas de autorizações de ingresso tem por objetivo favorecer a entrada de imigrantes com certos perfis intelectuais, técnicos e/ou profissionais, de acordo com a estratégia de desenvolvimento dos países e as carências de seus respectivos mercados de trabalho⁵.



A captação internacional de talentos, central nesta análise, está associada ao fenômeno do êxodo de pessoal altamente qualificado a partir de países que, de alguma forma, arcaram com os custos de sua educação. Sabemos que parte dos brasileiros com alta qualificação profissional e educacional emigra em decorrência não apenas da existência de atrativos, como melhores oportunidades de salários, qualidade de vida ou solidez das instituições de pesquisa, mas também em decorrência da existência de políticas públicas assertivas e institucionalizadas voltadas para facilitar a regularização da permanência legal do imigrante com alta qualificação nos países que os recebem. Deve-se ter em mente que nações desenvolvidas observam criteriosamente esse tipo de políticas, que são utilizadas de forma mais ou menos extensiva de acordo com seus interesses estratégicos. No presente caso, não se trata apenas de saber se o Brasil necessita de uma revisão de sua política atual, mas também de apontar os arranjos institucionais necessários para viabilizar a execução de uma política de gestão de imigrações, qualquer que seja ela.

Em vista da crescente importância do Brasil no cenário econômico global, e frente aos mecanismos de atração de profissionais qualificados estrangeiros de que se utilizam os países desenvolvidos, verifica-se a carência de foco estratégico que oriente a política migratória no Brasil, de modo a tirar proveito de seu novo status no cenário político e econômico internacional. De fato, a crescente atratividade da economia brasileira, somada à patente carência de mão de obra qualificada em diversos setores da economia do país, indica que há necessidade de uma urgente formulação de um conjunto de políticas públicas voltadas à atração de imigrantes qualificados, sobretudo se consideramos o enorme esforço que o Governo Federal vem fazendo para elevar a produção científica e intelectual, a qualificação técnica e o potencial tecnológico nacionais.

De acordo com George Firmeza, o debate sobre migrações, seja no âmbito de organismos internacionais, órgãos públicos ou na academia, orienta-se em torno de quatro grandes eixos temáticos⁶. O primeiro eixo versa sobre o entendimento a respeito das causas das migrações. O segundo consiste na compreensão sobre modos de garantir os direitos humanos para as populações migrantes. O terceiro eixo, por sua vez, trata do debate acerca da consideração ou não das migrações irregulares sob a perspectiva da segurança nacional. Já o quarto e último eixo centra-se na avaliação dos possíveis efeitos das migrações sobre o desenvolvimento econômico e social dos diferentes países.

O presente estudo tem por objetivo abordar frontalmente uma das dimensões do quarto eixo, a saber, a atração de imigrantes qualificados como vetor de desenvolvimento nacional, sem, no entanto, perder de vista as perspectivas dos três eixos que lhe antecedem. Uma boa gestão das imigrações, feita com responsabilidade, deve levar em consideração os possíveis benefícios e prejuízos em jogo para as populações dos países de origem dos imigrantes, para a sociedade brasileira que os recebe e para a própria população de migrantes.

Para apresentar nosso argumento, dividimos esta publicação em 3 partes. Após a breve conceitualização empreendida nesta Introdução, dividimos a parte 2, Desenvolvimento, em sete subseções. Na subseção 2.1, nos dispusemos a evidenciar a necessidade de políticas públicas voltadas para o tema por meio de uma breve contextualização do fenômeno das migrações no mundo contemporâneo, indicando a crescente relevância de seus impactos; na subseção 2.2, tratamos de conceituar o fenômeno da “drenagem de cérebros” por meio

da apresentação de um breve panorama sobre as políticas públicas voltadas para a disputa por talentos no mercado internacional; na subseção 2.3, demonstramos a necessidade de implementar políticas públicas de imigração qualificada no Brasil por meio da análise de aspectos demográficos, observando uma oportunidade histórica singular para uma tomada de posição estratégica; na subseção 2.4, estabelecemos que problemas relacionados ao capital humano estão entre os principais gargalos de desenvolvimento para os países do grupo dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China), evidenciando o déficit histórico de investimento e gestão adequada do sistema de educação no Brasil; na subseção 2.5, buscamos introduzir perspectivas emergentes que permitem estabelecer ressalvas sobre como utilizar pesquisas sobre imigrações como subsídios para a elaboração de políticas públicas, e apresentamos, de maneira descritiva, o perfil da população de imigrantes no Brasil; na subseção 2.6, fazemos uma breve análise do desemprego entre os países europeus, com o objetivo de apontar a existência de excedente de mão de obra qualificada apta a ser atraída para o Brasil; na subseção 2.7, delineamos um mapa das instituições governamentais brasileiras e a árvore de macroprocessos envolvidos na execução e gestão das imigrações no Brasil. Por fim, na Conclusão apresentamos apontamentos para inovações em políticas públicas voltadas à imigração, de forma a prover meios institucionais para alcançar a efetividade na gestão estratégica de trabalhadores imigrantes.

DESENVOLVIMENTO

2.1

O FENÔMENO DAS IMIGRAÇÕES NO MUNDO CONTEMPORÂNEO: INTERDEPENDÊNCIA, CONTROLE E IMPACTOS

RESUMO

- A interdependência global, que caracteriza a contemporaneidade, contribuiu para o aumento e a diversificação dos fluxos migratórios.
- A maior parte dos países desenvolvidos conta com políticas seletivas e de controle para regulação das imigrações.
- É preciso compreender os diferentes fatores que condicionam as migrações para antecipar seus impactos e elaborar políticas adequadas.
- A alteração dos fluxos migratórios, sobretudo em períodos de crise, apresenta importantes impactos econômicos, sociais e políticos, tanto para os países de origem, quanto para os países de destino dos migrantes.
- É fundamental que haja mecanismos efetivos para o monitoramento e controle da entrada e saída de estrangeiros, assim como análises e projeções sobre os impactos das imigrações, como base necessária para a elaboração de quaisquer políticas de gestão da imigração.

De acordo com o relatório de 2009 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), existiam 195 milhões de migrantes no mundo no ano 2005, perfazendo cerca de 3% da população mundial. Em 2010, este montante chegou a 214 milhões, entre os quais 128 milhões teriam como países receptores os chamados países desenvolvidos⁷.

O sistema econômico contemporâneo é caracterizado por uma crescente interdependência entre os mercados dos diferentes países. De fato, não há, no mundo de hoje, países que tenham sido capazes de alcançar níveis de desenvolvimento socioeconômico desejáveis sem, de alguma forma, entreter um sem número de trocas combinadas com outras nações. As conexões econômicas entre os países constituem um importante fator condicionante dos fluxos migratórios. Segundo Patarra, o processo de globalização recente trouxe consigo o crescimento de uma ideologia liberalizante, que impulsionou a flexibilização de barreiras nacionais à circulação de capitais e mercadorias⁸. Martine observa que os incentivos à liberalização não alcançaram, porém, as barreiras que restringem a circulação de pessoas entre países, à exceção de países pertencentes a blocos de integração como a União Europeia e, mais recentemente, e apenas parcialmente, o Mercado Comum do Sul (Mercosul)⁹.

Segundo o estudo anual da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de 2011, observa-se um aumento da vulnerabilidade dos imigrantes, assim como a crescente hostilidade por parte da população dos países receptores, com foco em imigrantes com baixa qualificação e pertencentes a culturas ou etnias diferentes daquelas que predominam nos países de destino¹⁰. O aumento da mobilidade humana não parece ser um processo livre de contradições ou conflitos, e a contínua intensificação dos fluxos migratórios internacionais faz-se acompanhar

pela intensificação no estabelecimento de barreiras físicas (muros e cercas) e pela criação de políticas restritivas ou seletivas por parte dos países que recebem grandes influxos de imigrantes. De acordo com dados da Organização das Nações Unidas, o percentual de países desenvolvidos cujos governos adotam políticas de restrição à imigração cresceu continuamente até o fim da década de 90, sendo de 18% em 1976, de 38% em 1986 e de 60% em 1996. No entanto, com o envelhecimento da população de parte dos países desenvolvidos da Europa, observou-se uma importante redução neste percentual, que caiu para 33% em 2003. Já em decorrência dos fatídicos acontecimentos de 2001, com o ataque terrorista às torres gêmeas do World Trade Center em Nova York, as políticas de imigração têm se voltado fortemente para o incremento de estruturas de controle e segurança. De fato, observa-se no mundo desenvolvido uma aparente contradição quanto ao aumento da liberdade no que se refere à circulação internacional de informações, mercadorias, serviços e capitais, acompanhado por tentativas de restringir a circulação de pessoas¹¹.

Compreendem-se as tentativas de restrição dos fluxos de pessoas na medida em que a interdependência global não se dá apenas entre mercados. Pode-se dizer que, cada vez mais, há também uma interconexão entre campos de conflito – plantadores de papoula no Afeganistão e usuários de heroína nas grandes metrópoles americanas, a fome no Chifre da África e a imigração africana para países da Europa Ocidental, atentados terroristas e o crescimento da intolerância religiosa etc. Vivemos em um mundo em que tensões políticas, conflitos étnicos, crises econômicas e catástrofes ambientais em uma parte do planeta geram intensas pressões migratórias e restrições reativas em outras. Segundo relatório da OIM (Organização Internacional para Migração), a formulação de políticas públicas voltadas para o tema das migrações acontece hoje em um contexto suplementarmente complexo, com a crescente dependência das economias nacionais em relação aos trabalhadores migrantes, a correlata preocupação com a integração harmônica dos imigrantes nas sociedades que os recebem, e o coetâneo crescimento da atenção para as vinculações entre fluxos migratórios e questões ligadas à manutenção da segurança nacional:

“[...] em outras palavras, os impactos da migração tendem a ter ramificações mais extensas do que anteriormente, e é mais importante do que nunca que as políticas migratórias sejam sensíveis ao contexto econômico, político e social mais amplo da migração internacional.”¹²

Em especial, é preciso compreender as vinculações e impactos mútuos, entre os ciclos de crises econômicas e os fluxos migratórios. Segundo relatório da OIM:

“A crise econômica nos anos de 2008-2009, assim como os episódios anteriores de recessão, chamou a atenção para os múltiplos impactos sobre os migrantes, países de origem e países de destino, incluindo o seu retorno aos países de origem, a transferência de remessas, o desemprego entre os trabalhadores migrantes e as atitudes públicas para com os migrantes. Enquanto os trabalhadores migrantes, em certos setores mais cíclicos da economia, foram aqueles atingidos com mais força, há evidências de setores que se mantiveram relativamente incólumes, ou mesmo floresceram durante a crise. Os períodos de ‘altos e baixos’ continuarão a pontuar a atividade econômica em âmbito nacional e global, e os formuladores de políticas públicas estão se debatendo com a questão de ‘se’ e ‘como’ a questão dos fluxos migratórios pode ser gerenciada em relação a tais ciclos. Alguns dos principais desafios dizem respeito às incertezas quanto às projeções de curto e médio prazo sobre o mercado de trabalho, ao retorno dos imigrantes aos países de origem durante os tempos de dificuldade econômica, bem como sobre o tempo tomado entre a recessão ou recuperação econômica e qualquer modificação do comportamento dos fluxos migratórios.”¹³

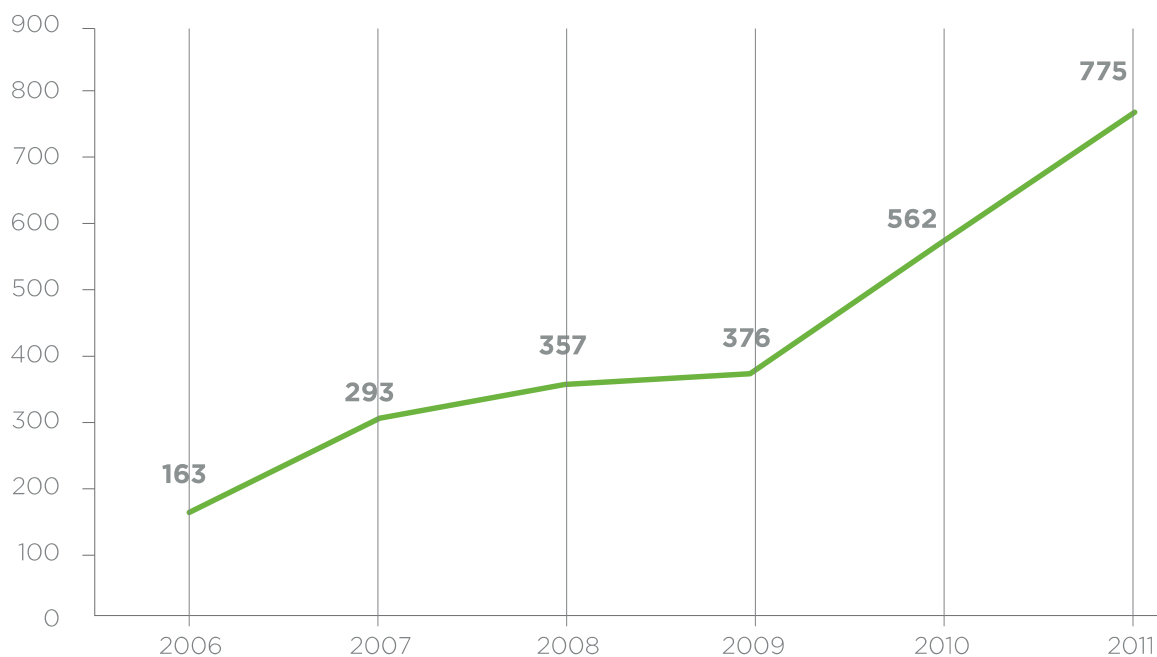
A tabela abaixo, produzida pela OIM, apresenta uma tipologia simplificada para identificar os principais impactos negativos, em termos econômicos, sociais e políticos, sobretudo em períodos de crise, a serem levados em conta por países que enviam ou recebem migrantes.

Tabela 2.1.1
Tipologia dos impactos negativos das migrações, com base nas alterações provocadas pelas crises financeiras precedentes

Impactos	Países que enviam emigrantes	Países que recebem imigrantes
Econômicos	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do desemprego como resultado de uma perda de colocações no exterior para os trabalhadores nacionais (Filipinas). • Aumento do desemprego como resultado dos regressos (Bangladesh, Indonésia, Tailândia). • “Drenagem de cérebros” (Argentina, Rússia). • Redução nas remessas (Ásia, América). 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da concorrência entre os trabalhadores migrantes e nacionais. • Aumento da imigração irregular (Coreia, Malásia). • Perda de expatriados altamente qualificados (Indonésia). • Redução no número de estudantes estrangeiros (Reino Unido).
Sociais	<ul style="list-style-type: none"> • O papel crescente de “intermediários” e agentes de migração (Indonésia, Tailândia). 	<ul style="list-style-type: none"> • Taxas crescentes de emprego entre as mulheres (EUA). • Exploração de trabalhadores migrantes (EUA, Malásia, Tailândia) • Aparecimento de novas minorias étnicas de longo prazo (Europa Ocidental).
Políticos	<ul style="list-style-type: none"> • Enfraquecimento do controle do governo central sobre a distribuição da população (Rússia). • Agitação social resultante de retornos de desempregados urbanos para as zonas rurais (Tailândia). 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da xenofobia, do antissemitismo e vigilância popular. (Canadá, França, EUA, Indonésia, Tailândia). • Aumento dos fluxos migratórios irregulares (Europa Ocidental, Rússia). • Mobilização política das comunidades étnicas (EUA).

Segundo a OCDE, é preciso considerar as grandes transições entre regimes políticos, que geralmente se fazem acompanhar por eventos de violência, como um importante fator condicionante dos fluxos migratórios. Até mesmo os processos de transição para a democracia resultariam, com frequência, no aumento da emigração, em decorrência do temor gerado pelas tentativas de supressão e pelos movimentos de retrocesso de que se fazem acompanhar¹⁴. Um bom exemplo de influência de eventos políticos sobre fluxos migratórios parece ser o do aumento da imigração de venezuelanos para o Brasil. O Gráfico 2.1.1 demonstra o aumento contínuo no número de vistos concedidos a trabalhadores venezuelanos no Brasil a partir do ano de 2006. Ainda que não possamos garantir o vínculo causal estrito, é provável que tal aumento guarde importante relação com a tensão política acumulada e com os inúmeros eventos conflituos que se seguiram às eleições presidenciais de 2006¹⁵. Além disso, é preciso mencionar o fato de que o crescimento da economia do petróleo no Brasil iniciou-se ao mesmo tempo em que boa parte dos profissionais ligados ao ramo na Venezuela passaram a emigrar¹⁶. Considere-se também que essa indústria atrai mão de obra qualificada e que há déficits de pessoal qualificado no Brasil, concorrendo para a atração de trabalhadores temporários oriundos de outros países. Em todo caso, o Brasil não está ainda entre os principais destinos dos migrantes de origem venezuelana.

Gráfico 2.1.1
Série histórica do número de vistos concedidos pelo governo brasileiro a trabalhadores imigrantes venezuelanos, 2006-2011

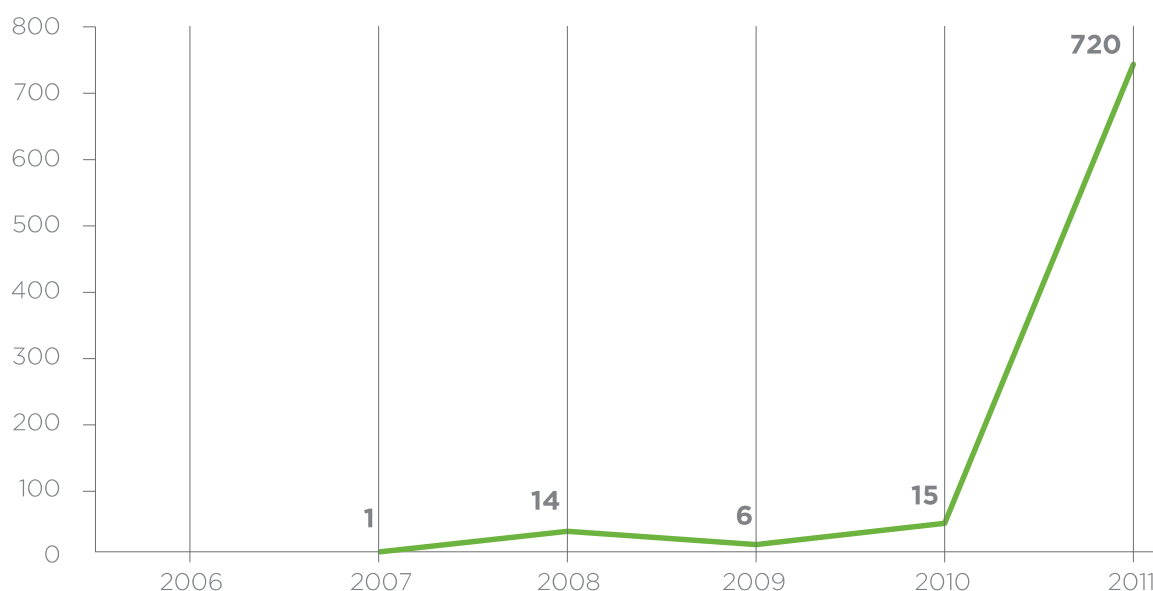


FONTE: DAPP/FGV com base nos dados do MTE.

Além de apontar a crescente interdependência global como fator condicionante dos fluxos migratórios, o estudo da OCDE de 2011 sugere adicionalmente que fatores ambientais têm apresentado um papel crescente nos movimentos populacionais. A ideia proposta é a de que o volume de pessoas deslocadas pode aumentar na mesma razão em que ocorrem mudanças ambientais e, em particular, no que se refere àquelas supostamente induzidas pelo aquecimento global, uma vez que os meios de subsistência humanos são dependentes da estabilidade dos ecossistemas locais. Assim, os desastres naturais teriam impacto significativo sobre os fluxos migratórios, não apenas em razão da

destruição direta de meios de subsistência, mas também na medida em que provocam a desestruturação de sistemas econômicos. A fome no Chifre da África ilustraria esse fenômeno, constituindo-se em um dos principais condicionantes contemporâneos das migrações internacionais. Em 2010, mais de dois milhões de pessoas atingidas por desastres naturais foram beneficiadas pelo Alto Comissariado para Refugiados da ONU (ACNUR)¹⁷. Um exemplo da influência de desastres ambientais sobre os fluxos migratórios foi o aumento da imigração de trabalhadores haitianos para o Brasil a partir de 2010. O Gráfico 2.1.2 demonstra o crescimento abrupto no número de vistos concedidos a imigrantes haitianos no Brasil a partir do ano de 2010, quando ocorreu o terremoto de enormes proporções (7 graus na escala Richter) que devastou o país. Importa também o fato de que o Brasil lidera a missão da ONU no Haiti, Minustah, tendo importante atuação nos esforços de reconstrução daquele país.

Gráfico 2.1.2
Série histórica do número de vistos concedidos pelo governo brasileiro a trabalhadores imigrantes haitianos, 2006-2011



FONTE: DAPP/FGV com base nos dados do MTE.

Um fato marcante das migrações contemporâneas consiste em que, ao contrário do que poderíamos ser levados a imaginar, a maioria dos migrantes advindos de países do hemisfério sul deslocou-se para outros países do hemisfério sul. Segundo uma estimativa feita em 2005, 58,4 milhões de migrantes oriundos de países em desenvolvimento (55%) desloca-se para outros países em desenvolvimento, contra 55,9 milhões (48%), que se deslocam para países desenvolvidos, e apenas 1,5 milhão (1,3%) que migra para países com economias de transição¹⁸. Desse modo, faz-se fundamental considerar os impactos das migrações sobre países em desenvolvimento, tanto na condição de países de origem, como na de países de destino dos migrantes.

Quaisquer políticas públicas voltadas para imigração devem levar em conta os impactos econômicos, sociais e políticos, sob as perspectivas das populações dos países de origem e dos países de destino, tanto quanto na perspectiva das próprias populações migrantes¹⁹. Além disso, ainda que tratemos das políticas de imigração sob o prisma do papel da atração de imigrantes qualificados para desenvolvimento socioeconômico nacional, é importante frisar mais uma vez a importância de não perder de vista temas como o da garantia dos direitos humanos, da integração harmônica das populações imigrantes e da manutenção da segurança nacional. Assim, é fundamental que haja mecanismos efetivos para o monitoramento e controle da entrada e saída de estrangeiros, assim como análises e projeções sobre os impactos das imigrações, como base necessária para a elaboração de quaisquer políticas de gestão das imigrações.

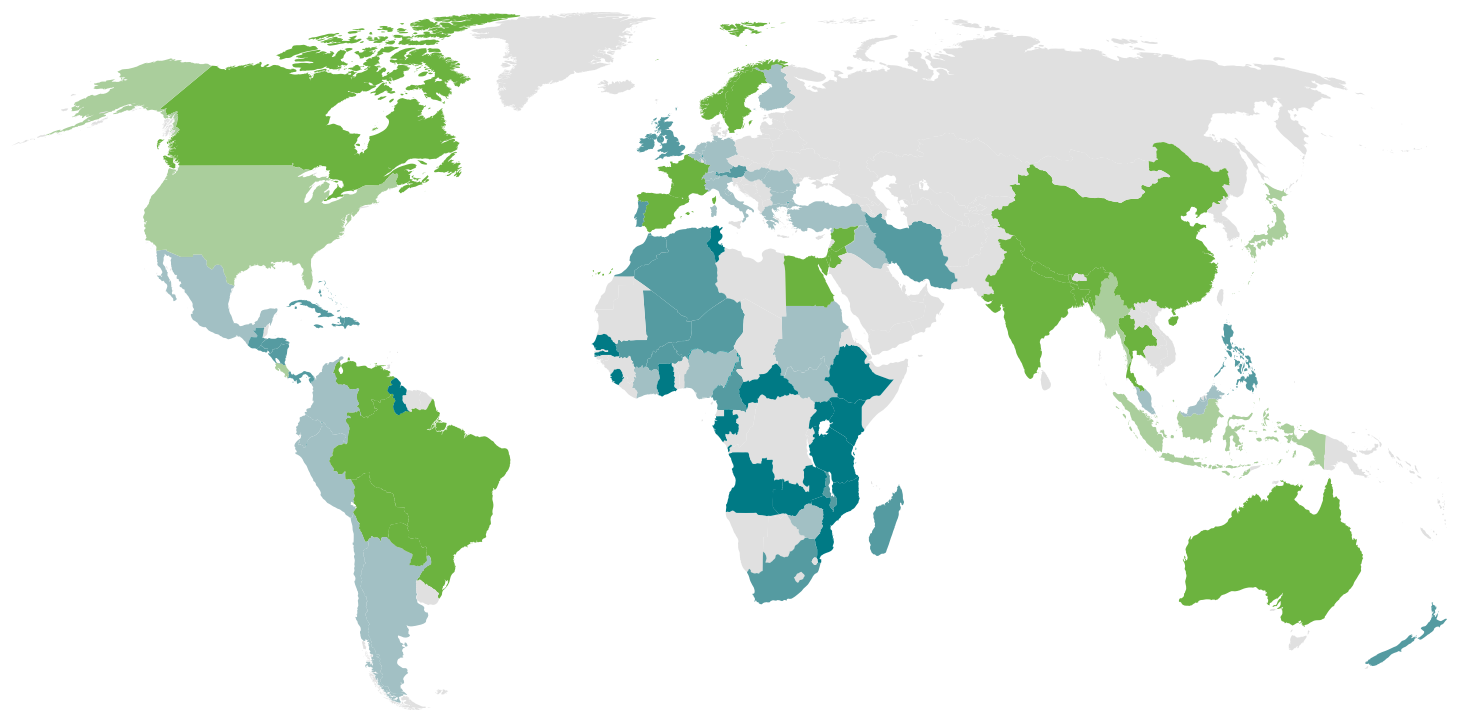
2.2 MIGRAÇÕES, POLÍTICAS PÚBLICAS E A “DRENAGEM DE CÉREBROS”

RESUMO

- Há uma crescente demanda e competição por talentos no mercado de trabalho internacional.
- No Brasil, há um risco efetivo, representado pela “drenagem de cérebros”, que deve ser minorado pela criação de políticas públicas eficientes, com o objetivo de gerar, atrair e garantir a permanência de mão de obra altamente qualificada.
- A capacidade de gerar, atrair e reter talentos, de acordo com uma estratégia de desenvolvimento nacional, com vistas a gerar incrementos de produtividade e aumento do valor agregado da produção nacional por via de processos de inovação, é um dos principais fatores que determinam o sucesso de um país no mundo contemporâneo.
- O Brasil possui hoje fluxos relativamente equilibrados de entrada e saída de pessoas altamente qualificadas, fato que facilita a construção de redes sociais e a transferência de tecnologia.
- Se o Brasil goza hoje de condições excepcionais para elaborar políticas públicas para atrair imigrantes qualificados, o risco associado à inércia política em relação ao tema é altíssimo, na medida em que o país não dispõe ainda de uma quantidade suficiente de profissionais altamente qualificados, em vista da perspectiva de manutenção e fortalecimento de sua estrutura de bem estar social.
- No mundo, a demanda por trabalhadores estrangeiros ocorre principalmente nos dois extremos da qualificação profissional, imigrantes com alta e baixa qualificação. No Brasil, percebe-se a prevalência e tendência ao crescimento no número de imigrantes com qualificação média, isto é, com entre 9 e 15 anos de estudo.
- Diante desse quadro, o governo do país deve assumir um posicionamento estratégico e elaborar políticas efetivas para atração e retenção de imigrantes qualificados, sobretudo em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional, nas quais há carência de profissionais com qualificação adequada.

Há uma crescente demanda e competição por talentos no mercado de trabalho internacional. Em função dessa demanda, surge um problema de políticas públicas, a saber, como atrair e garantir a permanência de mão de obra altamente qualificada no Brasil. Segundo a Comissão Independente sobre Migração para a Alemanha: “A competição global pelos ‘melhores cérebros’ se desenvolveu, impulsionada pela maior disposição dessas pessoas em se deslocar²⁰”. A Figura 2.2.1 apresenta um mapa no qual consta a proporção dos habitantes com diplomas universitários dos diferentes países (membros ou não da OCDE) que migraram para países membros da OCDE. Podemos constatar que diversos países africanos “exportam” mais de 20% de seus habitantes com diploma universitário, apenas para países membros da OCDE. O fenômeno da fuga de talentos também ocorre de maneira significativa no Leste Asiático e na América Latina.

*Figura 2.2.1
Mapa dos percentuais de profissionais com ensino superior completo que emigram dos países assinalados (membros ou não da OCDE) para países membros da OCDE, 2011*



Fonte: OCDE, 2011.

PERCENTUAL DE CIDADÃOS COM FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA QUE VIVEM EM PAÍSES DA OCDE.

- 1) menos de 2%
- 2) menos de 5%
- 3) menos de 10%
- 4) menos de 20%
- 5) mais de 20%
- não incluído

Segundo Goza, de 1996 a 2006, a emigração de brasileiros qualificados para os Estados Unidos aumentou 185%. Ainda segundo os dados coletados pelo autor, de 1990 a 2000, aumentou em 94,11% a proporção de brasileiros com nível superior vivendo em países da Europa, Ásia e América do Norte. De acordo com Accioly, tais dados se referem principalmente a profissionais já formados que se qualificaram no Brasil, ou mesmo no exterior, voltaram ao Brasil e emigraram posteriormente²¹. Contudo, é preciso que possamos matizar tais informações, de modo a levar em conta não apenas a população de universitários, mas também de técnicos de áreas estratégicas e pesquisadores com alta qualificação científica, os diferentes perfis de qualificação, e os impactos efetivos da saída de tais profissionais.

Para refinar a nossa análise, é preciso compreender bem conceitos-chave utilizados pela literatura sobre políticas de atração de imigrantes qualificados, tais como: “drenagem de cérebros” (*brain drain*), desperdício de cérebros (*brain waste*), ganho de cérebros (*brain gain*) circulação de cérebros (*brain circulation*). Antes, contudo, é necessário definir com exatidão o conceito de mão de obra altamente qualificada. Segundo Accioly (2009):

*“[...] trabalhadores High Skilled (de alta qualificação) são considerados indivíduos com níveis de formação educacional de, no mínimo, 16 anos. Ou seja, uma graduação completa, que inclui profissionais diversos com titulação de bacharelado: cientistas, administradores, contadores, engenheiros, entre outros. Enquanto os trabalhadores Less Skilled (de baixa qualificação) são aqueles com níveis de formação educacional com menos de 16 anos, o que pode incluir ocupações de níveis bastante heterogêneos de formação, como técnicos, policiais, tesoureiros e secretários, ou garçons, vendedores, mecânicos e motoristas e até mesmo trabalhadores da construção civil.”*²²

No presente trabalho, denominaremos três categorias para mão de obra estrangeira, baseadas na escolaridade do trabalhador e na data de referência em que foi emitido o visto de trabalho pelo Ministério do Trabalho e Emprego, sendo elas: baixa escolaridade, englobando os trabalhadores estrangeiros que possuem até 8 anos de estudo, ou, no máximo, o ensino fundamental completo; escolaridade média, para os trabalhadores estrangeiros que possuem de 9 a 15 anos de estudo, ou desde aqueles que possuem ensino médio incompleto até os que deram início a uma pós-graduação; e alta escolaridade, indicando os trabalhadores estrangeiros que possuem 16 anos de estudo ou mais, ou desde a pós-graduação completa até os que ainda cursam ou já concluíram mestrado ou doutorado. Um recorte especial foi criado para identificar os trabalhadores estrangeiros com altíssima escolaridade, considerando, os que possuem 17 anos de estudo ou mais. Nas análises em que utilizamos os dados do Censo de 2010, três categorias foram criadas para apreender os perfis de qualificação dos imigrantes no Brasil, com base no título acadêmico mais elevado adquirido pelo imigrante. São elas: não graduados, graduados e mestres/doutores. Ainda que útil para fins do presente estudo, tal constructo se baseia em evidente simplificação, uma vez que alguns dos profissionais mais disputados no mercado internacional exigem apenas conhecimentos de nível técnico, não dependendo de formação de nível superior, entre os quais técnicos de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e soldadores da indústria naval.

A expressão “drenagem de cérebros” (*brain drain*)²³ foi cunhada pela Royal Society para descrever o afluxo de cientistas e técnicos para os EUA a partir da década de 1920²⁴. A partir da disseminação, em diversos países desenvolvidos, de políticas que tinham por objetivo atrair mão de obra qualificada, o termo passou a ser amplamente relacionado à saída de profissionais com altas qualificações acadêmicas dos países em desenvolvimento em direção aos países mais desenvolvidos. Para que a “drenagem de cérebros” se caracterize, a quantidade de migrantes deve ser grande o bastante para que ocorram reflexos negativos na economia do país de origem.

*“A ocorrência deste fenômeno está geralmente relacionada a consequências negativas para os países de origem dos migrantes – especialmente para o caso de países em desenvolvimento –, por resultar em perdas de capacidade produtiva, capacidade de inovação e debilitação científica.”*²⁵

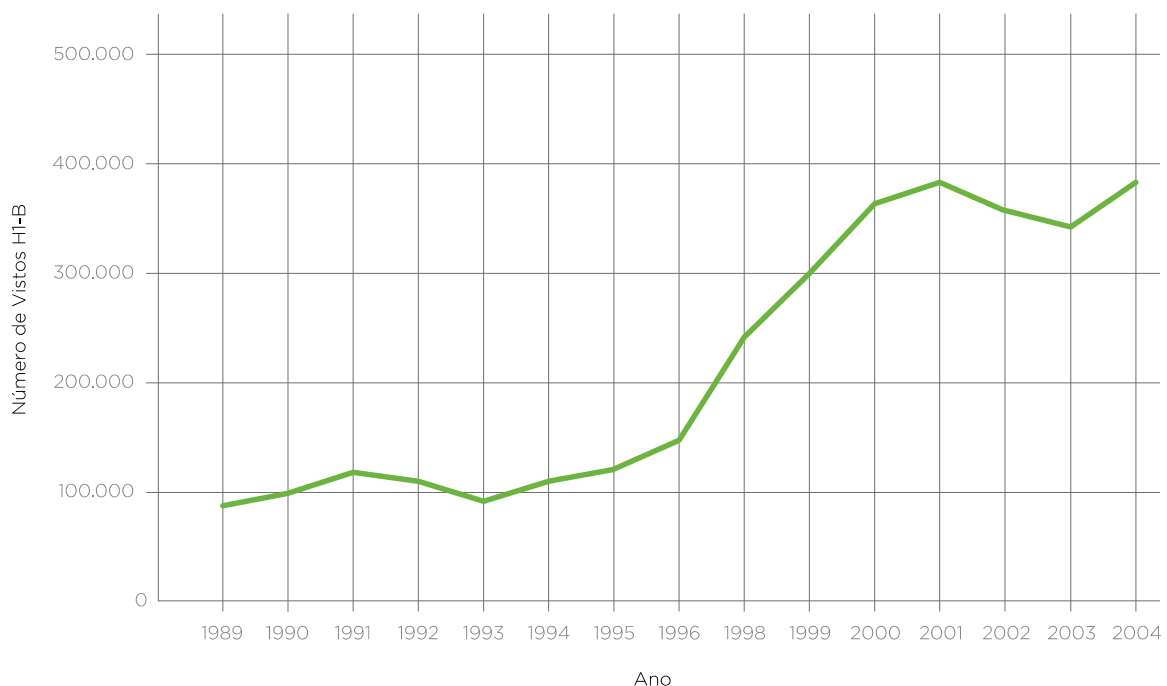
Em recente debate público, o Dr. Michiu Kaku, físico teórico notório por ser co-autor da teoria dos campos de corda, gerou polêmica ao afirmar que o Visto H-1B, concedido pelo governo americano com o objetivo de permitir a contratação temporária de estrangeiros com grandes conhecimentos em determinadas áreas de especialidade, é a “arma secreta” do sistema educacional americano, sem a qual a economia dos EUA sofreria risco de colapso, uma vez que a produção científica conduzida por pesquisadores de origem estrangeira deveria ser compreendida como o “motor da prosperidade”²⁶. Segundo Borjas e Friedberg:

“Outra mudança importante na área de políticas públicas ocorreu na década de 1990, mais pronunciadamente em fins da década de 1990, foi a expansão do programa de vistos H-1B. H-1Bs são vistos temporários, patrocinados por empregadores, para graduados que trabalham em ocupações de (especialidade). Em 2001, 58% dos titulares de vistos H-1B estavam em ocupações de informática, com outros 12% em engenharia e arquitetura. Mais de 40% tinham pelo menos grau de mestrado, e metade deles provinha da Índia. Um visto H-1B pode ser renovado por até seis anos, e as pessoas em H-1B podem requerer permanência nos EUA.”²⁷

O Gráfico 2.2.1 mostra o número de admissões de vistos H-1B entre os anos de 1989 e 2004. Em 1985, havia 47.322 vistos de trabalho concedidos para trabalhadores temporários altamente qualificados. Após o Ato da Imigração (*Immigration Act*) de 1990, o número aumentou para cerca de 100.000. Em 1996, a quantidade aumentou novamente, desta vez para 144.548. Com o Ato do Aperfeiçoamento da Força de Trabalho e da Competitividade Americana (*American Competitiveness and Workforce Improvement Act*) de 1998, o número subiu para 240.947. Em 2000, a quantidade de vistos H-1B já era superior a 355.000.

Gráfico 2.2.1

Série histórica do número de vistos H-1B concedidos pelo governo norte-americano, 1989-2004



Fonte: INS Statistical Yearbook, 1996 e 1999; U.S. Department of Homeland Security, Office of Immigration Statistics Yearbook apud Borjas e Friedberg.

Os governos podem fazer muito para minorar os problemas causados pela “drenagem de cérebros”, sobretudo por meio de políticas nas áreas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). Sabe-se que desenvolver centros de excelência para pesquisa científica e criar as condições para a inovação e empreendedorismo são algumas das medidas que tornam um país atrativo para a população altamente qualificada, seja de origem nacional ou estrangeira. O Reino Unido, por exemplo, planeja aumentar os salários dos pós-doutores em 25% e incrementar os fundos para a contratação de professores nas universidades. Na França, mais de 7.000 vagas de professores-pesquisadores foram criadas desde 1997 para reter talentos e encorajar o retorno de pós-doutores trabalhando no exterior²⁸.

O risco da “drenagem de cérebros” é efetivo. Entretanto, os países podem criar oportunidades de pesquisa, inovação e empreendedorismo em casa para estimular o retorno de migrantes, conquistando assim acesso a redes internacionais de inovação. Segundo Straubhaar:

“Assim, surge o seguinte resultado: a fim de manter e acumular capital humano, os países têm de se tornar atraentes aos imigrantes altamente qualificados em termos de abertura à inovação, fortes ligações entre a investigação e a indústria, abertura para os estrangeiros, sistemas flexíveis, baixos impostos etc. Estes fatores políticos de atratividade relativa são complementados por elementos naturais, como ar e água limpos, que são considerados atrativos pelos altamente qualificados, que podem escolher o seu local de residência de modo a maximizar seu retorno sobre investimentos em capital humano.

“Assim, a atratividade desempenha um papel importante na acumulação de capital humano. Isso, de fato, se inicia com um sistema de educação de elevado padrão. Mas este primeiro passo não é suficiente. A educação deve estar apoiada pela existência de fatores que vão reter os altamente qualificados e atrair os altamente habilitados de outras áreas/ países²⁹”.

As políticas públicas de migração devem reforçar o papel dos migrantes que retornam ao seus países de origem na promoção do desenvolvimento sócio-econômico. De acordo com o relatório da Organização Internacional de Migração de 2010:

“[...] O retorno de migrantes na sua variedade de formas tem o potencial, dentro de certas condições e circunstâncias, de contribuir para o desenvolvimento. Os retornados tomam parte no desenvolvimento de seus países de origem por trazerem consigo habilidades, know-how e tecnologias que desenvolveram ou adquiriram no exterior, além do capital financeiro que acumularam sob a forma de poupança ou benefícios sociais. Alguns criam projetos empresariais, por vezes amparados por redes sociais, profissionais, acadêmicas e de investimento.³⁰”

No Brasil, foram criadas políticas bastante interessantes com o objetivo de assegurar o retorno do estudante após sua qualificação no exterior. A principal medida adotada foi a implementação das chamadas “Bolsas Sanduíche”, que condicionam que o tempo passado no exterior deve ser complementado por um período de estudos no Brasil, em que o estudante permanece vinculado à instituição que mediou seu financiamento de estudos junto ao órgão público responsável.

Chama-se de “ganho de cérebros” (*brain gain*) os efeitos positivos da migração qualificada, tanto para o país de destino, quanto para o país de origem do migrante. Para o país que recebe o migrante, os ganhos são evidentes, expressos na

incorporação de suas habilidades e experiência ao mercado de trabalho local. Entre os possíveis benefícios que o país de origem pode obter, podemos citar: aumento de remessas de capitais (emitidas pelos trabalhadores no estrangeiro aos seus familiares), incremento no intercâmbio comercial com o país de destino e aumento das taxas de investimento estrangeiro. Além disso, tal como já mencionado, quando de seu eventual retorno, os emigrantes trazem consigo novos conhecimentos e experiências profissionais.

Sabe-se que os emigrantes podem estimular o comércio entre países e aumentar a propensão a investimentos em seus países de origem, como demonstra a experiência dos imigrantes advindos de Taiwan, Índia e China, que criaram empresas de alta tecnologia no Vale do Silício³¹.

Hoje, com o Programa Ciência sem Fronteiras, o governo brasileiro vem investindo massivamente em bolsas de estudos para brasileiros em universidades estrangeiras. Serão concedidas 75 mil bolsas até 2015, entre as quais não há apenas bolsas pra brasileiros no exterior, mas também algumas bolsas destinada a jovens cientistas de grande talento (860 bolsas) e pesquisadores visitantes especiais (390 bolsas) interessados em vir para o Brasil. Esse esforço é, sem dúvida, fundamental para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, contudo precisa ser complementado por um conjunto de iniciativas que objetivem aumentar o número de bolsas para estrangeiros interessados em residir no Brasil e atrair os brasileiros qualificados no exterior de volta ao país, mesmo que em longo prazo.

De acordo com Coentro, há uma importante clivagem entre duas matrizes de políticas públicas para a atração e admissão de mão de obra qualificada. A primeira, sob a ótica da demanda das empresas por mão de obra especializada, e a segunda, sob a ótica da oferta dessa mão de obra em âmbito global³². A primeira matriz de políticas de admissão de imigrantes qualificados baseia-se na demanda, estando centrada na ação dos empregadores. Nesse sistema, cabe aos empregadores solicitar ao governo a contratação do imigrante qualificado, cabendo aos mesmos o ônus de comprovar, junto aos órgãos governamentais competentes, a não existência de tais qualificações no mercado interno de trabalho³³. Esse sistema resulta, por razões evidentes, em altos índices de empregabilidade entre os imigrantes, além ser bastante dinâmico por contar com a participação da iniciativa privada.

A segunda matriz de políticas migratórias de admissão de imigrantes qualificados baseia-se na oferta global da mão de obra, nem sempre tomando em conta a disponibilidade de mão de obra e localização exata dos déficits de competência no mercado interno. Nesse sistema, o trabalhador estrangeiro preenche um questionário que vai atribuindo-lhe pontos proporcionalmente às suas qualificações técnicas e educacionais. Os critérios de admissão no país dependem desta pontuação. Esse sistema, baseado na oferta, tem como pressuposto a necessidade de que os indivíduos tenham formação, habilidades e conhecimentos suficientes, de modo que possam gerar benefícios econômicos e sociais para o país que os receba³⁴. O imigrante qualificado autorizado a entrar no país através deste sistema nem sempre corresponde diretamente às necessidades do mercado de trabalho e, desse modo, pode sofrer com a dificuldade para empregar-se³⁵. O sistema baseado na oferta pode facilitar o surgimento de estratégias de desenvolvimento emergentes, e *a priori* imprevisíveis, a partir do aumento da massa crítica nacional.

Também presente nos textos de fluxos migratórios, o conceito de “desperdício de cérebros” (*brain waste*) se baseia na avaliação sobre o aproveitamento do imigrante em áreas condizentes com seus conhecimentos técnicos ou teóricos, no país de destino. Nos casos em que os imigrantes são subaproveitados em relação às suas qualificações no país de destino, eles passam a ser considerados casos de “desperdício de cérebros”. Nesses casos, tanto o país de origem, quanto o país de destino findam por não se beneficiar de seu conhecimento. Na prática, a maior parte dos sistemas de

gestão de imigração bem sucedidos se baseiam na composição de elementos de ambas as matrizes públicas (enfoque na demanda ou na oferta).

No caso da migração de cientistas entre países desenvolvidos, ocorre quase sempre o que se convencionou chamar de “circulação de cérebros” (brain circulation), caracterizada pela constante realocação que permite aos diferentes países suprirem déficits específicos de qualificação por meio da circulação de profissionais. As consequências da “drenagem de cérebros” são, por razões evidentes, maiores nos países em desenvolvimento. De modo geral, supõe-se que migrantes advindos de países em desenvolvimento possuem maior propensão a permanecer nos países hospedeiros desenvolvidos. Pesquisas sobre o número de estudantes estrangeiros de doutorado nas áreas de ciência e tecnologia nos EUA mostram que 79% dos diplomados advindos da Índia e 88% dos advindos da China dos anos de 1990-91 ainda se encontravam trabalhando nos EUA em 1995. Em contraste, apenas 11% dos coreanos e 15% dos japoneses que ganharam um diploma nas áreas de ciências e engenharia nos anos de 1990-91 ainda estavam trabalhando nos EUA em 1995³⁶. A mobilidade internacional de trabalhadores qualificados pode gerar benefícios por meio da melhoria dos fluxos de conhecimento e de uma dinâmica de equilíbrio complementar entre as demandas por habilidades e conhecimentos específicos.

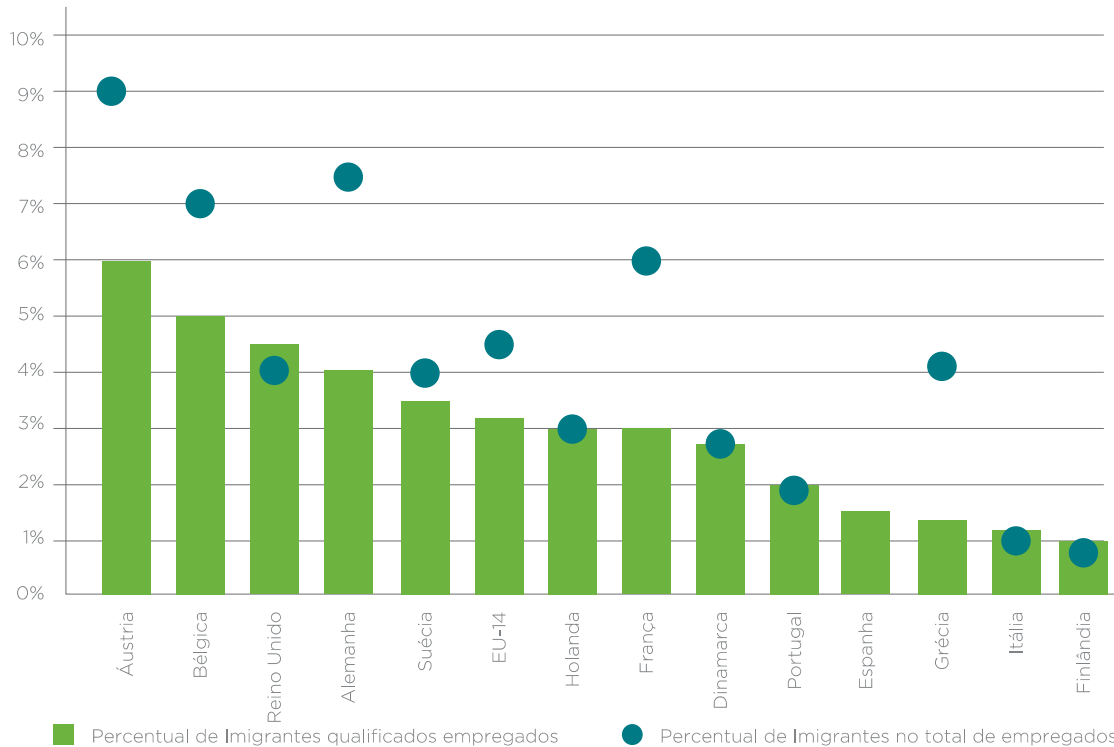
Ainda que a contribuição de trabalhadores estrangeiros qualificados para o crescimento econômico dos países de origem seja crescentemente reconhecida, é preciso lembrar que apenas alguns poucos países foram bem sucedidos em atrair os seus emigrantes talentosos de volta. A OIM estima que 300.000 profissionais altamente qualificados da África vivem e trabalham fora do continente, principalmente na Europa e América do Norte. Segundo estimativas, algo em torno de um terço da população de profissionais de Pesquisa e Desenvolvimento dos países em desenvolvimento vive em países da área da OCDE³⁷.

Os dados disponíveis sobre a migração de trabalhadores altamente qualificados são incompletos e dificilmente equiparáveis, entretanto é possível depreender das fontes disponíveis que, durante a década de 90, houve um aumento da migração de mão de obra qualificada, sobretudo advinda de países asiáticos, para países como EUA, Canadá, Austrália e Reino Unido. Esse aumento foi possibilitado pela existência de políticas de imigração seletiva em favor de imigrantes com alta qualificação, sobretudo em áreas ligadas à ciência, tecnologia e inovação, com importante destaque para a área da tecnologia da informação, ocorrido a partir da década de 90. Os gráficos 2.2.2 e 2.2.3, encontrados no texto de Cervantes e Guellec, mostram o percentual de não nacionais na população altamente qualificada empregada (barras), e o percentual de não nacionais na totalidade da população empregada (esferas).

Entre os países europeus, destacam-se Áustria, Alemanha, França e Bélgica, por terem uma grande diferença na razão entre o baixo número de profissionais estrangeiros altamente qualificados frente a uma alta proporção total de estrangeiros ocupando vagas no mercado de trabalho. Nota-se que países como Austrália, Reino Unido e Canadá, ao contrário de países como França e Alemanha, parecem atrair proporções similares de profissionais com alta qualificação e total, em relação a esta mesma proporção na composição de seu mercado de trabalho, o que indica uma política de imigração muito bem equilibrada. Entretanto, pode-se argumentar que tal se dá, ao menos em parte, pelo fato de tais países possuírem, em razão de sua posição geográfica e geopolítica, melhores condições objetivas de controle de suas fronteiras. A Austrália tem aproximadamente 25% da sua força produtiva classificada como altamente qualificada constituída por estrangeiros, seguida pelo Canadá, com aproximadamente 20%³⁸.

Gráfico 2.2.2

Percentual de não nacionais na população altamente qualificada empregada (barras), e percentual de não nacionais na totalidade da população empregada (esferas), países europeus selecionados, 1998

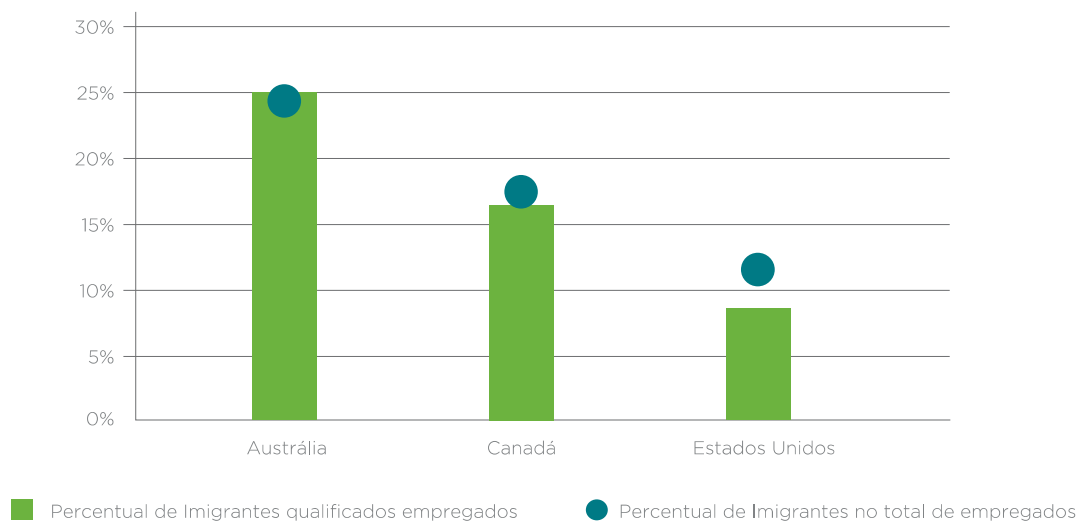


Fonte: CERVANTES e GUELLEC, 2012.

Gráfico 2.2.3

Percentual de não nacionais na população altamente qualificada (barra) empregada, e percentual de não nacionais na totalidade da população empregada (esferas), em alguns países particularmente bem sucedidos em sua política de atração de imigrantes qualificados, 2011

Os EUA são, em números absolutos, o maior pólo de atração de trabalhadores qualificados estrangeiros, tendo 40% da



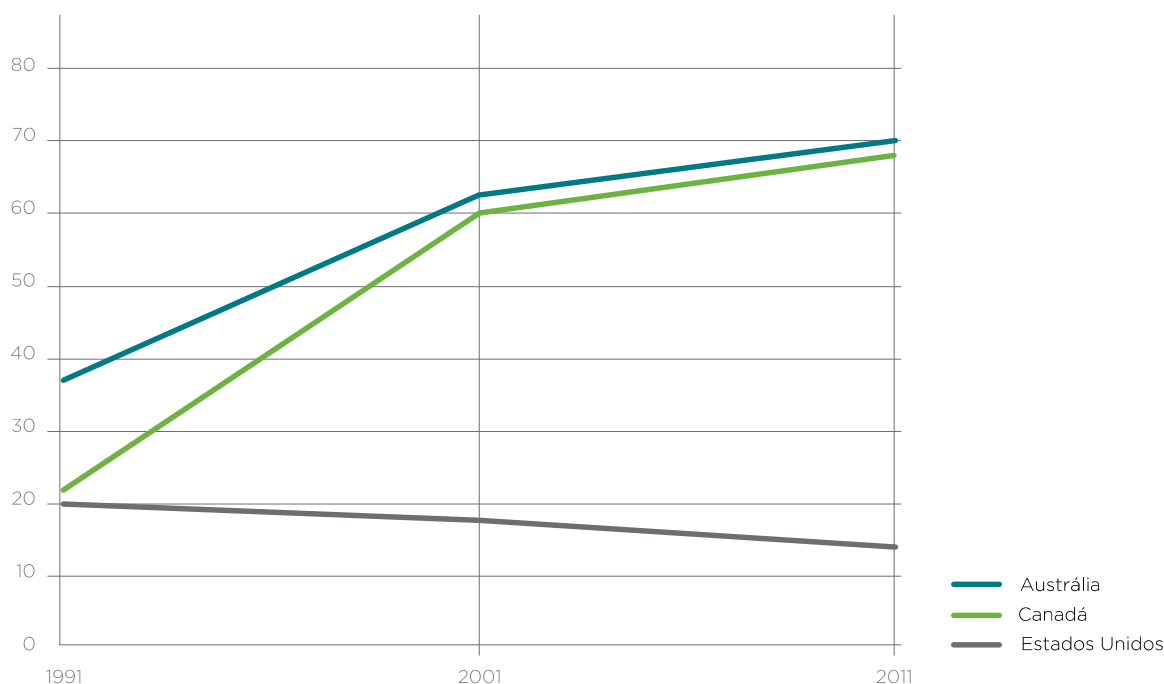
Fonte: CERVANTES e GUELLEC, 2012.

sua enorme população adulta de origem estrangeira com educação com nível terciário. Contudo, quando consideramos exclusivamente os vistos permanentes concedidos por razões econômicas (em oposição a razões de parentesco), observamos que Austrália e Canadá têm políticas consideravelmente mais agressivas. Tal fato se dá, em parte, em virtude da importância do visto temporário H-1B na estratégia de recrutamento dos EUA. De acordo com reportagem recente da revista *The Economist*, a política de países como Canadá, Austrália, Grã-Bretanha, Nova Zelândia e mesmo Chile teriam um foco maior que o dos EUA na atração de empreendedores. Segundo o gráfico 2.2.4, nas últimas décadas, o Canadá vem apresentando um impressionante aumento na proporção dos vistos concedidos por razões econômicas, em meio ao total dos vistos. Entre 1991 e 2011, essa proporção passou de 18% para 67%, enquanto nos EUA passou de 18% para 13%³⁹.

Gráfico 2.2.4

Série histórica do percentual de vistos permanentes concedidos por razões econômicas pelos governos da Austrália, Canadá e EUA, 1991-2011

A política de imigração canadense vem sendo particularmente agressiva e bem sucedida, consistindo em incentivar de



Fonte: *The Economist*, 2012.

formas plurais o ingresso de mão de obra qualificada dentro do território nacional. A mão de obra estrangeira qualificada é extremamente valorizada pelo governo, que implementa, por meio do Programa Federal para Trabalhadores com Habilidades Especiais (*Federal Skilled Worker Program*), o chamado “sistema de pontos”, que desburocratiza o ingresso dos requerentes. Esse sistema classifica os candidatos a futuros cidadãos canadenses segundo critérios que vão desde educação, passando pelo domínio da língua inglesa ou francesa, até experiências profissionais prévias. Além disso, os requerentes precisam comprovar que dispõem de dinheiro suficiente para sustento próprio e de familiares. Só a partir do cumprimento desses requisitos o estrangeiro adquire visto permanente. As empresas instaladas no Canadá também participam ativamente da atração de imigrantes altamente qualificados, recrutando, inclusive por meio de cartas-convite, talentos nas mais variadas partes do globo.

A Tabela 2.2.1 analisa, de acordo com gráficos da OCDE, as migrações não seletivas em alguns países da OCDE, no

período de 2003. O primeiro eixo analisa a quantidade de imigração permanente que o país recebe, ficando os Estados Unidos em primeiro lugar entre os países selecionados, como aquele que mais recebe migrantes permanentes, seguido por Reino Unido, Canadá, França e, bem mais abaixo, Suíça e Suécia. A tabela permite ainda observar, dentro das migrações permanentes, qual é o percentual motivado por políticas discricionárias por parte do Estado; e ainda se a migração é aceita por razões humanitárias ou familiares (tais como acolhida de refugiados políticos ou de catástrofes naturais e também a vinda motivada por parentesco) ou tão simplesmente pela livre circulação de pessoas, sem que haja controle. Suíça e Suécia têm um percentual de migração não discricionária acima de noventa por cento, seguidos pela França, com 83%. Os outros países analisados têm percentuais menores, sendo o menor o do Canadá, com 28%, que respondem em sua integralidade por aceitação motivada por razões humanitárias ou de parentesco.

Tabela 2.2.1

Migração não discricionária nos países da OCDE selecionados, 2003

Uma interessante pesquisa conduzida a partir dos dados do Escritório Nacional de Pesquisas Econômicas (National

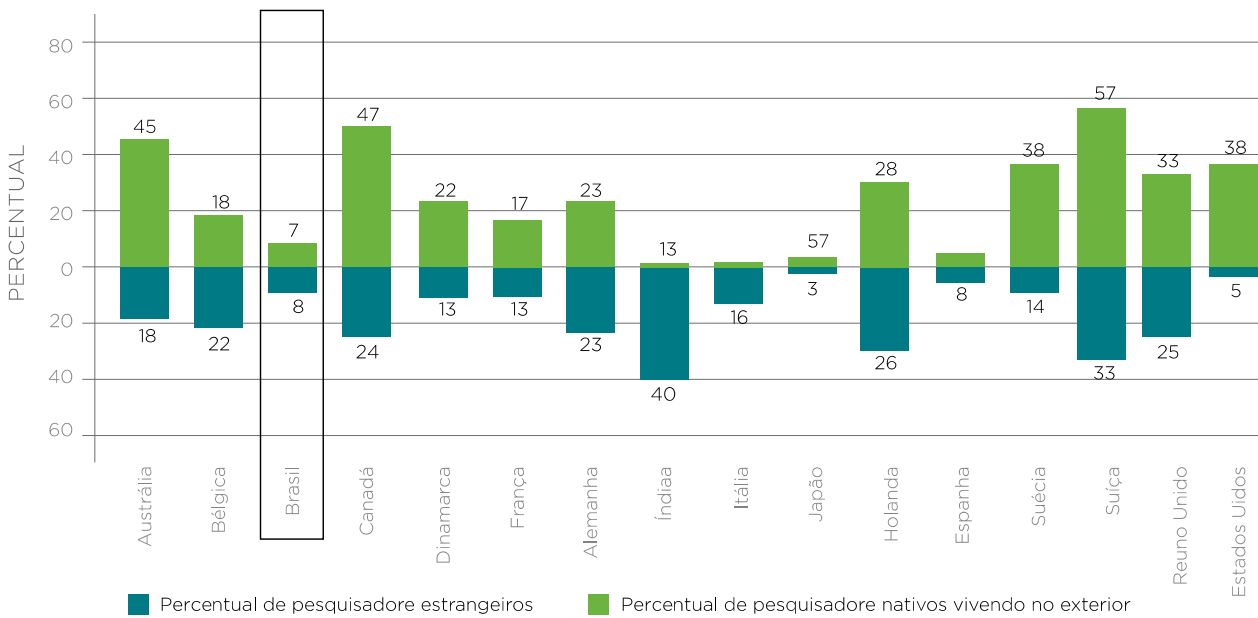
	Imigração Permanente Total (milhares)	Dos quais são Não Discricionários (percentagem)	Componentes	
			Família + Humanitário (percentagem)	Livre Circulação (percentagem)
Canadá	221	28	28	-
EUA	706	39	39	-
França	173	83	61	21
Reino Unido	244	49	23	25
Suécia	41	95	73	22
Suíça	82	94	31	63

Fonte: OCDE (2006). Os dados totais da Imigração Permanente são harmonizados em acordo com metodologia da OCDE e, desse modo, os números podem diferir em relação aos números oficiais disponibilizados por cada um dos diferentes países citados.

Bureau of Economic Research) dos Estados Unidos oferece uma visão aproximada a respeito de quais países “exportam” os seus talentos e quais se beneficiam da imigração de cientistas. Os dados são de um levantamento feito por meio do envio de um questionário para 47.304 cientistas de 16 países, que publicaram em periódicos selecionados nas áreas de biologia, química, ciências da terra e ciências ambientais no ano de 2011, entre os quais 17.182 enviaram respostas suficientes para determinar se eram imigrantes, seus países de origem e de destino. Cada um devia responder sobre o seu local de moradia atual, o país onde viveu até os 18 anos, se já havia trabalhado no exterior anteriormente e suas razões para se mudar. Segundo os dados produzidos por essa pesquisa, a Suíça seria, entre os países pesquisados, aquele com a maior proporção de cientistas de origem estrangeira, seguido pelo Canadá e Austrália. A Índia seria o país com o percentual mais baixo, seguido por Itália e Japão. A Índia seria também a maior “vítima” da “drenagem de cérebros”⁴⁰.

Gráfico 2.2.5

Percentual dos 17.182 cientistas, de 16 países pesquisados, que publicaram em periódicos selecionados nas áreas de biologia, química, ciências da terra e ciências ambientais, que emigraram de, e imigraram para, cada um dos países, 2011

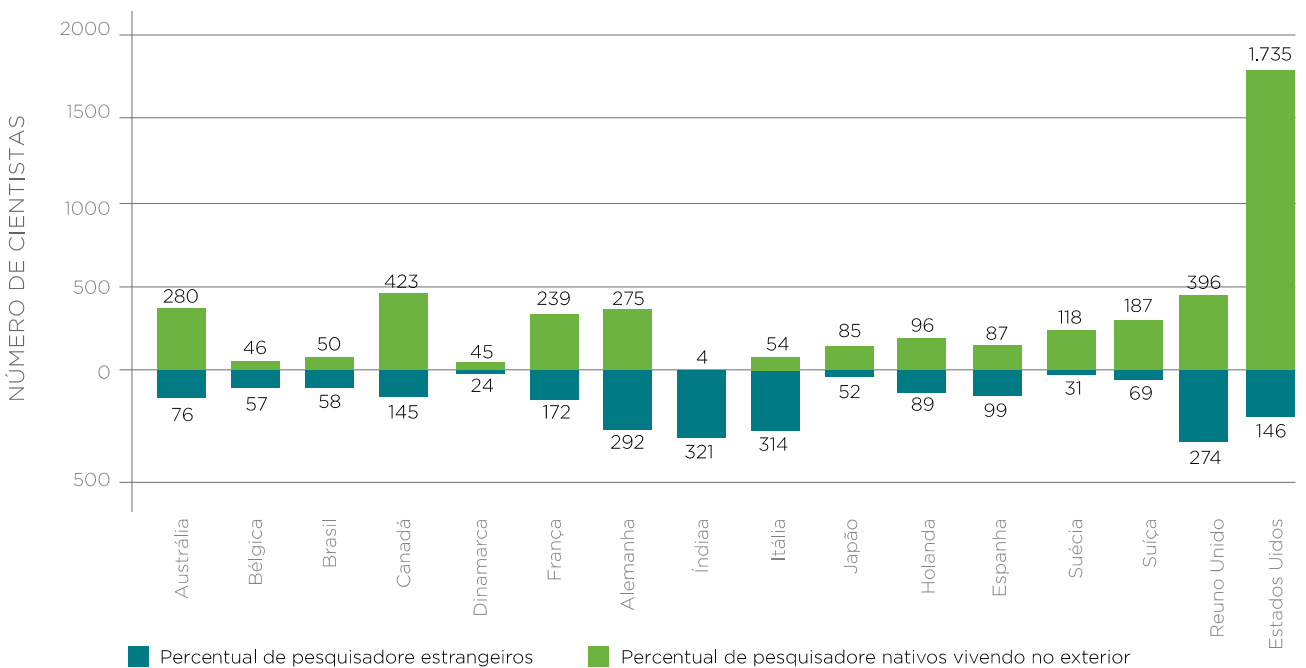


Fonte: United States National Bureau of Economic Research, apud GIBNEY, 2012.

Gráfico 2.2.6

Quantidades totais entre os 17.182 cientistas, de 16 países pesquisados, que publicaram em periódicos selecionados nas áreas de biologia, química, ciências da terra e ciências ambientais, que emigraram de, e imigraram para, cada um dos países, 2011

Ao analisar os números totais produzidos pela pesquisa, fica ainda mais clara a importância dos Estados Unidos



Fonte: United States National Bureau of Economic Research, apud GIBNEY, 2012.

como pólo de atração de cientistas altamente qualificados. Tal se deve, em grande medida, à excelência de suas universidades, tanto quanto, às políticas públicas seletivas e de atração de estrangeiros qualificados. O país que mais perde em capacidade de produção intelectual é a Índia. Entre os respondentes, a Índia perdeu, no último ano, 321 pesquisadores de alto rendimento, enquanto recebeu apenas quatro, constituindo um exemplo claro de vítima da “drenagem de cérebros”. No que se refere ao caso do Brasil, ganha relevância o comentário de Fernandes e Diniz:

“Está claro que estamos testemunhando duas tendências conflituosas em termos de migração internacional. Por um lado, o Brasil trabalha como país de emigrantes, mandando para o exterior milhares de trabalhadores qualificados, e sofrendo, portanto, com a ‘drenagem de cérebros’. Por outro lado, há um movimento em sentido oposto, marcado pela crescente chegada de imigrantes com níveis mais elevados de qualificação; fato que dá ao Brasil a condição de país que se beneficia do ‘ganho de cérebros’. Esta última tendência ganha ainda mais relevância quando brasileiros altamente educados, retornados do exterior, são levados em consideração.

Esta situação conflitiva pode, na realidade, indicar uma crescente inserção do Brasil na economia global, com os movimentos -de entrada e saída de pessoas altamente qualificadas anulando-se mutuamente. Ao mesmo tempo, o impacto dessas trocas em termos de desenvolvimento para o país pode ser altamente positivo, facilitando a construção de redes sociais e a transferência de tecnologia.”⁴¹

Países como Alemanha e França têm buscado criar políticas para atrair estudantes estrangeiros, pesquisadores e trabalhadores na área técnico-científica. Em 2000, a Alemanha lançou uma espécie de esquema de “green-card” (nome do visto de trabalho temporário alemão, semelhante ao H-1B dos EUA) para recrutar 20.000 estrangeiros especialistas em TI e, no final do ano seguinte, já haviam contratado metade desse número, advindos principalmente da Europa do Leste. Adicionalmente, economias dinâmicas asiáticas como a de Singapura têm tentado preencher sua demanda por profissionais de TI por meio de imigrantes advindos de países vizinhos, como Malásia e China⁴².

No estudo de Coentro constam os três principais fatores que, segundo Chiswick, explicam o aumento da demanda por trabalhadores qualificados por parte dos países desenvolvidos nos últimos 50 anos⁴³. Para o autor, o primeiro fator se relacionaria à revolução da tecnologia da informação e dos computadores, que ganhou escala e substância a partir dos anos 80 e 90. O segundo fator estaria associado à globalização da economia, que passou a exigir novas qualificações profissionais para responder às necessidades de novos negócios internacionais. O terceiro fator explicativo do aumento da demanda por mão de obra qualificada se vincularia à necessidade de compensar o ingresso de um número crescente de imigrantes de baixa qualificação oriundos da América Latina, África e Oriente Médio para os países desenvolvidos.

Pode-se dizer que o Brasil está entre os países que, em alguma medida, sofrem com a “drenagem de cérebros”. É razoável supor que o aumento do investimento em CT&I no Brasil deve levar a um assédio crescente sobre a mão de obra qualificada nacional. Coentro cita ainda um estudo recente do Sistema Econômico Latino-Americano e do Caribe (SELA), segundo o qual o aumento do contingente de emigrantes qualificados no mundo evoluiu de 12,2 milhões em 1990 para 25,8 milhões em 2007 (aumentando 111% no período referido). Segundo o mesmo estudo, a taxa de emigração da população qualificada ao redor do mundo situava-se em 5,6% em 2007 (contra 5,0% em 1990). No caso brasileiro, nesse mesmo ano (2007), o país contava com uma população nativa qualificada (segundo o critério do SELA) em torno de 9,5 milhões de pessoas e uma taxa de emigração qualificada de 2,3%. Embora apresentando uma taxa inferior à taxa mundial (de 5,6%), convém registrar que o número de emigrantes qualificados de origem brasileira que

se destinaram aos países da OCDE, mostrou uma elevação de 41,4% entre 2000 e 2007, enquanto a população nativa qualificada se elevou em apenas 24,6% neste mesmo período. Ou seja, segundo esses dados, pode-se constatar uma evolução considerável na proporção de emigrantes brasileiros com qualificação, relativamente ao total de brasileiros qualificados⁴⁴. Desse modo, cabe ponderar o otimismo relativo de Fernandes e Diniz com a advertência de Rios-Neto:

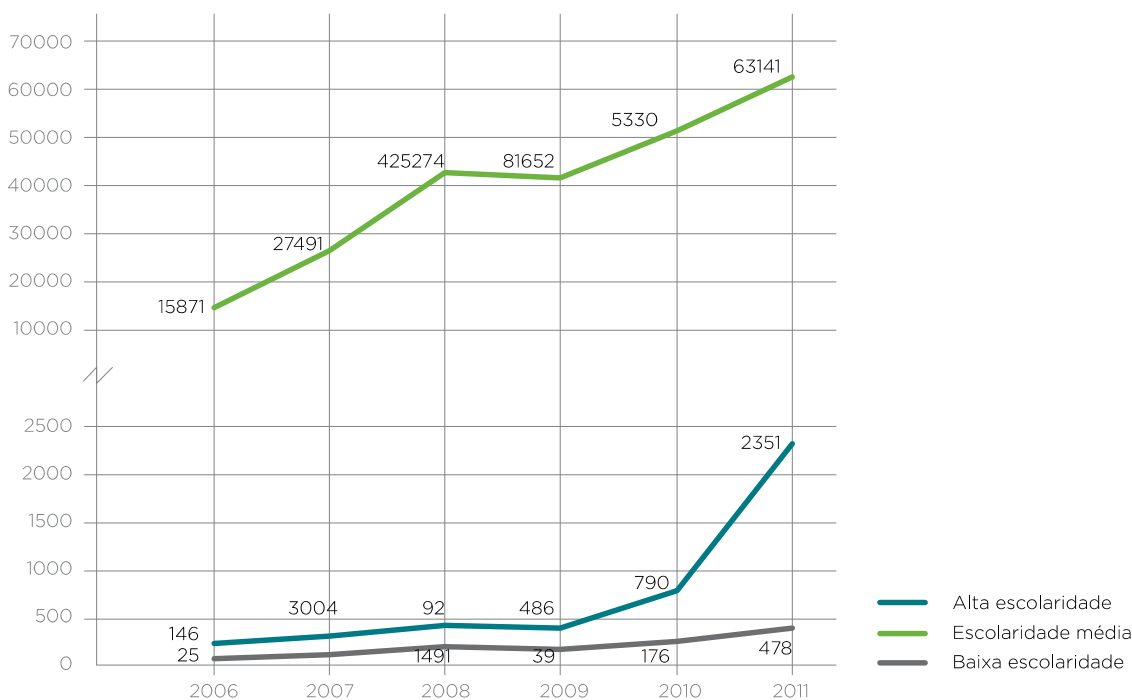
“Há pouca literatura sobre questões da drenagem de cérebros no Brasil. (...) Como uma palavra de cautela, a fuga de cérebros no Brasil pode se tornar um assunto quente no país durante a próxima década. Isso acontecerá na medida em que o declínio da fertilidade brasileira é mais forte entre as famílias com alta escolaridade. Se as poucas crianças dessas famílias emigrarem em grandes fluxos na próxima década, então as jovens gerações adentrando o mercado serão menos qualificadas, impondo choques de produtividade negativos no mercado de trabalho.”⁴⁵

Em verdade, os efeitos do declínio da fertilidade entre as famílias com maior escolaridade, mencionado por Rios-Neto, são minorados pelo formidável processo de inclusão educacional que vem sendo promovido no Brasil, tanto quanto pelo processo de ascensão de uma “nova classe C”. Contudo, vale dizer que, se é verdade que o Brasil goza hoje de condições excepcionais para a elaboração de políticas públicas para atrair imigrantes qualificados, o risco associado à inércia política em relação ao tema é altíssimo, na medida em que o país ainda não dispõe de quantidade suficiente de profissionais altamente qualificados, em vista da perspectiva da manutenção e fortalecimento de sua estrutura de bem estar social. Diante desse quadro, o governo do país deve, com máxima urgência, assumir um posicionamento estratégico. Há soluções viáveis para o problema, grande parte das quais vão no sentido de investir em educação e garantir o ‘contrabalanceamento’ da saída de talentos brasileiros, por meio da atração de talentos estrangeiros, produzindo um ajuste no “mercado de cérebros”, o que permite preencher déficits profissionais no país, i.e., atuando de modo a transformar a “drenagem de cérebros” em “circulação de cérebros”.

Coentro assinala a importância de algumas definições. De acordo com a definição contida no relatório da ONU, são considerados migrantes todos aqueles que estão vivendo fora dos seus países de origem por mais de um ano, seja com intenções de permanência ou não, incluindo-se, portanto, trabalhadores temporários⁴⁶. O referido relatório aponta para algumas importantes características dos fluxos migratórios contemporâneos, que devemos levar em consideração na contextualização das análises que se seguem, a saber: i) nos países receptores, a demanda por trabalhadores estrangeiros ocorre mais fortemente nos dois extremos de qualificação profissional, i.e., pessoal altamente qualificado e pessoal de baixa qualificação; ii) a maior parte dos migrantes é constituída por jovens ou jovens adultos, com idades entre 15 e 30 anos; iii) os Estados Unidos constituem-se no principal país de destino dos migrantes internacionais; iv) a média do nível de escolaridade dos imigrantes costuma ser maior que a média de escolaridade na população de seus países de origem, o que nos dá subsídios para reafirmar a importância do fenômeno da “drenagem de cérebros”⁴⁷.

De acordo com uma classificação baseada em três níveis – baixa (menor ou igual a 8 anos de estudo), média (de 9 a 15 anos de estudo) ou alta (16 ou mais anos de estudo) –, observamos que, no Brasil, o maior crescimento se dá entre os imigrantes que se localizam no centro do espectro de qualificação profissional. Em conformidade com o Gráfico 2.2.7, elaborado com base em dados do Ministério do Trabalho e Emprego, no Brasil, cresce vertiginosamente o número de imigrantes que possuem apenas graduação. O gráfico demonstra que, no ano de 2006, 16.042 trabalhadores estrangeiros tiveram visto aprovado. Até o ano de 2010, esse número seguiu crescendo até o patamar de 42.277, passando apenas por um pequeno decréscimo entre os anos de 2008 e 2009.

Série histórica do número de vistos concedidos a trabalhadores estrangeiros, segundo faixas de escolaridade: baixa (menor ou igual a 8 anos de estudo), média (de 9 a 15 anos de estudo) ou alta (16 ou mais anos de estudo), 2006-2011



FONTE: DAPP/FGV com base nos dados do MTE.

Percebe-se a prevalência, e tendência ao crescimento, de imigrantes com graduação superior, sob a forma de bacharelado, licenciatura ou curso técnico superior (entre 9 e 15 anos de estudo). É bem verdade que se observa também um incremento no número de trabalhadores estrangeiros pós-graduados, mestres ou doutores, porém esse aumento é ainda relativamente pouco expressivo, considerando a magnitude da demanda nacional por trabalhadores altamente qualificados.

A razão pela qual a demanda mundial por trabalhadores se dá mais fortemente nos dois extremos de qualificação profissional é relativamente simples. Enquanto os trabalhadores com baixa qualificação tomariam vagas não desejáveis, e os trabalhadores altamente qualificados ocupariam vagas para as quais não haveria trabalhadores nacionais com grau de qualificação adequada, os trabalhadores com educação média, por sua vez, competiriam mais fortemente com os trabalhadores nacionais.

No caso brasileiro, há, sem dúvida, enorme demanda por profissionais de nível técnico e graduados de diversos setores, principalmente da área técnico-científica. Contudo, é fundamental aumentar também o número de mestres e doutores com vistas a não apenas suprir os déficits de mão de obra existentes, mas a implementar uma estratégia de desenvolvimento nacional calcada sobre o desenvolvimento de indústrias de alta tecnologia ou que exijam alto conhecimento agregado.

O Brasil deve investir pesadamente na atração de estrangeiros com diferentes graus de qualificação, bem como na repatriação de talentos, que, ao retornar, tragam consigo novas experiências e conhecimentos. O êxito na conquista desse objetivo depende de um grande investimento em ciência e tecnologia e na criação de infraestrutura para gerar

produção e inovação a partir do ingresso de estrangeiros e do reingresso de expatriados no país, oferecendo-lhes instituições de pesquisa e oportunidades no mercado de trabalho à altura de suas qualificações – deve ainda haver a preocupação específica de criar vias de integração entre a academia e setores dinâmicos da economia, para benefício de ambos e em prol da emergência de um ambiente estimulante e atraente para os profissionais mais qualificados. A fim de otimizar a presença do trabalhador estrangeiro no país, pode-se também criar programas de trabalho temporário para os estrangeiros qualificados, associados à transferência de habilidades e conhecimento, assim como criar mecanismos que possibilitem reter imigrantes qualificados. A situação relativamente positiva da economia brasileira auxilia na promoção de uma política nacional de atração de imigrantes qualificados.

2.3

A NECESSIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE IMIGRAÇÃO QUALIFICADA NO BRASIL: ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

RESUMO

- O Brasil tem, durante aproximadamente uma geração, a chance de se beneficiar do “bônus demográfico”.
- Tal fato favorece o desenvolvimento econômico, contudo, para que este desenvolvimento seja sustentável em longo prazo, é preciso que haja grandes investimentos em educação e inovação, como base para gerar os ganhos de produtividade necessários à sustentação futura do sistema previdenciário.
- Com o decréscimo das taxas de natalidade, o tema das imigrações deve tomar crescente importância na agenda nacional.
- Faz-se urgente a elaboração de políticas públicas que permitam tirar proveito da oportuna coincidência entre o momentum da população brasileira no processo de transição demográfica e o fato de que o Brasil tem se tornado cada vez mais atraente para migrantes de todo o mundo.

A crise econômica mundial deflagrada no ano de 2008 teve impacto direto sobre as taxas de desemprego dos países centrais, principalmente nos EUA, Japão e países da Europa Ocidental. Deve-se apontar que os EUA tinham taxa de desemprego de 4,4% em 2006 e, com a crise, esse número passou para 8,3% em 2012⁴⁸. No Brasil, os efeitos da crise foram, comparativamente, reduzidos e passageiros, tendo a taxa de desemprego recuado de 8,4% para 4,7% em 2011⁴⁹. A reconfiguração do contexto político-econômico global, associada à carência de mão de obra observada em diversos segmentos da indústria nacional, explica o novo fluxo de estrangeiros interessados em trabalhar no país. Em 2006, os estrangeiros formalmente autorizados a trabalhar no Brasil eram 25,5 mil. Em 2011, o número saltou para 70 mil. Além disso, já é constatável a tendência de longo prazo de envelhecimento da população brasileira, evidenciando-se a possibilidade de problemas futuros para a sustentação e fortalecimento da estrutura de bem estar social brasileira. No momento, a maior parte da população se situa na faixa etária considerada economicamente ativa (cerca de 70% do total da população ocupa a faixa etária entre 15 e 64 anos). Analisemos mais detidamente o ciclo de amadurecimento de uma população, no qual se insere o conceito de transição demográfica.

O referido ciclo tem como estado inicial uma população com altas taxas brutas de natalidade e mortalidade e, conseqüentemente, com baixo crescimento vegetativo (a diferença entre a taxa bruta de natalidade e a taxa bruta de mortalidade). Em um segundo momento, observa-se uma redução progressiva na taxa de mortalidade, acompanhada da manutenção das altas taxas de natalidade, produzindo um aumento constante no crescimento da população, com a conseqüente prevalência da população jovem. A reversão efetiva inicia-se com o declínio das taxas de natalidade, produzindo uma redução no ritmo do crescimento populacional e, em vista dos altos níveis de natalidade dos períodos anteriores, observa-se um aumento proporcional da parcela da população em idade ativa. Por fim, as taxas de natalidade e mortalidade mantêm-se baixas e o crescimento da população reduz-se paulatinamente até se tornar nulo, ou mesmo negativo, gerando um aumento da proporção de idosos na população, reduzindo-se consideravelmente a proporção de crianças, assim como da população em idade ativa⁵⁰.

De acordo com o estudo do IBGE (2009), as transformações no padrão demográfico da estrutura etária do Brasil começaram a ocorrer a partir dos anos 1940, quando se notou um consistente declínio dos níveis gerais de mortalidade, não sendo acompanhada por um processo concomitante nos níveis de natalidade. Em duas décadas, a taxa bruta de mortalidade recuou de um patamar de 21 para 10 óbitos por mil habitantes. Na década de 1960, o quadro de mudança se acentuou em decorrência de quedas expressivas de fecundidade, a tal ponto que, quando comparado com situações vivenciadas por outros países, o Brasil realizava uma das transições demográficas mais rápidas do mundo.

É importante destacar que o país tem, durante aproximadamente uma geração, a chance de se beneficiar do “bônus demográfico”, o período no qual a população ativa é superior a dos dependentes econômicos⁵¹. Segundo Alves:

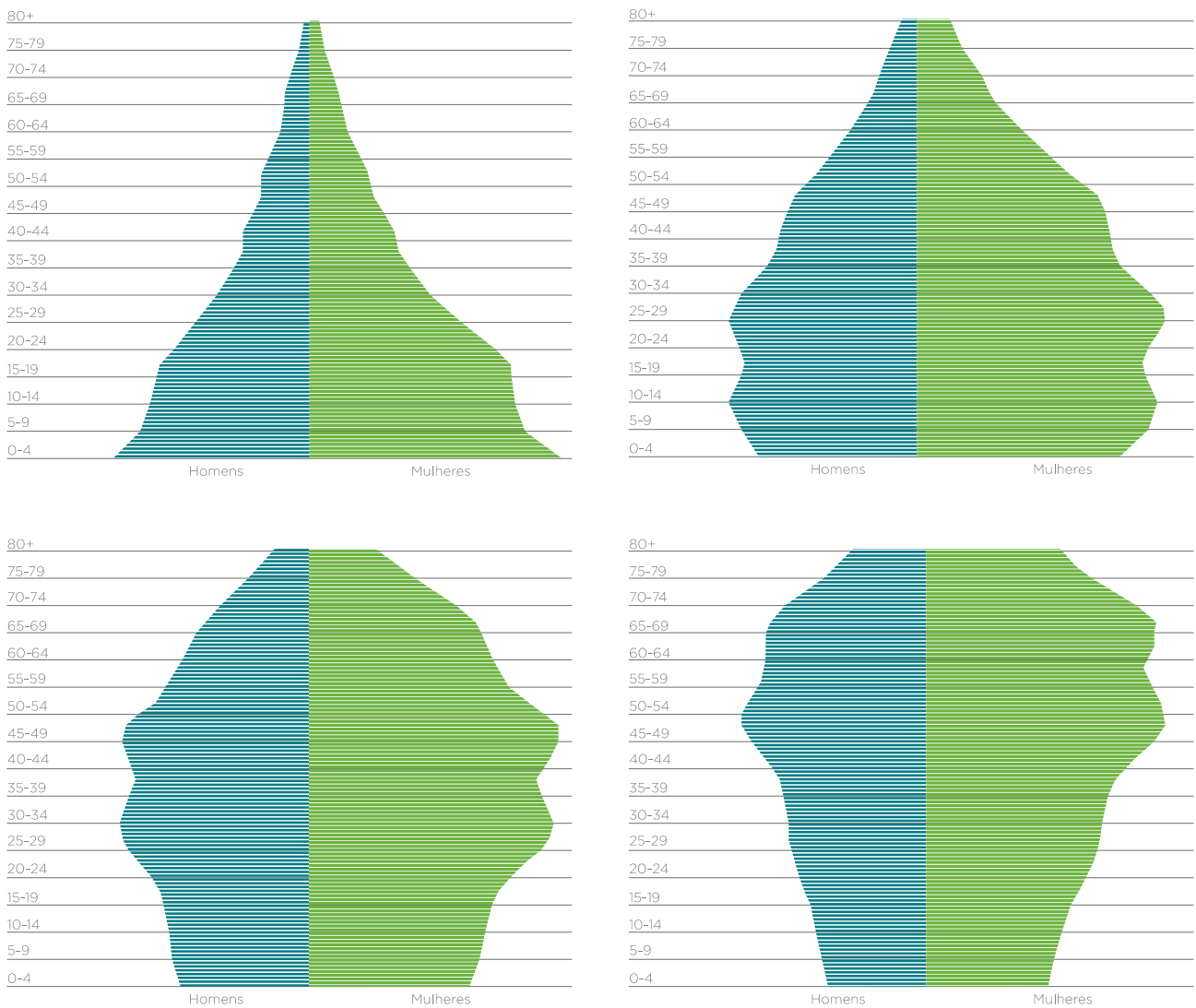
“Pelo lado demográfico, nunca na história do Brasil as condições foram tão favoráveis para romper com o círculo vicioso da armadilha da pobreza. Na primeira metade do século XXI, o Brasil vai ter uma população crescendo a taxas cada vez menores, com aumento da proporção de pessoas em idade de trabalhar e menores razões de dependência, com maior inserção feminina no mercado de trabalho e com um número crescente de homens e mulheres com maior escolaridade e, portanto, maior potencial produtivo. A queda da mortalidade infantil e o aumento da esperança de vida significam anos de vida mais longos, que podem se transformar em capital humano a serviço da elevação do padrão de vida e de aumento do capital social⁵²”.

Tal fato deve, em conjunção com outros fatores, favorecer o desenvolvimento econômico. Contudo, para que este desenvolvimento seja sustentável em longo prazo é preciso que haja grandes investimentos em educação e inovação, como base para gerar os ganhos de produtividade e competitividade necessários à sustentação futura do sistema previdenciário. Quando se inicia o processo de reversão, para que tais investimentos sejam alocados de forma eficiente, é preciso também que o país disponha de número suficiente de quadros altamente qualificados em áreas estratégicas, formados ainda na geração anterior, e capazes de liderar esse processo de mudança. Nesse contexto, a atração de imigrantes com alta qualificação deverá ter o papel fundamental de suprir, em curto prazo, o déficit de habilidades e conhecimentos, que passam a ser requeridas para o rápido salto de produtividade de que se necessita, e que poderão, em um prazo mais longo, ser providas pelo investimento em educação.

O Brasil encontra-se atualmente no início da transição, quando a taxa de natalidade começa a decair e a taxa de mortalidade permanece estável. Brito et al. (2008) estimam que, até 2050, ocorra um crescente envelhecimento da população brasileira, com pessoas acima de 65 anos chegando a perfazer cerca de 20% da totalidade da população nacional. Em 1980, a população com idade acima de 65 anos perfazia apenas 4% da população brasileira. Junto a isso,

nota-se a melhoria de diversos indicadores socioeconômicos, em áreas como emprego, educação, saúde, bem como aumento no número de políticas públicas voltadas para a resolução de problemas sociais. Subsistem, evidentemente, preocupações quanto às possibilidades de manutenção do sistema previdenciário⁵³. Além disso, partindo do pressuposto puramente econômico de que o crescimento populacional e o aumento de produtividade via CT&I são os dois caminhos que permitem, em dado mercado, neutralizar os rendimentos decrescentes que decorrem do acúmulo de capital por trabalhador⁵⁴, chega-se a conclusão de que, com o decréscimo das taxas de natalidade, o tema das imigrações – principalmente de imigrantes altamente qualificados, aptos a contribuir para o ganho de produtividade, mas também dos jovens imigrantes em geral, que possam se integrar à população economicamente ativa do Brasil – deve, nos anos vindouros, tomar crescente importância na agenda nacional.

*Gráfico 2.3.1
Projeção da evolução da composição etária e por gênero da população brasileira em quatro recortes cronológicos: 1950, 2010, 2030 e 2050.*



Fonte: IBGE.

Em um trecho do relatório da OIM que descreve tema de conferência, resume-se notavelmente o desafio:

“Os ciclos econômicos e as tendências demográficas, enquanto operam em escalas de tempo diferentes, são ambos intrinsecamente ligados à migração. Formuladores de políticas de migração são desafiados a equilibrar considerações demográficas, econômicas e de mercado de trabalho nas suas abordagens sobre temas como a mobilidade laboral, migração temporária versus permanente, migrações de famílias e de estudantes, acesso ao mercado de trabalho para os migrantes e suas famílias – para citar apenas algumas.”⁵⁵

No caso brasileiro, faz-se urgente a elaboração de políticas públicas que permitam tirar proveito da oportuna coincidência entre o *momentum* da população brasileira no processo de transição demográfica e o fato de que o país tem se tornado cada vez mais atraente para migrantes de todo o mundo, em vista da recente resiliência frente ao ciclo de crises econômicas globais, iniciado em 2008, associado ainda à projeção global que decorre da implementação de grandes programas de desenvolvimento social.

2.4

A GERAÇÃO DE CAPITAL HUMANO COMO GARGALO PARA O DESENVOLVIMENTO ENTRE OS PAÍSES DO GRUPO DOS BRICS (BRASIL, RÚSSIA, ÍNDIA E CHINA)

RESUMO

- O déficit de capital humano constitui um importante risco de gargalo para o desenvolvimento econômico dos países do grupo dos BRICS.
- O Brasil tem avançado muito em anos recentes, mas ainda possui um déficit histórico de investimento adequado em educação.
- A atração de imigrantes com alta qualificação deverá ter o papel fundamental de suprir, em curto prazo, o déficit de investimentos adequados em educação das décadas anteriores.
- O Brasil é um país com sólidas instituições democráticas e relativamente poucos conflitos de ordem política, étnica ou religiosa, fatores que fazem do país um local atraente para profissionais qualificados.

Com a crise econômica iniciada em 2008, e o conseqüente aumento das taxas de desemprego, principalmente nos EUA e nos países da Europa Ocidental, e o concomitante aumento da importância econômica global de países em desenvolvimento, sobretudo daqueles pertencentes ao chamado grupo dos BRICS, surgem possibilidades de importantes alterações nos fluxos migratórios. De acordo com John McGurk, os quatro países BRICS compartilham algumas características importantes, incluindo o rápido crescimento econômico na última década e implementação de programas por parte de seus respectivos governos com vistas a fortalecer a posição competitiva dos países por meio do desenvolvimento de capital humano⁵⁶.

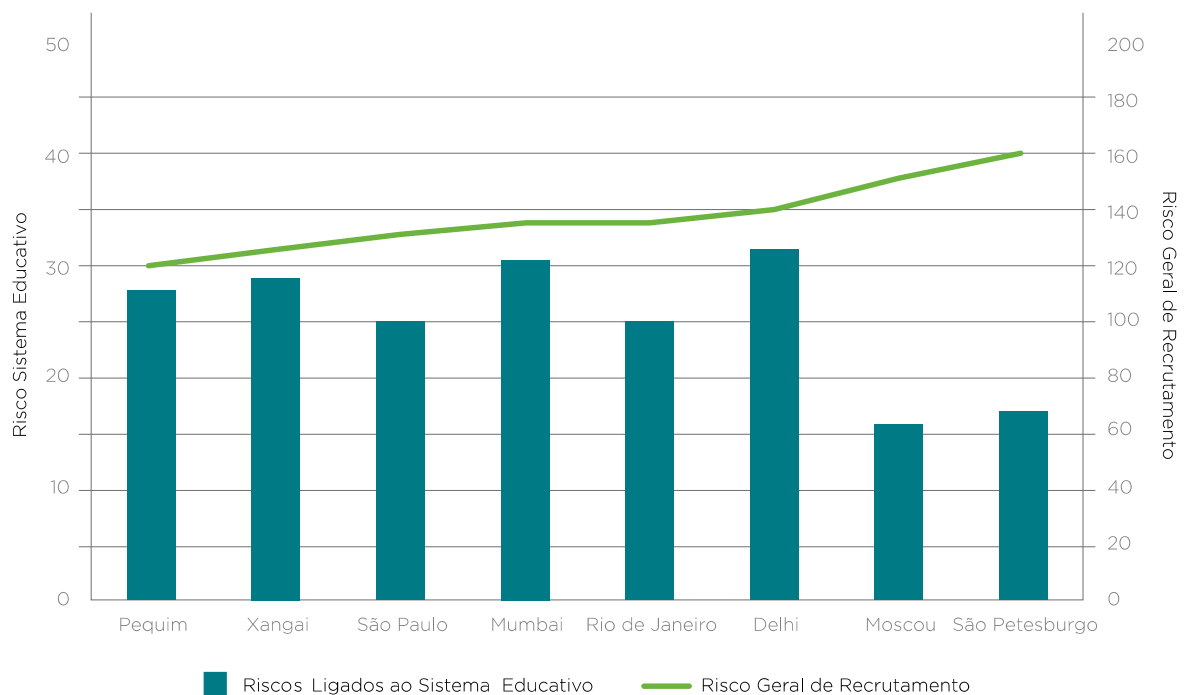
O capital humano é um determinante fundamental do crescimento econômico. Trabalhadores mais qualificados aumentam a capacidade produtiva da economia⁵⁷. Evidências recentes sugerem que a qualidade do ensino e do desenvolvimento de habilidades cognitivas é de particular importância para a qualificação do capital humano e, conseqüentemente, para o crescimento econômico dos diferentes países⁵⁸.

Em recente artigo, Foong e Lim descrevem, por meio do índice Aon Hewitt de risco de pessoal⁵⁹, os riscos associados à contratação de pessoas ou renovação de capital humano nas principais cidades dos países do grupo dos BRICs⁶⁰. Os autores demonstram que, na última década, os países do grupo dos BRICs tiveram um crescimento na participação total do PIB mundial, chegando a somar 7,1%, e o FMI estima que, em 2015, essa marca deve chegar a 29,1%. Este crescimento econômico é evidenciado pelos Investimentos Externos Diretos que esses países vêm recebendo. Para os autores, no entanto, o capital humano seria um dos fatores a ser levado em consideração para analisar a sustentabilidade e continuidade de tal crescimento. Assim, o artigo busca evidenciar os riscos relacionados ao capital humano nos países do grupo dos BRICs. Em específico, o índice Aon Hewitt de risco de pessoal leva em consideração os três principais riscos ligados ao capital humano, presentes em cada um dos estágios do ciclo de emprego, a saber: risco de recrutamento, risco de desemprego e risco de realocação. No artigo em questão, apenas o risco de recrutamento é analisado.

Segundo Foong e Lim, o Brasil tem problemas consideráveis no que se refere ao seu sistema educacional. Tais problemas ameaçariam tornar-se um gargalo para o crescimento econômico do país. O Gráfico 2.4.1 apresenta os riscos totais associados ao recrutamento e um dos seus componentes, os riscos específicos concernentes aos sistemas educacionais, nas principais cidades do grupo dos BRICs.

Gráfico 2.4.1

Índice Aon Hewitt de risco associado ao sistema de ensino (barra) e de risco geral de recrutamento (linha) para as principais cidades dos países pertencentes ao grupo dos BRICs, 2011



Fonte: FOONG e LIM, Op. cit.

Dentre as oito cidades dos BRICs analisadas na pesquisa, o Rio de Janeiro é a quarta, empatada com Nova Déli, e São Paulo é a quinta no ranking de Riscos Gerais de Recrutamento. Especificamente no que se refere aos riscos referentes ao sistema educacional, Rio de Janeiro e São Paulo encontram-se empatadas em quinto lugar, com riscos inferiores aos das cidades asiáticas e superiores ao das cidades russas. Ainda segundo os autores, os problemas no Sistema Educacional do Brasil decorreriam, em parte, da estrutura descentralizada, cara e ineficiente, executada por estados e municípios, bem como da má gestão e treinamento de professores. Além disso, a grande alocação de investimentos em educação para o sistema universitário, em detrimento da educação básica, resultaria no fato de que a maior parte dos investimentos em educação não se reverte para o benefício da parcela da população que mais precisaria de tais investimentos. Todavia, é preciso fazer um contraponto. Aghion e Howitt, por exemplo, sugerem uma distinção entre diferentes tipos de gastos com educação, atribuindo ao investimento no ensino superior o papel de aumento na capacidade de um país para gerar inovações, produzir conhecimento de ponta e gerar aumentos de produtividade⁶¹.

Ardichvil, Zavyalova e Minina demonstram que existem também diferenças significativas entre os BRICs, tanto nos índices, quanto no que se refere às suas estratégias de desenvolvimento nacional. Enquanto a Rússia e o Brasil lideram no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁶² e no Índice de Economia do Conhecimento (IEC)⁶³, como evidenciado na Tabela 2.4.2, um exame mais aprofundado de outros indicadores, na Tabela 2.4.3, fornece uma visão mais nuançada que mostra, por exemplo, o baixo número de cientistas e engenheiros no Brasil⁶⁴.

Tabela 2.4.2
Comparação dos BRICs de acordo com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)
e Índice de Economia do Conhecimento (IEC), 2012

Programas / Fatores	Países			
	Brasil	Rússia	Índia	China
Programa de desenvolvimento nacional de capital humano			+	+
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	0,813	0,817	0,612	0,772
Índice de Economia do Conhecimento (IEC)	5,66	5,55	3,09	4,47

Fonte: Banco Mundial de 2009 e Boletins de Desenvolvimento Humano (2010) apud ARDICHVIL, ZAVYALOVA e MININA, 2012.

Tabela 2.4.3

Ranking dos BRICs de acordo com os vários índices comparativos de formação de recursos humanos qualificados, 2012

	Países (por posição no Ranking)			
	Brasil	Rússia	Índia	China
Número de patentes, 2007	58	41	57	54
Exportações de alta tecnologia	39	69	54	9
Número de engenheiros e cientistas	57	34	3	52
Número de instituições de pesquisa	43	45	27	37
Número de estudantes em instituições com ensino superior (como % de um total de alunos), 2006	76	16	98	81
Acessibilidade à educação, 2006	64	89	77	120
Priorização do Governo em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	112	113	24	38

Fonte: Fórum Econômico Mundial (2009) apud ARDICHVIL, ZAVYALOVA e MININA, 2012.

Rússia e China estão liderando no que se refere ao número de patentes concedidas. China e Brasil estão à frente em exportações de alta tecnologia, com a China assumindo larga margem de vantagem. Para o Brasil, a maioria dos indicadores de capital humano apresenta-se relativamente bem. Chama atenção o *ranking* de acessibilidade à educação, no qual a Rússia fica à frente da China, e o Brasil aparece como o melhor dos BRICs. Contudo, quando se trata do percentual de estudantes em instituições de educação de ensino superior, constata-se a total superioridade da Rússia. A Índia, por sua vez, destaca-se pela excelente posição quando se trata do número de engenheiros e cientistas.

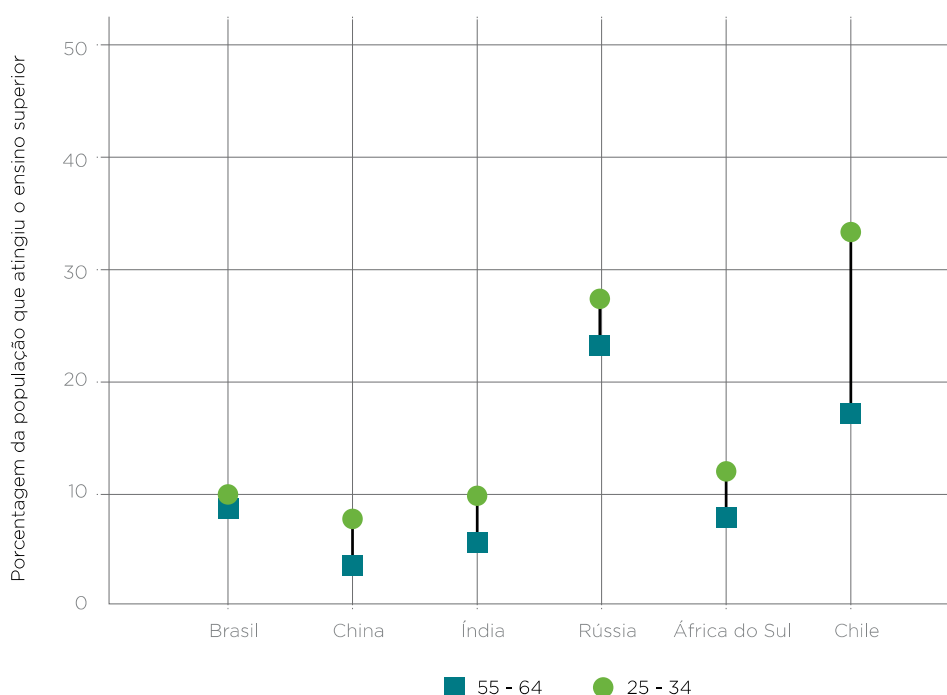
Ainda de acordo com Ardichvil, Zavyalova e Minina, é possível distinguir dois mundos distantes entre os BRICs na análise de priorização de tecnologia de comunicação e informação por parte do governo. Nesse quesito, Rússia e Brasil estão próximos no ranking na posição 112 e 113, muito distantes da Índia e China, que aparecem entre os primeiros 40 colocados. Os resultados do estudo sugerem que, em termos de capital humano presente, Rússia e Brasil estão à frente de China e Índia. No entanto, durante a última década, os governos dos dois últimos países, ao contrário dos governos dos dois primeiros, iniciaram impressionantes programas nacionais de desenvolvimento de capital humano, que incluem investimentos significativos e forte regulamentação governamental sobre o campo da educação (educação primária e secundária, educação e formação profissional e educação superior, especialmente em domínios científicos e tecnológicos).

Os investimentos da Índia em recursos humanos, ciência e tecnologia, e fortalecimento da estrutura de pesquisa e desenvolvimento datam de 1950. Hoje, o país tem dificuldades em promover a inclusão de sua imensa população no

ensino superior, mas possui importantes centros de excelência. A China, por sua vez, nos últimos anos, vem investindo pesadamente em ciência, tecnologia e inovação, associando inclusão e melhora da qualidade do ensino, culminando com o recente lançamento de um projeto para desenvolver 100 universidades com altos níveis de excelência, em âmbito mundial. Rússia e Brasil se destacam pela inclusão e têm como alvo os programas em algumas das áreas acima mencionadas, contudo faltam estratégias abrangentes e de médio e longo prazo, capazes de cobrir todo o campo da educação e coordenar o esforço de várias agências de Estado e instâncias políticas⁶⁵.

O Gráfico 2.4.4 apresenta o percentual da população que possui ensino superior por grupo de idade, para o ano de 2005. Pode-se notar que o Brasil parte de um patamar bastante inferior em relação a países como Chile e Rússia. Além disso, chama atenção o fato de que o Brasil, diferentemente dos demais países analisados, não tenha apresentado um aumento significativo no percentual da população graduada na geração que possuía entre 25 e 34 anos de idade no ano de referência (representado pelos círculos), em relação a esse percentual na geração que possuía entre 55 e 64 anos (representada pelos quadrados). É precisamente o efeito do déficit de investimentos em educação nas gerações antecedentes, que hoje são responsáveis por formar as gerações vindouras, que os programas de atração de imigrantes qualificados devem permitir minorar.

Gráfico 2.4.4
Percentual da população que atingiu a educação superior em dois grupos etários
(25 a 34 anos e 55 a 64 anos), BRICs, África do Sul e Chile, 2005



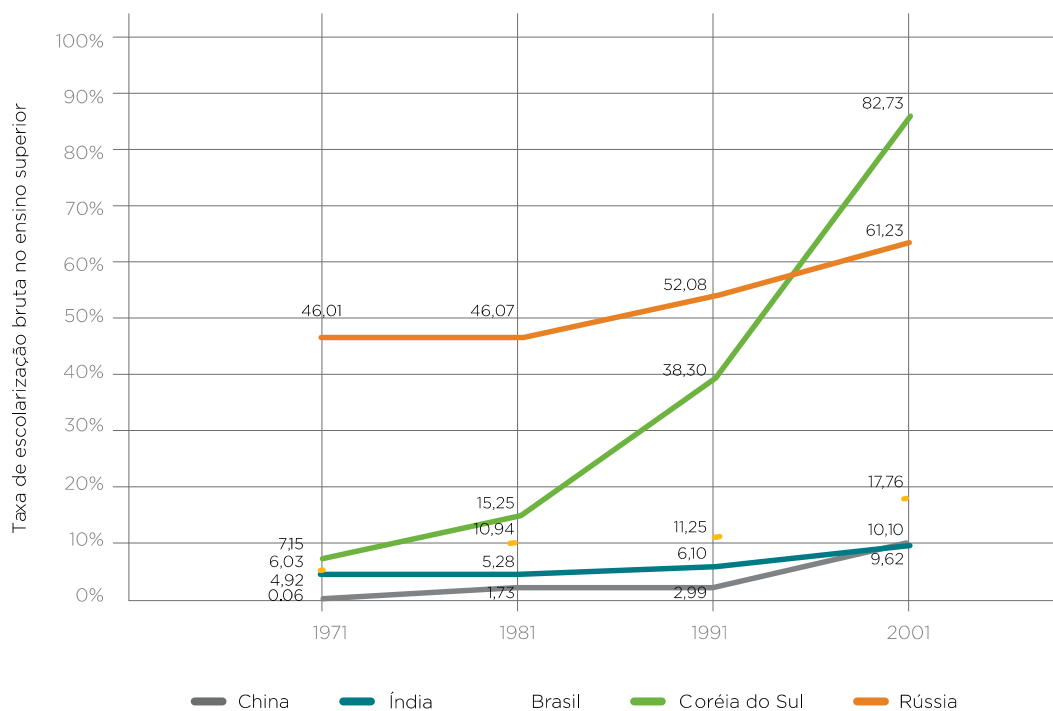
Fonte: FGV/DAPP com base nos dados da OCDE.

O Gráfico 2.4.5, a seguir, apresenta um comparativo entre a taxa de escolarização bruta no ensino superior para os BRICs e a Coreia do Sul, entre os anos de 1971 e 2001, indicando a relação entre o total de matrículas, independentemente da idade, para a população do grupo etário que oficialmente corresponde ao nível de educação mostrado. Fica clara a relativa estagnação do Brasil frente ao incrível avanço da Coreia do Sul, incluída no gráfico

por ter se notabilizado pelos investimentos em educação, que resultaram nos frutos que o país vem colhendo no âmbito da inovação e do desenvolvimento econômico. A Rússia, além de partir de um patamar muito superior ao do Brasil, apresentou um avanço relativo considerável. Mesmo a China, apesar de partir de um patamar muito baixo, apresentou, sobretudo a partir da década de 90, um avanço relativo bastante expressivo, e ainda mais significativo se levarmos em conta o tamanho de sua população.

Gráfico 2.4.5

Comparativo entre as taxa de escolarização bruta no ensino superior, BRICS e Coreia do Sul, 1971-2001
(indica a relação do total de matrículas, independente de idade, para a população do grupo etário que oficialmente corresponde ao nível de educação mostrado)

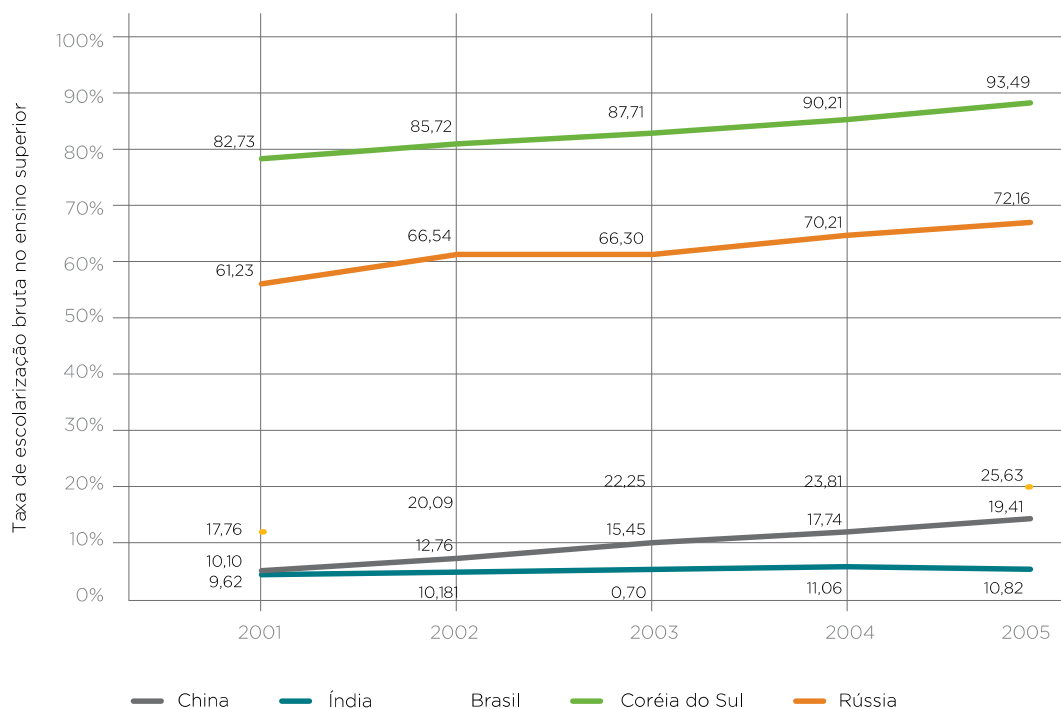


Fonte: FGV/DAPP com base nos dados do Banco Mundial.

Na sequência, o Gráfico 2.4.6 prolonga a análise do Gráfico 2.4.5 entre os anos de 2001 e 2005. Nota-se uma importante aceleração no avanço da China, lastreado sobre o avanço que resulta dos investimentos iniciados a partir da década de 90. Também é notável o avanço relativo do Brasil, no que se refere à inclusão de pessoas no ensino superior nesse curto intervalo de tempo. Contudo, é possível argumentar que os bons índices de inclusão na educação atingidos pelo Brasil em anos muito recentes não se fazem necessariamente acompanhados por um aumento correlato da qualidade da educação prestada, mesmo porque o investimento em educação possui caráter incremental e de longo prazo. A atração de imigrantes qualificados é um dos caminhos possíveis para promover o aumento de massa crítica, de modo a possibilitar uma transição mais rápida.

Gráfico 2.4.6

Comparativo entre as taxa de escolarização bruta no ensino superior, BRICs e Coreia do Sul, 2001-2005 (indica a relação do total de matrículas, independente da idade, para a população do grupo etário que oficialmente corresponde ao nível de educação mostrado)



Fonte: FGV/DAPP com base nos dados do Banco Mundial.

Tal como observado por Coentro, o Brasil tem, de fato, apresentado uma melhora substancial nos indicadores relativos à educação, em anos recentes. Não apenas na educação básica, mas também na educação de nível superior. Segundo dados do IBGE, entre 1999 e 2009, a média de anos de estudo dos brasileiros com 10 anos de idade ou mais aumentou de 5,8 para 7,2⁶⁶. Junto ao aumento de 20,3% da população economicamente ativa (PEA), ocorrido no período entre os anos de 2001 e 2009, a parcela da população que possuía ao menos curso superior completo avançou ao ritmo de 82,6%. Neste mesmo período, o número de indivíduos que obtiveram, a cada ano, títulos de mestrado (acadêmico ou profissional) e doutorado quase dobrou (93% de aumento), partindo de 26 mil em 2001, para atingir 50,2 mil em 2009⁶⁷. Uma publicação de 2010 do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos⁶⁸, com base nos dados do Censo do IBGE de 2000, calcula que, no ano 2000, aproximadamente 305 mil indivíduos com 25 anos de idade ou mais já tinham cursado ao menos um ano do mestrado ou doutorado e 68% deste contingente residia na Região Sudeste⁶⁹. Dentre eles, aproximadamente 14 mil (4,7%) eram nascidos no exterior. Pode-se afirmar, entretanto que, apesar da considerável melhora nos indicadores referentes à educação em anos recentes, parece persistir, em decorrência da carência histórica de investimentos adequados em educação, a falta de mão de obra especializada, sobretudo de pessoal técnico-científico, em diversas indústrias nacionais, entre as quais a de construção naval, petroquímica e tecnologia da informação.

Enquanto o país gasta cerca de 5% do produto interno bruto (PIB) em educação, os alunos brasileiros vêm atingindo posições baixíssimas nas avaliações internacionais⁷¹, conforme Tabela II do Anexo. É também verdade que a educação superior do Brasil, a despeito da existência de algumas “ilhas de excelência”, possui graves problemas, o que

implica que os empregadores sejam obrigados a arcar com parte dos custos de treinamento e qualificação. Segundo recomendações feitas pela OCDE em 2010, no tocante à promoção da prosperidade socioeconômica do Brasil, constam entre os principais problemas a serem superados a cobertura da educação básica e a qualidade do ensino superior como obstáculo para a promoção da inovação no país. Segundo o mesmo relatório, a qualidade da educação no Brasil pode ser melhorada por meio do aumento da relação custo-eficiência do ensino público, uma vez que os níveis de gastos já seriam relativamente elevados.

As deficiências educacionais presentes no Brasil ameaçam prejudicar o seu crescimento. Podemos considerar que o problema é ainda maior se levarmos em consideração o fato de que o Brasil não possui recursos humanos suficientes para, por assim dizer, “educar os educadores” na velocidade necessária. É precisamente nesse sentido que a atração de talentos deve integrar a estratégia de desenvolvimento nacional. Diferentemente do que ocorre com Índia e China, o Brasil é um país com sólidas instituições democráticas e relativamente poucos conflitos de ordem política, étnica ou religiosa, fatores que fazem do país um local atraente para profissionais qualificados.

2.5 AS POPULAÇÕES MIGRANTES COMO OBJETO DE ANÁLISES: ABORDAGENS E PERFIL DEMOGRÁFICO DA POPULAÇÃO IMIGRANTE NO BRASIL

RESUMO

- Além das relações estritamente econômicas dadas pela regulação entre a oferta e a demanda de vagas de emprego em determinados mercados de trabalho, é preciso considerar o modo pelo qual a pertença a diferentes coletividades (famílias, grupos étnicos ou culturais, religiões etc.) condiciona a tomada de decisão de emigrar.
- O crescente controle e reflexão sobre o fenômeno migratório trouxeram consigo uma quantidade sem precedentes de informação sobre as características dos imigrantes (gênero, idade, religião, procedência, escolaridade, etc.). Entretanto, no caso brasileiro não há muitos dados disponíveis.
- Há um considerável aumento na proporção de trabalhadores imigrantes qualificados que receberam visto para trabalhar no país.
- Há a necessidade de uma política de imigrações voltada para a atração de imigrantes qualificados como vetor do desenvolvimento nacional que leve em consideração oportunidades de desenvolvimento em âmbito regional e local.
- O governo brasileiro pode, por meio de políticas estrategicamente orientadas para atração e retenção de profissionais qualificados, tirar melhor proveito de seu atual status no cenário internacional, de modo a dar prosseguimento aos avanços já conquistados nos âmbitos econômico, social e geopolítico.



Antes de apresentarmos uma análise do perfil da população de imigrantes no Brasil, cabe apresentar, a título de ressalva, algumas das abordagens passíveis de serem dispensadas ao tema. Parte do problema em se lidar o tema das imigrações advém do fato de que o surgimento de um debate profundo sobre o tema é relativamente recente e incipiente. O desenvolvimento tardio ocorreu, em grande medida, pelo fato de que não há um quadro conceitual único apto a servir como referência para tais estudos. As pesquisas sobre migrações envolvem a quase totalidade das chamadas ciências sociais, dentre as quais podemos destacar: economia, sociologia, antropologia, demografia, geografia, psicologia social, ciência política etc. Após analisar autores clássicos, Richmond⁷² sugere que a questão das migrações vem sendo tratada mais como um efeito do processo de desenvolvimento do capitalismo, ou dos processos de industrialização e urbanização, do que como um tema em si mesmo⁷³. Consta como exemplo a abordagem dispensada ao tema pelo célebre sociólogo Max Weber, para quem o desenvolvimento do capitalismo se dá por meio dos processos de industrialização, urbanização e aumento da mobilidade populacional, e a reflexão original sobre o fenômeno da migração produzida pelo demógrafo Thomas Malthus, para quem um incremento das migrações adviria como consequência inevitável da superpopulação.

No início do século XX, a migração era encarada pelos sociólogos norte-americanos por via dos problemas sociais produzidos em decorrência do crescente fluxo populacional da Europa para as cidades americanas. Um dos estudos

pioneiros de Thomas e Znaiecki demonstrou o modo como o processo de migração atua na quebra de laços de solidariedade tradicionais, particularmente do sistema familiar, lançando os imigrantes para um novo mundo, regido predominantemente por laços sociais constituídos por relações laborais e de trocas monetárias⁷⁴. Minorias étnicas, imigrantes e mulheres estariam propensos a permanecer em indústrias e mercados de trabalho considerados marginais. Os imigrantes não contariam com redes de proteção, estando frequentemente alijados até mesmo da participação em sindicatos. Em decorrência da discriminação institucionalizada, os imigrantes, sobretudo os pertencentes a minorias, estariam mais propensos a aceitar empregos com baixa remuneração e condições precárias de trabalho, assim como empregos temporários e sem garantias trabalhistas.

Segundo Gabaccia, o crescente interesse contemporâneo pelo fenômeno migratório estaria muito marcado por análises econômicas, que tomariam os imigrantes mais como indivíduos do que por sua inserção em redes de relações sociais⁷⁵. Ainda segundo o autor, uma nova abordagem sobre as migrações internacionais vem emergindo, tomando como ponto de partida a constituição de um espaço transnacional de relações, que perpassa fronteiras culturais, geográficas, políticas e legais. Segundo essa abordagem, os imigrantes aparecem como parte de redes transnacionais que vinculam pessoas, projetos, interesses e instituições em diferentes partes do globo.

A abordagem econômica identificada ao cânone neoclássico defende que os fluxos migratórios internacionais seriam induzidos majoritariamente pela regulação entre a oferta e a demanda de vagas de emprego, resultando em diferenças salariais, nos diversos mercados de trabalho. Para autores neoclássicos, a decisão de migrar resultaria de um cálculo dos custos e benefícios envolvidos na migração. Nesses termos, o sucesso do migrante seria determinado por fatores como educação, experiência de trabalho, tempo de permanência no destino etc.⁷⁶

Autores como Portes criticaram a abordagem neoclássica, por considerarem que as relações econômicas não deveriam ser sobrevalorizadas, em detrimento das expectativas socialmente orientadas⁷⁷. Em outros termos, os migrantes não deveriam ser tomados primeiramente como indivíduos maximizadores, extirpados de suas relações sociais, mas sim como integrantes de estruturas sociais com comportamento complexo, que condicionam sua mobilidade espacial e socioeconômica⁷⁸.

Nos últimos anos, os chamados novos economistas da migração contribuíram para desafiar hipóteses e conclusões da teoria neoclássica⁷⁹. Autores como Massey, e Sasaki e Assis, por exemplo, sugerem que a principal contribuição da nova abordagem consiste no fato de que as razões para as migrações são melhor entendidas tomando-se como referência grupos de pessoas, e não indivíduos atomizados atuando no processo de tomada de decisão⁸⁰. O sentimento de pertença a diferentes grupos étnicos ou culturais, crenças religiosas etc. condiciona a tomada de decisão de emigrar, bem como a escolha do país de destino. Desse modo, tais autores sugerem que as famílias, ou unidades domiciliares, bem como outras unidades de produção e consumo culturalmente estabelecidas, além das redes relacionais, têm prevalência sobre os interesses dos indivíduos, e devem ser o principal foco de análise quando se trata de entender a questão das migrações. Assim, além do diferencial de renda e das políticas públicas de atração, seria preciso considerar as redes de proteção criadas por imigrantes, inclusive como artifício para minimização de riscos inerentes às flutuações dos mercados de trabalho. Um exemplo clássico seria a rede de imigrantes na grande Boston, advindos da cidade mineira de Governador Valadares⁸¹.

Em todo caso, é fundamental que, ao conceber políticas de imigração, sejamos capazes de levar em consideração questões econômicas, questões relativas ao modelo de sociedade que pretendemos constituir e o modo como

pretendemos integrar os imigrantes à mesma. De acordo com relatório da OIM:

“Em conclusão, opções políticas oscilam entre tomar a migração como um fator estrutural demográfico e de mercado de trabalho, ou em tratá-lo como meramente auxiliar, não muito relevante para o futuro demográfico e econômico de um país. A realidade é que, dadas as disparidades entre os mercados de trabalho em âmbito global e regional e as tendências demográficas, as migrações tornaram-se essenciais para o crescimento econômico, desenvolvimento e competitividade. Estratégias eficazes deveriam buscar equilibrar, considerações de longo e curto prazo, conciliar os interesses dos países de origem e de destino dos migrantes, e zelar pela coerência máxima entre a política de migração e de outras áreas, especialmente investimentos, incentivos e regulações, relativos aos mercados de trabalho, além de questões relativas ao emprego, família, educação e treinamento. Por fim, ainda que se possa argumentar qualquer uma das posições em debate, a decisão final é de ordem política, dependente do contexto, e deve ser baseada em um consenso social e considerações éticas. A máxima de que a migração trata de pessoas, e não de fatores de produção, permanece tão válida como sempre. Desse modo, as decisões de políticas públicas devem levar em conta igualmente as demandas econômicas e de mercado e as prioridades de desenvolvimento humano dos indivíduos e das sociedades.”⁸²

Em outros termos, é preciso fazer a ressalva de que a política de imigração não deve visar apenas a lógica do desenvolvimento econômico, sendo fundamental atentar para as múltiplas e plurais contribuições dos novos imigrantes para o país.

2.5.1

ANÁLISE DESCRITIVA DO PERFIL DA POPULAÇÃO DE IMIGRANTES NO BRASIL

Entre os anos de 1986 e 1991, a entrada de imigrantes internacionais no Brasil totalizou apenas aproximadamente 66 mil, dos quais uma parcela equivalente a 47% era representada por brasileiros vivendo no exterior que retornavam para o país. Entre 1995 e 2000, o ingresso de imigrantes internacionais totalizou 144 mil, dentre os quais 61% eram brasileiros retornados. Entre os retornados, aqueles advindos dos Estados Unidos possuíam, em média, formação educacional por um período de 11 a 16 anos de estudo⁸³.

Dentre os estrangeiros ingressados no país, 48,7% eram originários de países da América Latina, 22,5% da Europa e 7,7% dos Estados Unidos. No que se refere aos anos de estudo e à qualificação dos imigrantes estrangeiros no Brasil, consta que, entre 1986 e 1991, 57,2% deles possuía 12 anos de estudo ou mais. Entre os anos de 1995 e 2000, este percentual subiu para 58,1%. Tal situação significou um aumento de 53% no montante da mão de obra qualificada entre os dois quinquênios⁸⁴. Na década seguinte, observa-se um crescimento dessa tendência. Deve-se assinalar o fato de que, nos últimos 20 ou 30 anos do século XX, o Brasil havia se tornando um país de emigrantes internacionais⁸⁵. No entanto, com o aumento do impacto da recessão global no mundo pós 2008, há uma reconfiguração do fluxo migratório no mundo e, conseqüentemente, o Brasil voltou a ser um país atraente para estrangeiros.

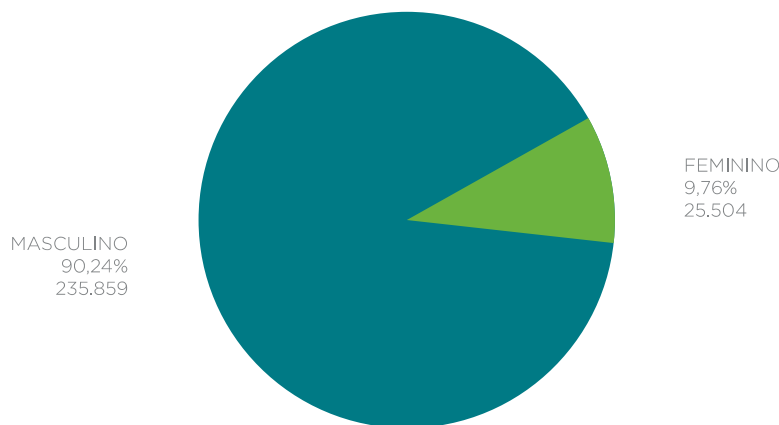
Em anos recentes, o crescente controle e a reflexão sobre o fenômeno migratório trouxeram consigo uma quantidade sem precedentes de informação sobre as características dos imigrantes (gênero, idade, religião, procedência, escolaridade etc.). Entretanto, no caso brasileiro, há relativamente poucos dados disponíveis. Segue abaixo análise a respeito do

perfil da população de imigrantes no Brasil, na qual foram utilizadas as bases de dados do Ministério do Trabalho e Emprego (2006-2011) e do Censo 2010 do IBGE.

2.5.1.1 GÊNERO

Ao analisarmos o perfil do trabalhador imigrante no Brasil, notamos uma predominância de trabalhadores do gênero masculino. O Gráfico 2.5.1.1.1, construído com base nos dados do Ministério do Trabalho e Emprego, demonstra que aproximadamente 90% dos trabalhadores imigrantes no país pertencem ao gênero masculino. Como veremos mais à frente, as taxas de desemprego nos países desenvolvidos costumam ser maiores entre trabalhadores do gênero feminino, tanto no mercado em geral, quanto no mercado de mão de obra altamente qualificada, o que pode indicar a necessidade de políticas específicas voltadas para atração de mulheres.

Gráfico 2.5.1.1.1

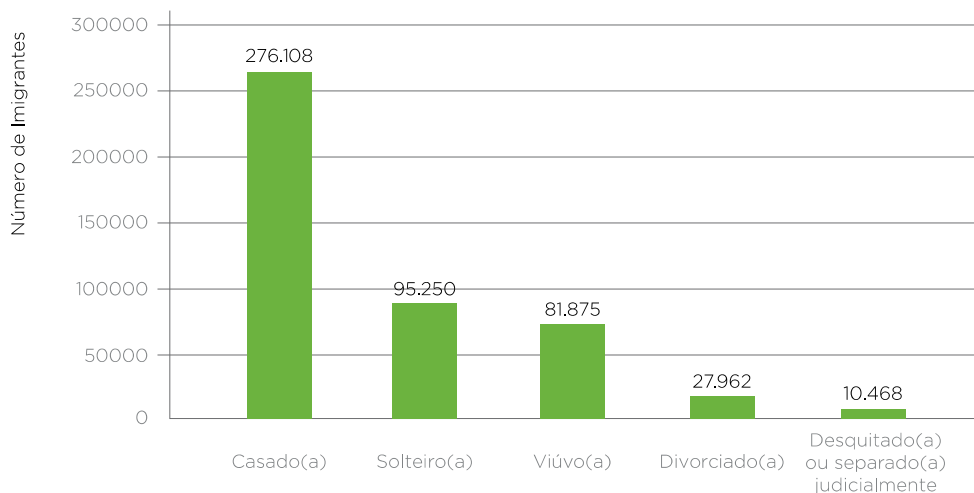


FONTE: DAPP/FGV com base nos dados do MTE.

Percentuais dos vistos concedidos a trabalhadores estrangeiros por gênero, 2006-2011

2.5.1.2 ESTADO CIVIL

Segundo dados do Censo de 2010, existem aproximadamente 276 mil imigrantes casados vivendo no país, contra aproximadamente 95 mil solteiros e 81 mil viúvos.



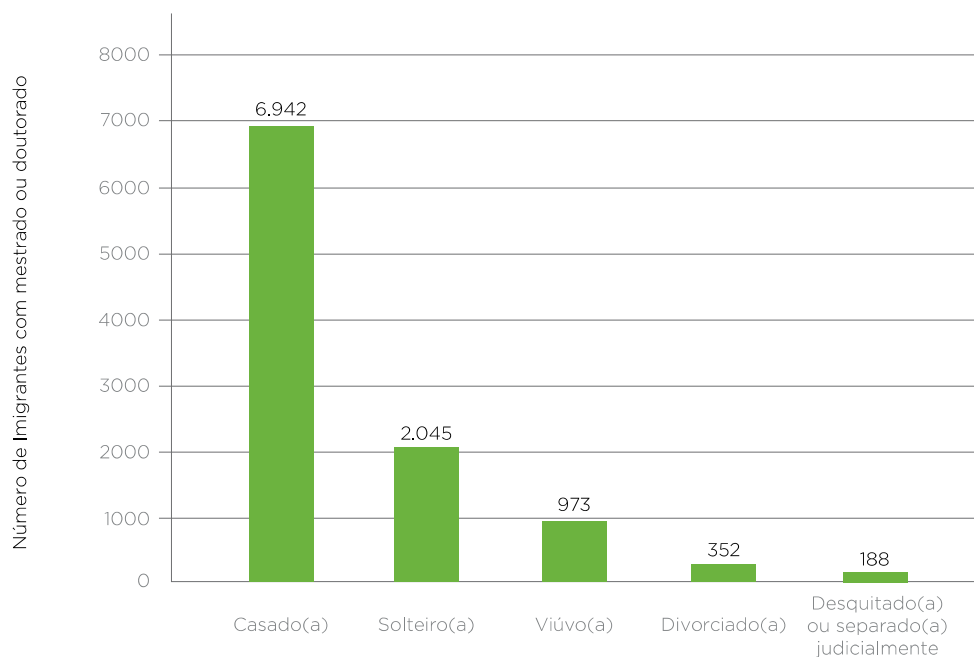
FONTE: DAPP/FGV com base nos dados do Censo 2010.

Gráfico 2.5.1.2.1

Número total de imigrantes vivendo no Brasil (com 25 anos ou mais) por estado civil, 2010

Ainda de acordo com os dados do Censo 2010, quando analisamos apenas os imigrantes altamente qualificados (com título de mestrado ou doutorado) no país, constatamos que há cerca de 7 mil casados, 2 mil solteiros, mil divorciados e apenas 350 viúvos.

Gráfico 2.5.1.2.2



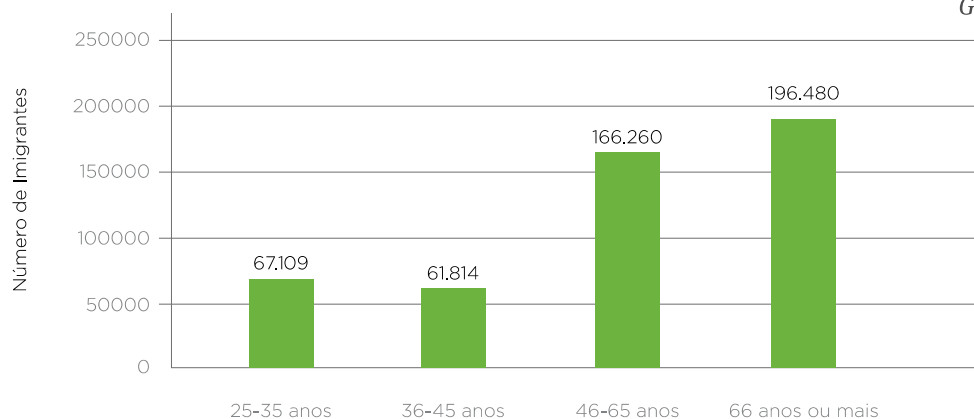
FONTE: DAPP/FGV com base nos dados do Censo 2010

Número total de imigrantes com títulos de mestrado ou doutorado completo vivendo no Brasil (pessoas com 25 anos de idade ou mais) por estado civil, 2010

2.5.1.3 FAIXA ETÁRIA

Enquanto no mundo a maior parte da população de imigrantes é constituída por indivíduos com idades entre 15 e 30 anos¹, no Brasil há o predomínio de imigrantes na faixa etária de mais de 66 anos, seguidos pelos da faixa etária de 46 a 65 anos (Gráfico 2.5.1.3.1).

Gráfico 2.5.1.3.1



FONTE: DAPP/FGV com base nos dados do Censo 2010.

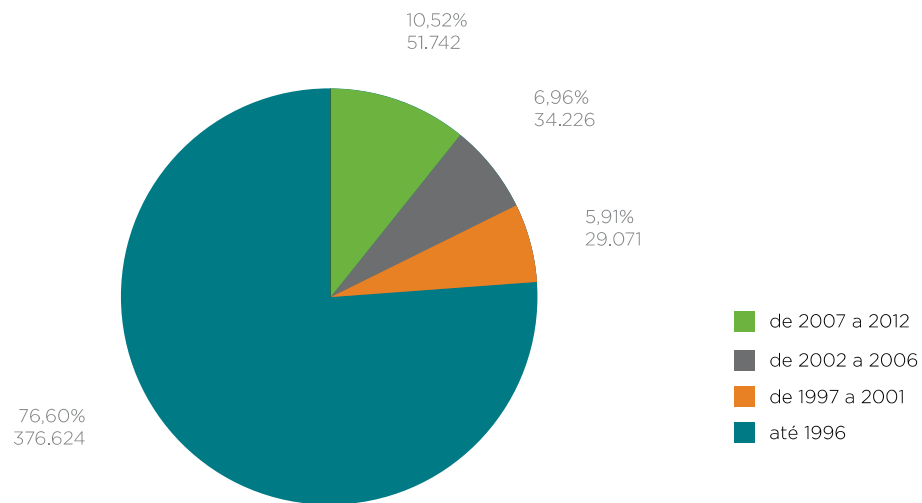
Número total de imigrantes vivendo no Brasil por faixa etária (pessoas com 25 anos de idade ou mais), 2010

2.5.1.4 TEMPO DE RESIDÊNCIA

A predominância de imigrantes com idade avançada se justifica pela vinda de aposentados ou profissionais em fim de carreira, mas também em decorrência do envelhecimento da população de imigrantes, já que a maior parte da população de imigrantes que vive no Brasil fixou residência no país nos anos anteriores há 1996. Pode-se constatar um novo aumento no crescimento da população de imigrantes a partir da década de 2000, sobretudo na segunda metade.

Gráfico 2.5.1.4.1

Percentuais do total de imigrantes vivendo no Brasil por período em que fixaram residência no país



FONTE: DAPP/FGV com base nos dados do Censo 2010.

(pessoas com 25 anos de idade ou mais), 2010

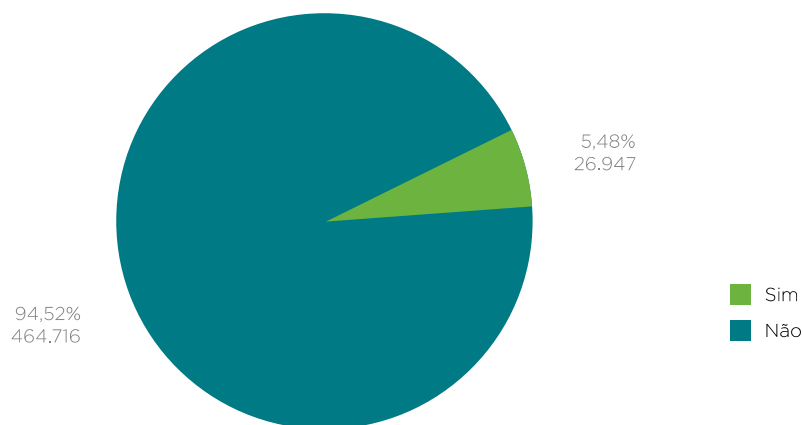
2.5.1.5 ESCOLARIDADE

De acordo com as informações reveladas pelo Gráfico 2.5.1.5.1, a grande maioria dos imigrantes que moram no Brasil não estava, no ano de referência, dando prosseguimento aos estudos (aproximadamente 95%). Pode-se afirmar que a população de imigrantes estrangeiros no Brasil é composta sobretudo por trabalhadores com baixa qualificação, dado que, de acordo com as informações apresentadas no Gráfico 2.5.1.5.2, aproximadamente 76% deles não possuem sequer graduação. Os imigrantes que possuem graduação e pós-graduação constituem apenas aproximadamente 22% dos analisados. Deve-se observar que a proporção dos trabalhadores imigrantes que possuem mestrado e/ou doutorado chega apenas a cerca de 2%.



Gráfico 2.5.1.5.1

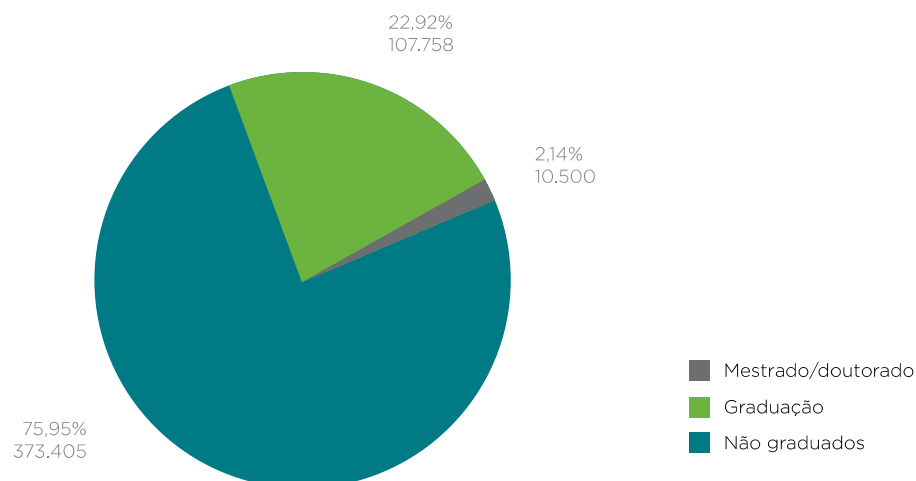
Percentual dos imigrantes vivendo no Brasil que, no ano de referência, estavam dando prosseguimento aos estudos (pessoas com 25 anos de idade ou mais), 2010



FONTE: DAPP/FGV com base nos dados do Censo 2010.

Gráfico 2.5.1.5.2

Percentual de imigrantes vivendo no Brasil por titulação: não graduados, graduados, mestres/doutores (pessoas com 25 anos de idade ou mais), 2010



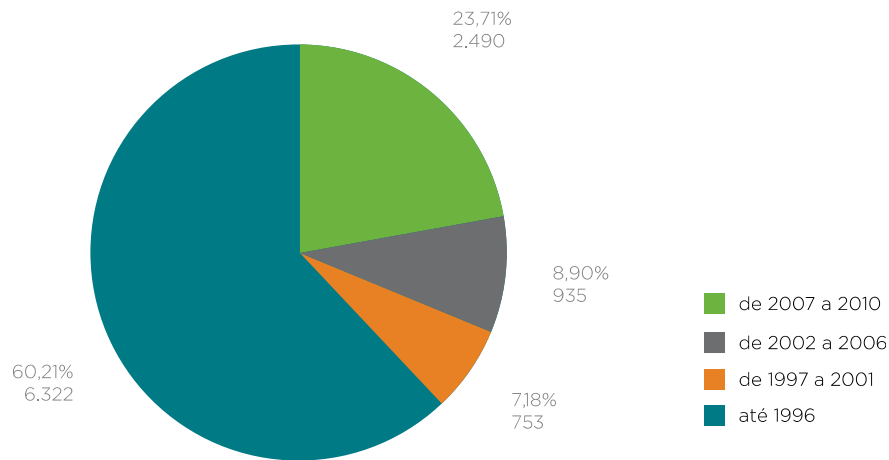
FONTE: DAPP/FGV com base nos dados do Censo 2010.

2.5.1.6 TEMPO DE RESIDÊNCIA E ESCOLARIDADE

O Gráfico 2.5.1.6.1 demonstra que, tal como já fora apontado, o número de imigrantes que possuem mestrado e doutorado no Brasil cresceu a níveis relativamente superiores em relação ao crescimento total da população de imigrantes nos últimos quatro anos, fato que, além de refletir o aumento dos níveis de escolaridade em termos

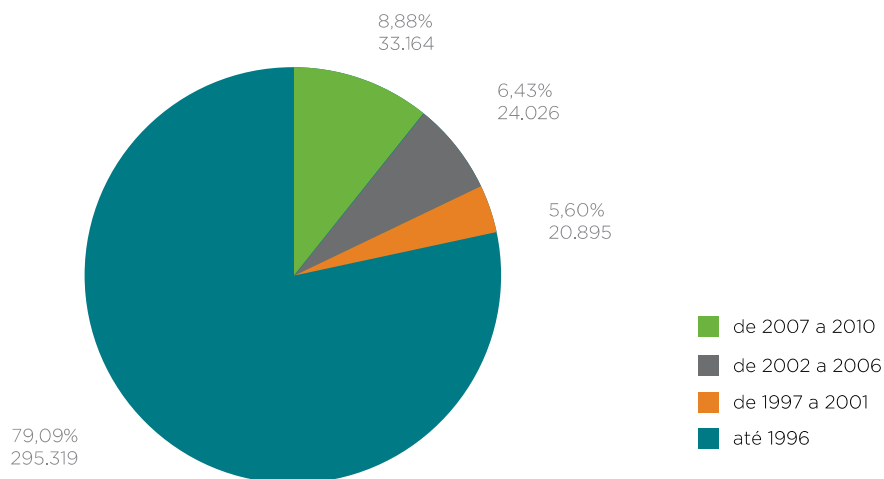
mundiais, guarda relações com as consequências da crise econômica de 2008, que possibilitou um maior interesse desse tipo de trabalhador pelo Brasil. Deve-se observar ainda a importância do desenvolvimento da indústria naval e oceânica na esteira de novas descobertas e de investimentos na área petrolífera. Quando observamos o gráfico 2.5.1.6.2, percebemos que há ainda um grande contingente de imigrantes sem nível superior completo, que chegou ao país até o ano de 1996.

Gráfico 2.5.1.6.1
 Percentuais dos imigrantes com mestrado/doutorado vivendo no Brasil por período em que fixaram residência no país (pessoas com 25 anos de idade ou mais), 2010



FONTE: DAPP/FGV com base nos dados do Censo 2010.

Gráfico 2.5.1.6.2
 Percentuais de imigrantes não graduados vivendo no Brasil por período em que fixaram residência no país (pessoas com 25 anos de idade ou mais), 2010

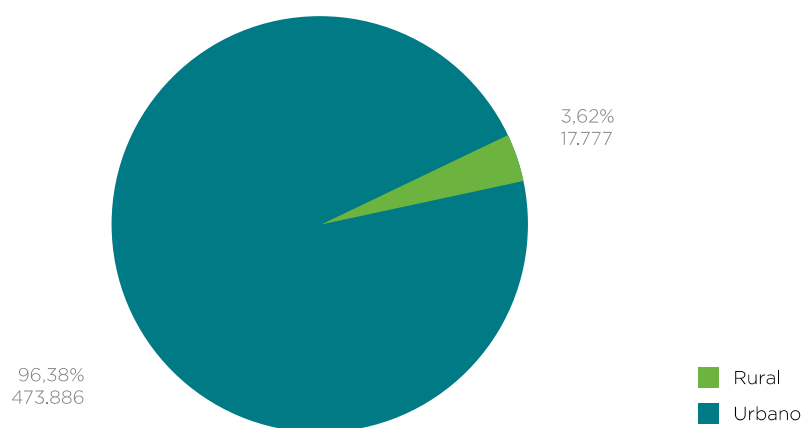


FONTE: DAPP/FGV com base nos dados do Censo 2010.

2.5.1.7 SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO

Interessa para a caracterização do perfil do imigrante no Brasil o fato de que, quase sempre, habitam em áreas urbanas, o que reflete o fato de que a maior parte dos estrangeiros que chega ao Brasil vêm em busca de oportunidades de trabalho.

*Gráfico 2.5.1.7.1
Percentuais de imigrantes vivendo no Brasil por situação de domicílio: urbano versus rural (pessoas com 25 anos de idade ou mais), 2010*

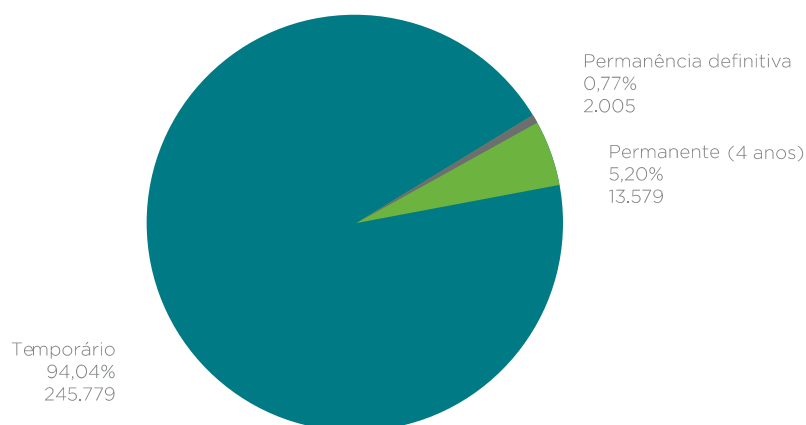


FONTE: DAPP/FGV com base nos dados do MTE

2.5.1.8 TIPOLOGIA DE VISTOS

O Gráfico 2.5.1.8.1 demonstra que a grande maioria, 94%, dos vistos emitidos para trabalhadores estrangeiros são vistos temporários.

*Gráfico 2.5.1.8.1
Percentuais de vistos de trabalho permanentes versus temporários concedidos pelo governo brasileiro, 2006-2011*

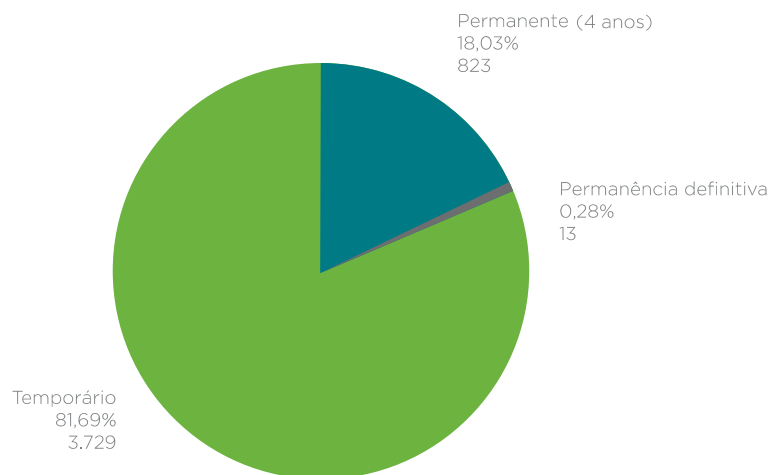


FONTE: DAPP/FGV com base nos dados do MTE



De fato, a maior parte dos vistos concedidos a trabalhadores estrangeiros são temporários e não configuram fixação de residência. O Gráfico 2.5.1.8.2 demonstra que, quando analisamos apenas os vistos concedidos para trabalhadores com alta qualificação, a proporção de vistos temporários diminui, mas ainda permanece alta, constituindo 81,69%. Os vistos temporários podem ser considerados uma solução interessante, na medida em que propiciam maior flexibilidade e dinamismo na alocação de competências de acordo com as necessidades emergentes do mercado. Por outro lado, os vistos permanentes são fundamentais para a retenção de talentos em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional.

*Gráfico 2.5.1.8.2
 Percentuais de vistos de trabalho permanentes e temporários concedidos pelo governo brasileiro a trabalhadores de alta qualificação (16 anos de estudo ou mais), 2006-2011*

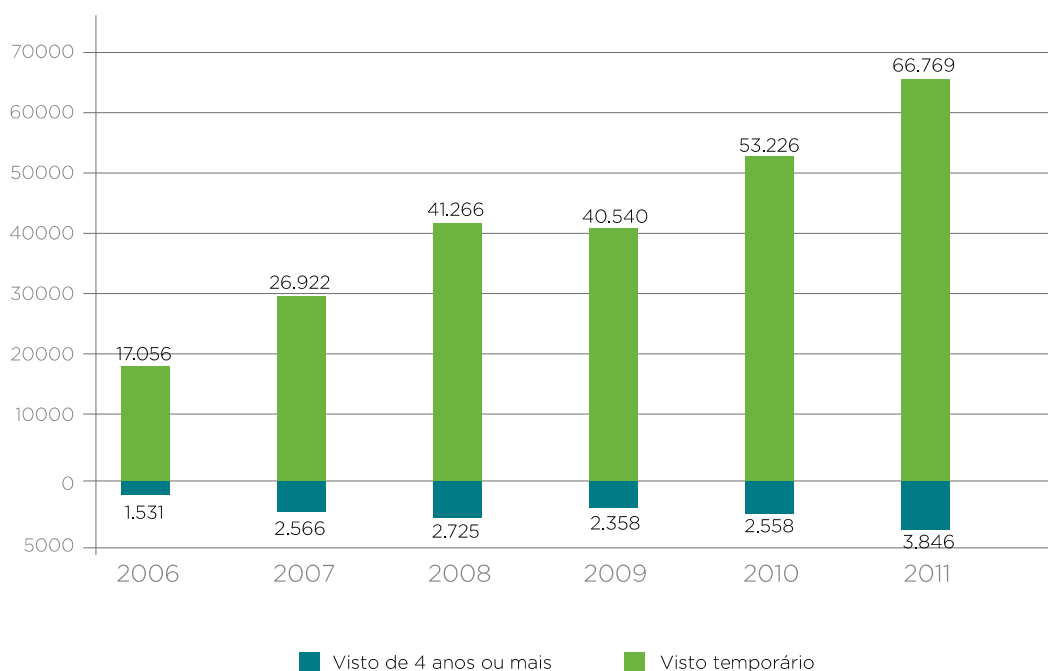


FONTE: DAPP/FGV com base nos dados do MTE.

O Gráfico 2.5.1.8.3 mostra um incremento no número total de vistos de trabalho concedidos. Entre os anos de 2006 e 2011, podemos observar que o número de vistos para quatro anos de permanência ou mais teve um crescimento de mais que o dobro, à medida que o número de vistos temporários praticamente quadruplicou.

Gráfico 2.5.1.8.3

Série histórica do número de vistos concedidos pelo governo brasileiro a trabalhadores estrangeiros por período de permanência (temporário versus quatro anos ou mais de permanência), 2006-2011

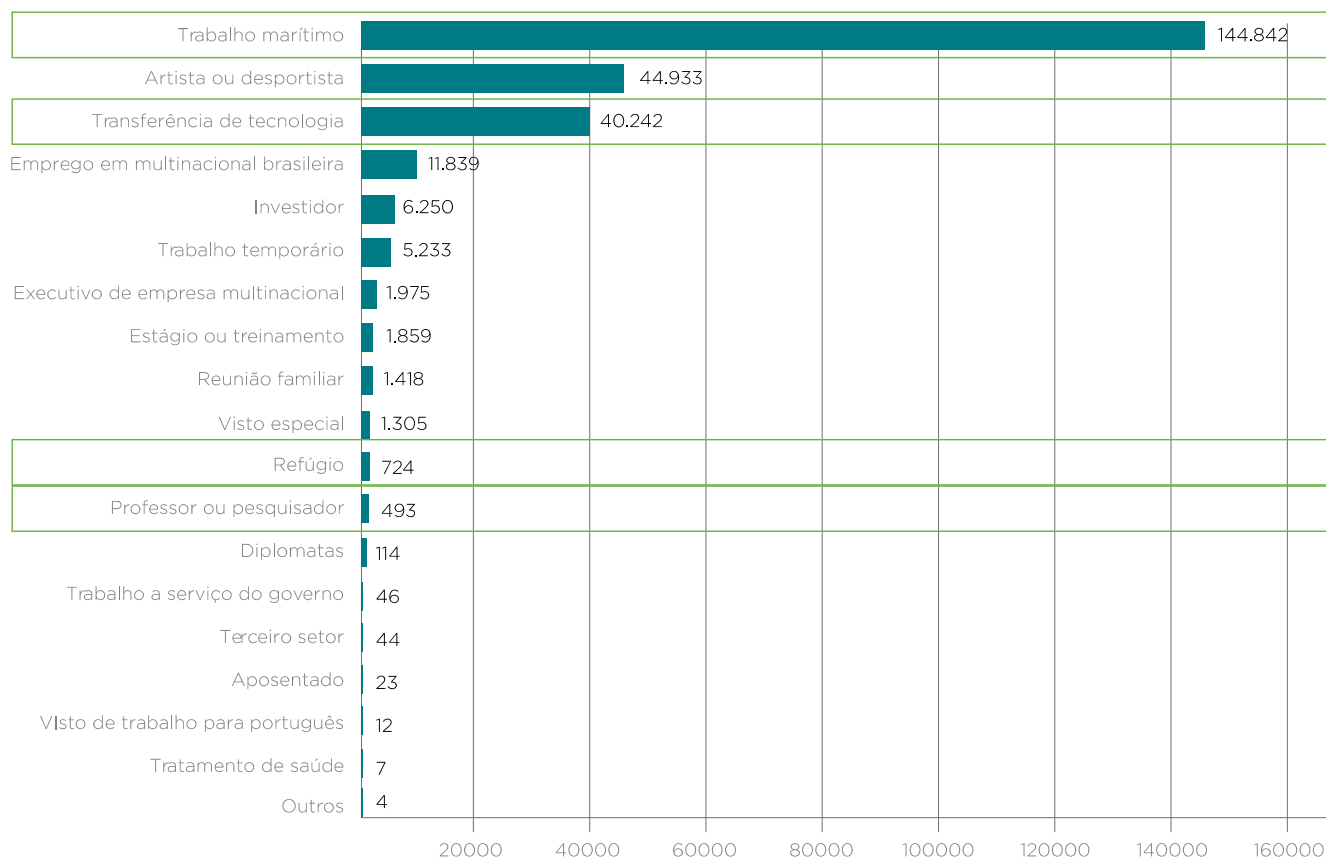


FONTE: DAPP/FGV com base nos dados do MTE.

Tal como demonstra o Gráfico 2.5.1.8.4, os tipos de visto mais emitidos para trabalhadores estrangeiros no Brasil referem-se a ocupações usualmente preenchidas por indivíduos que possuem apenas ensino de nível superior. Observa-se a enorme importância das ocupações em trabalhos marítimos, impulsionada sobretudo pelo crescimento da indústria de extração de petróleo e pelo crescimento correlato da indústria de construção naval e oceânica. Nota-se que, frente ao conjunto das demais categorias, é significativo o número de vistos concedidos a trabalhadores admitidos para transferência de tecnologia ou prestação de serviços e assistência técnica. Chama atenção o número muito baixo de vistos concedidos para professores ou pesquisadores.

Gráfico 2.5.1.8.4

Quantidades dos diferentes tipos de vistos de trabalho emitidos pelo governo brasileiro, 2006-2011



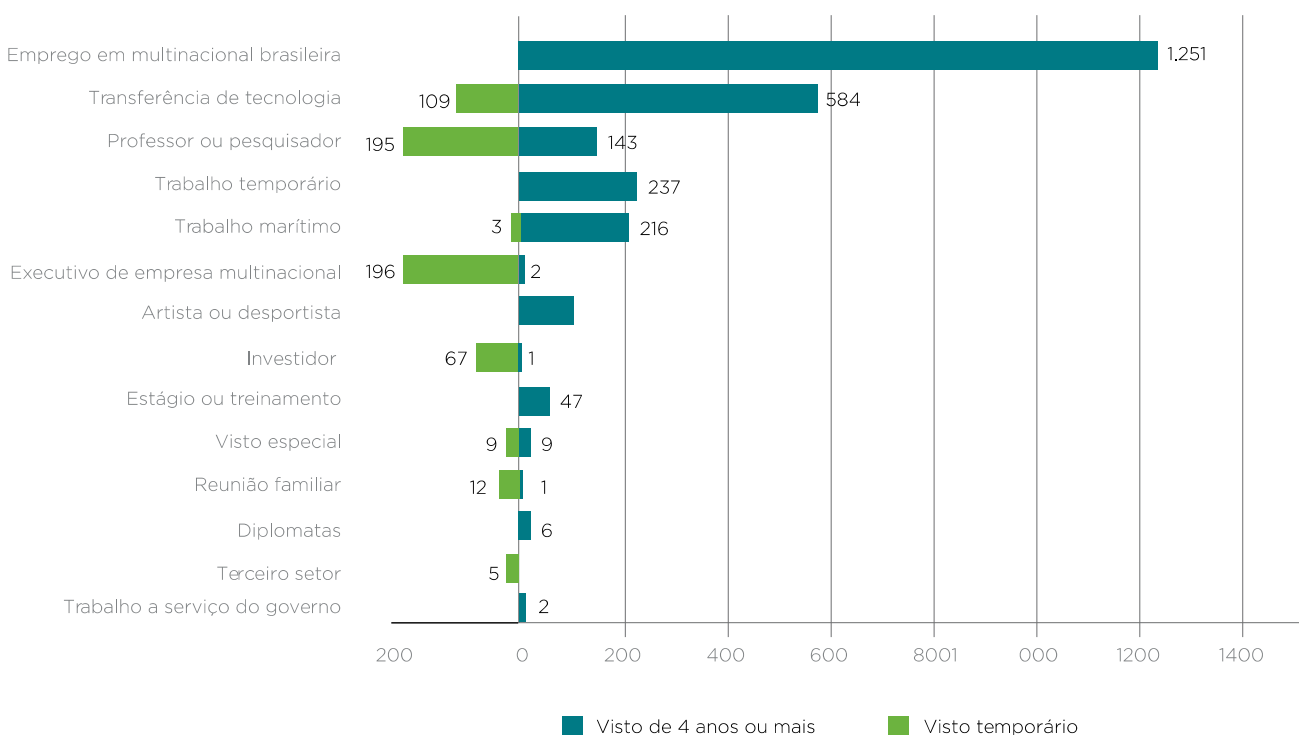
FONTE: DAPP/FGV com base nos dados do MTE.

- A categoria Trabalho Marítimo está vinculada a toda atividade executada em embarcações ou plataformas marítimas, incluindo embarcações petroleiras, turísticas e pesqueiras.
- Por Transferência de Tecnologia entende-se qualquer tipo de acordo de cooperação ou convênio, com ou sem vínculo empregatício, a fim de que o trabalhador estrangeiro atue em áreas relacionadas à assistência técnica (estão excluídas do conceito de assistência técnica funções administrativas, financeiras e gerenciais) ou à transferência de tecnologia propriamente dita.
- A condição social de refugiados é concedida, pelo Ministério da Justiça, a indivíduos que, por motivos relacionados à sua etnia, religião, nacionalidade, grupo social ou posição política, encontram-se perseguidos no seu país de origem ou em outro. Essa atribuição do Ministério da Justiça é seguida por outros órgãos do governo, como é o caso do Ministério do Trabalho e Emprego.
- De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, os vistos são concedidos a professores ou pesquisadores estrangeiros, cientistas, pesquisadores de alto nível ou profissionais com notório saber para trabalharem em universidades ou centros de pesquisa brasileiros.

Quando, no Gráfico 2.5.1.8.5, nos detemos na análise dos vistos de trabalho concedidos a trabalhadores estrangeiros com 17 anos de estudo ou mais entre os anos de 2006 e 2011, observamos uma grande importância relativa dos vistos de trabalho sob contrato de transferência de tecnologia e/ou prestação de serviço de assistência técnica. Nota-se que, ainda que a categoria executivo de empresa multinacional não seja expressiva entre a população de imigrantes estrangeiros altamente qualificados, predomina entre estes os vistos para permanência por quatro anos ou mais. Mais uma vez, chama atenção o ainda relativamente baixo, em vista da população considerada, número de vistos permanentes concedidos a professores ou pesquisadores, tal como reforçado pela série histórica anual acumulada, que consta do Gráfico 2.5.1.8.6.

Gráfico 2.5.1.8.5

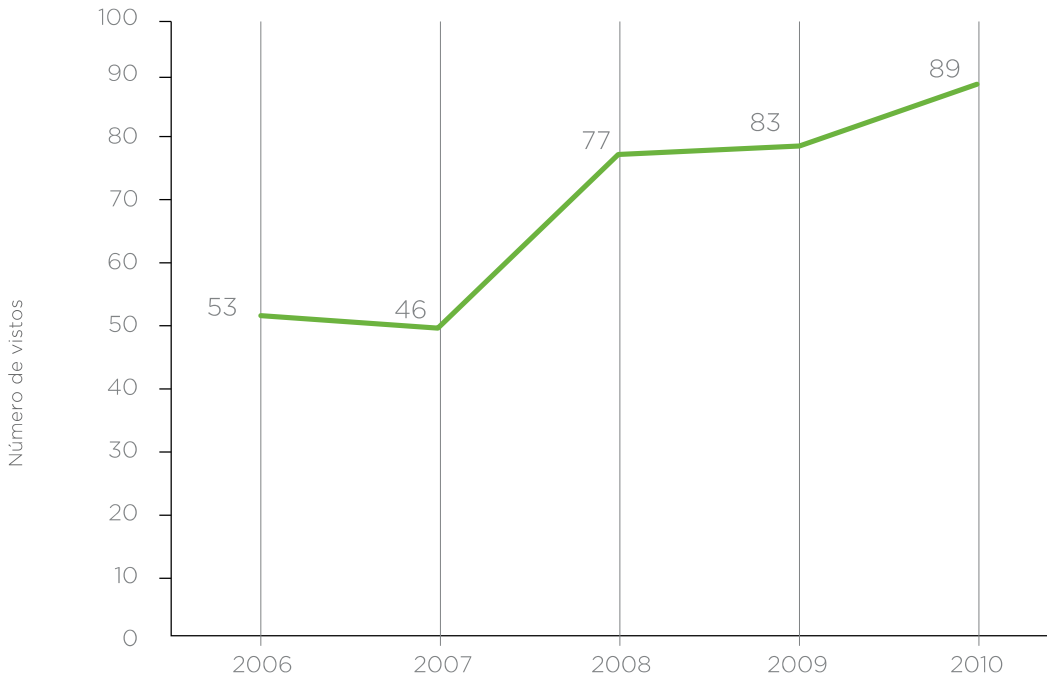
Quantidades de vistos concedidos pelo governo brasileiro a trabalhadores estrangeiros com altíssima qualificação (17 anos de estudo ou mais), de acordo com os tipos de visto e seu período de permanência (temporário versus quatro anos ou mais), 2006-2011



FONTE: DAPP/FGV com base nos dados do MTE.

Gráfico 2.5.1.8.6

Série histórica do número de vistos concedidos pelo governo brasileiro para professores e pesquisadores, 2006-2011

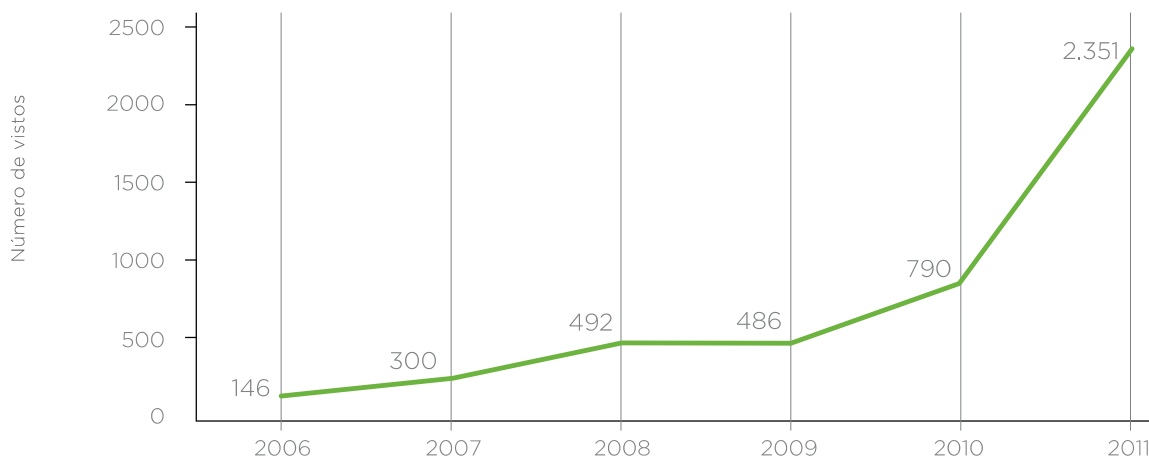


FONTE: DAPP/FGV com base nos dados do MTE.

A série histórica dos vistos concedidos a trabalhadores estrangeiros com alta qualificação, expressa no Gráfico 2.5.1.8.7, reforça a ideia de que entram poucos trabalhadores altamente qualificados no país, ainda que esteja ocorrendo um aumento impressionante nos últimos anos, partindo de um patamar de 146 trabalhadores qualificados em 2006, passando por um crescimento estável até 2009, atingindo o número de 486, chegando a 790 em 2010, e culminando em impressionantes 2.351, no ano de 2011.

Gráfico 2.5.1.8.7

Série histórica do número total de vistos de trabalho concedidos pelo governo brasileiro a trabalhadores estrangeiros com alta qualificação (16 anos de estudo ou mais), 2006-2011

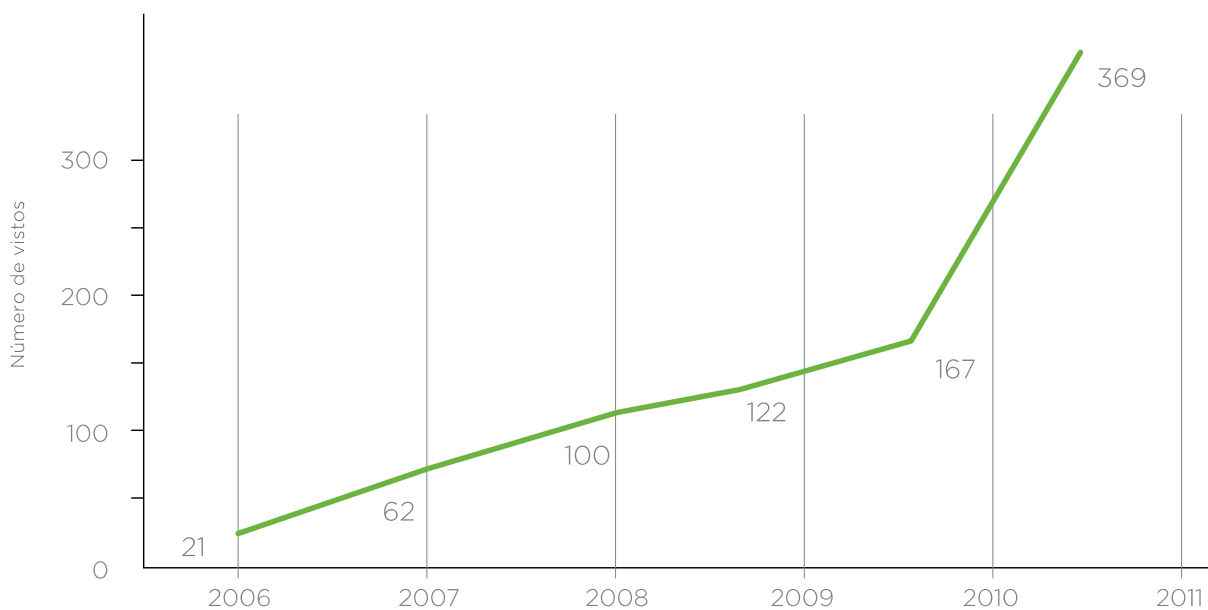


FONTE: DAPP/FGV com base nos dados do MTE.

Quando analisamos mais detidamente a série histórica que leva em consideração apenas os vistos para permanência por quatro anos ou mais, concedidos para indivíduos com 17 anos de estudos ou mais, conforme expresso no Gráfico 2.5.1.8.7, observamos como ainda são poucos os profissionais qualificados que vêm ao Brasil para residir por longos períodos. No ano de 2011, do total de 2.351 vistos concedidos para trabalhadores estrangeiros com alta escolaridade, apenas 369 foram expedidos para permanência por quatro anos ou mais, o que pode indicar a carência de uma política para a retenção de talentos.

Gráfico 2.5.1.8.8

Série histórica anual do número de vistos de trabalho para quatro anos de permanência ou mais concedidos pelo governo brasileiro para trabalhadores estrangeiros com alta qualificação (16 anos de estudo ou mais), 2006-2011



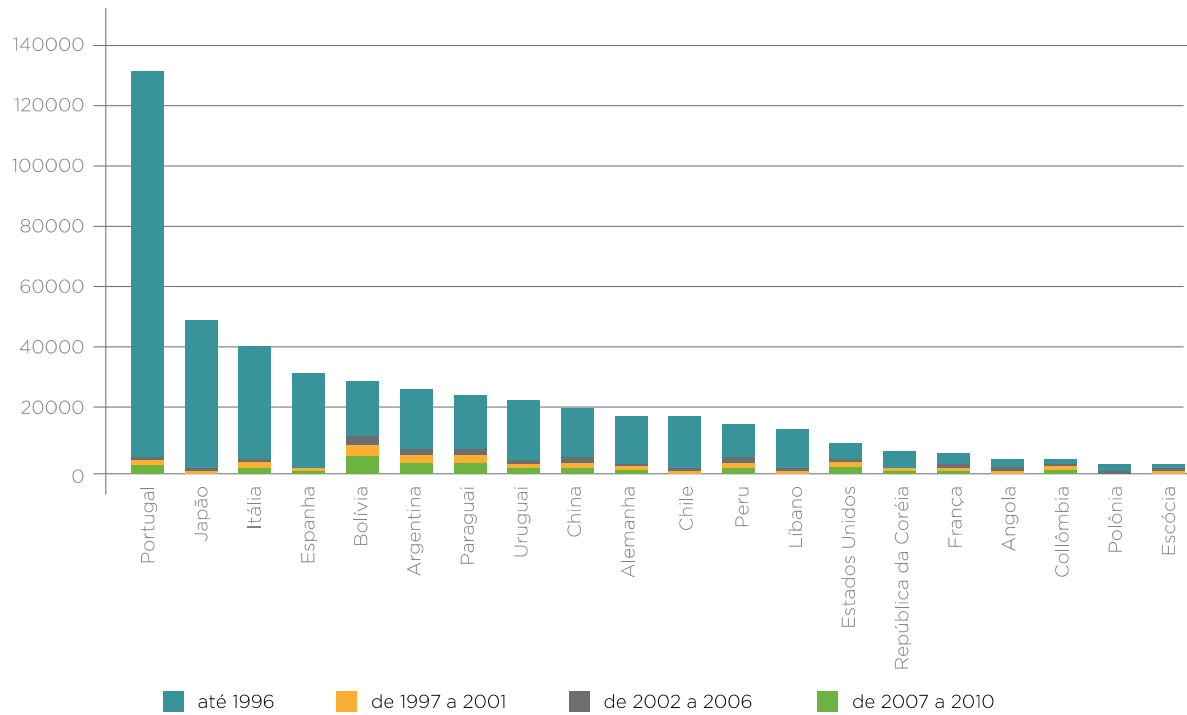
FONTE: DAPP/FGV com base nos dados do MTE.

2.5.1.9 PAÍSES DE ORIGEM

A análise dos dados do Censo de 2010, tal como demonstrado no Gráfico 2.5.1.9.1, revela que a maior parte dos imigrantes que vivem no Brasil provém de países que possuem proximidade geográfica, histórica e/ou linguístico-cultural. Entre os oito países que mais enviam imigrantes para o Brasil, sete (Portugal, Itália, Espanha, Bolívia, Argentina, Paraguai e Uruguai) possuem línguas latinas e quatro situam-se na América do Sul. Além da importância da hegemonia econômica brasileira na América do Sul, assim como os evidentes laços históricos que ligam Brasil a Portugal, deve-se destacar o importante papel do Japão, da Itália e da Alemanha, países que possuem vínculos históricos com o Brasil, de onde vieram as últimas grandes levas de populações que colonizaram o país, a partir do princípio do século XIX no caso alemão, de fins do século XIX no caso italiano, e do início do século XX no caso japonês. Entre os países abordados no gráfico, devemos destacar a importância relativa da China, país que vem se firmando desde 2009 como maior parceiro comercial do Brasil. Quando analisamos as imigrações mais recentes, ganham importância ainda maior os países latino-americanos, os EUA e a China frente aos demais países citados.

Gráfico 2.5.1.9.1

Número de imigrantes vivendo no Brasil por país de origem (Ranking dos 20 primeiros) e período em que fixaram residência no país (pessoas com 25 anos de idade ou mais), 2010



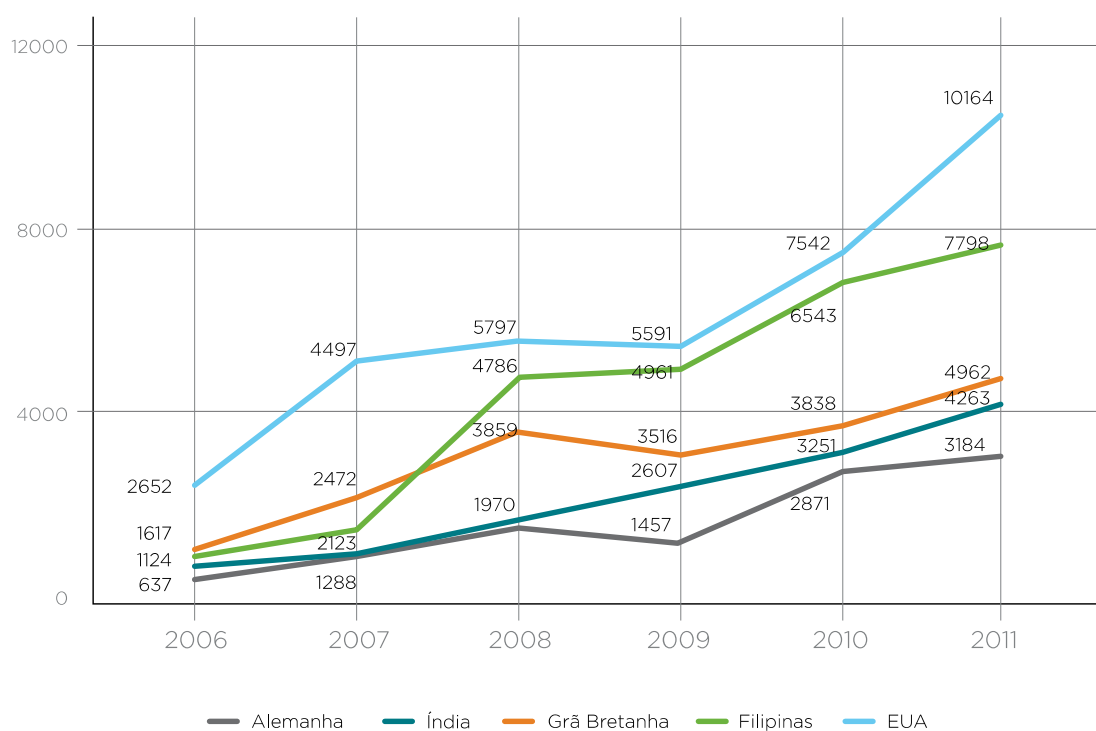
FONTE: DAPP/FGV com base nos dados do Censo 2010.



Quando analisamos a população imigrante por meio dos dados dos vistos concedidos a trabalhadores imigrantes, obtidos na base de dados do MTE, observamos o fenômeno da imigração no Brasil sob um novo prisma. O Gráfico 2.5.1.9.2 mostra que os cinco países que mais enviaram migrantes com visto de trabalho para o Brasil, ao longo dos últimos anos, tiveram seus números de envio quase sempre crescentes, com exceção do período 2008-2009. Durante esse período, os EUA foram o país que mais enviou trabalhadores com visto para o Brasil. Chama atenção o grande número de indivíduos advindos das Filipinas, justificável pelo alto volume de nacionais desse país que vêm para trabalhos na indústria naval e oceânica.

Gráfico 2.5.1.9.2

Série histórica do número de vistos concedidos pelo governo brasileiro a trabalhadores estrangeiros oriundos de diferentes países, constando dos quatro países que mais enviaram trabalhadores legais, 2006-2011



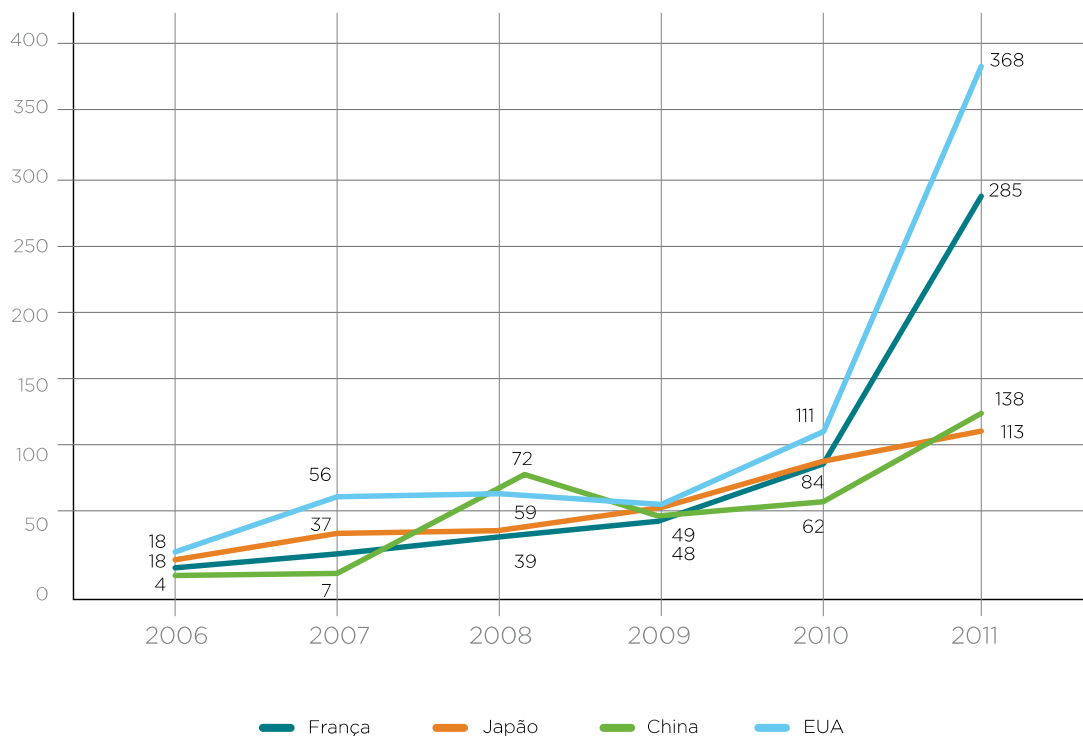
FONTE: DAPP/FGV com base nos dados MTE.

O Gráfico 2.5.1.9.3 apresenta os quatro países de onde vieram maiores quantidades de estrangeiros com alta qualificação para trabalhar no Brasil. Essa pequena lista inclui países como Estados Unidos e França, que, além de possuírem importantes investimentos no país, sofreram com as consequências da crise de 2008 e ainda sofrem com dificuldade de recuperação de seus mercados⁸⁷. Já a presença de japoneses e chineses entre os estrangeiros com alta qualificação que vem para o país pode ser explicada, em larga medida, pela importante presença de

multinacionais desses países no Brasil. De acordo com dados do Banco Central e da Federação da Indústria do Estado de São Paulo, o número de investimentos de empresas chinesas no Brasil saltou de 86 milhões de dólares, em 2009, para 17,7 bilhões de dólares, em 2010. Entre as empresas japonesas e chinesas instaladas no Brasil há uma concentração nos setores de energia, óleo e gás, mineração, infraestrutura, siderurgia, agricultura e TI, nos quais há necessidade de mão de obra qualificada⁸⁸.

Gráfico 2.5.1.9.3

Série histórica do número de vistos concedidos pelo governo brasileiro a trabalhadores estrangeiros com alta qualificação (16 anos de estudo ou mais) por país de origem, constando dos quatro países que mais enviaram trabalhadores nesta categoria, 2006-2011

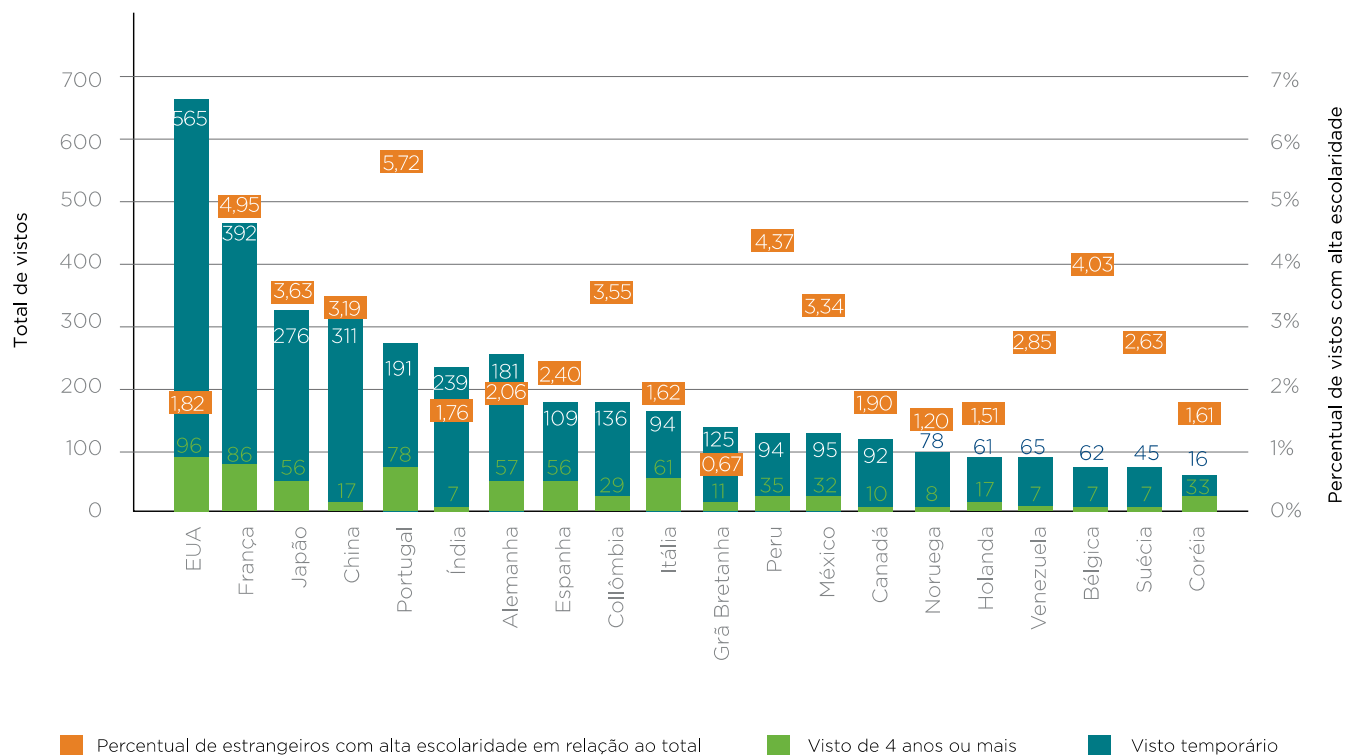


FONTE: DAPP/FGV com base nos dados MTE.

No Gráfico 2.5.1.9.4, pode-se observar os países que mais enviaram trabalhadores ao Brasil com 17 anos de estudo ou mais, de acordo com os tempos de permanência dos vistos, entre os anos de 2006 e 2011. Podemos ainda observar o percentual de trabalhadores qualificados em relação ao total de trabalhadores advindos do mesmo país. Nota-se que, apesar de os Estados Unidos serem o país que mais envia trabalhadores com alta qualificação para o Brasil, o número de americanos qualificados é ainda muitíssimo baixo em relação ao total de trabalhadores advindos daquele país. Destaca-se também o baixo número de vistos de quatro anos ou mais para países como China, Índia e Grã-Bretanha, frente ao total de vistos concedidos. Espanha, Itália e Coreia destacam-se por terem um nível relativamente alto de trabalhadores com visto permanente no Brasil. Portugal, França, Peru e Bélgica se destacam por apresentarem uma proporção razoavelmente elevada, acima de 4%, de trabalhadores qualificados.

Gráfico 2.5.1.9.4

Quantidades totais de vistos concedidos pelo governo brasileiro a trabalhadores estrangeiros de alta qualificação (16 anos de estudo ou mais) por país de origem, tempo de permanência (barra, eixo primário) e percentual do número de vistos para trabalhadores com alta escolaridade frente ao total de vistos concedidos (caixas, eixo secundário), 2006-2011



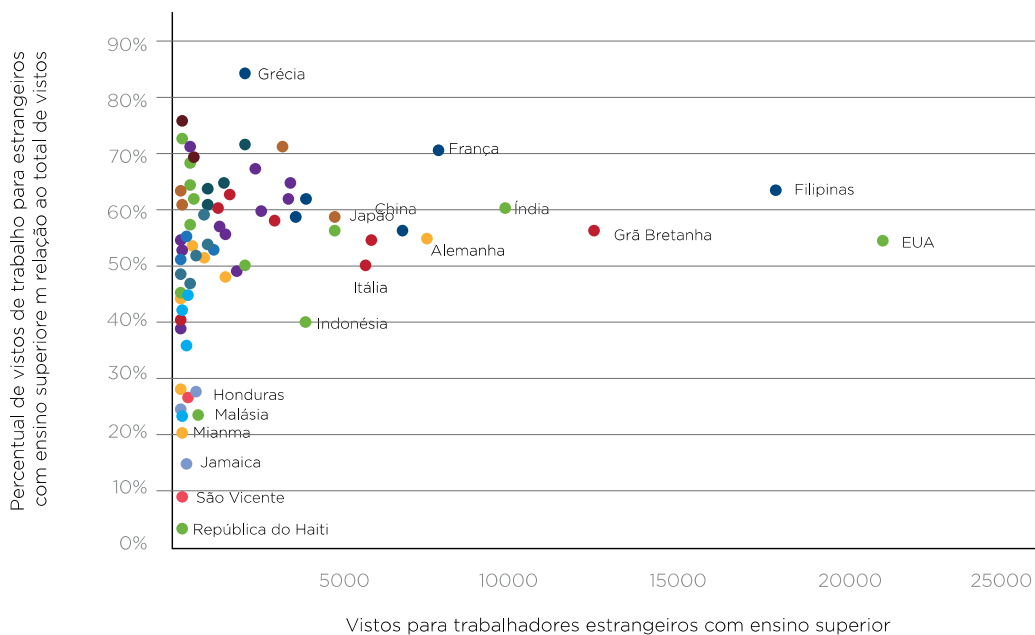
Quando trabalhadores com alta escolaridade saem de seus países de origem, onde adquiriram sua qualificação, têm seu conhecimento capturado pelo lugar de destino. Entretanto, o potencial desse profissional pode ser bem aproveitado ou desperdiçado pelo país de destino, de acordo com a capacidade de alocação do capital humano em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional. A Tabela III do Anexo, obtida por meio do cruzamento de dados contidos na base do MTE, dá conta da relação entre os países de origem dos trabalhadores estrangeiros com 17 anos de estudo ou mais e o tipo do visto concedido, entre os anos de 2006 e 2011. Entre os quatro países que mais enviam mão de obra qualificada para o Brasil, em três (EUA, França e China) observa-se a prevalência de vistos concedidos para a categoria Emprego em Multinacional Brasileira, seguida de vistos concedidos para a categoria Transferência de Tecnologia. Entre os quatro, apenas o Japão, terceiro da lista, possui uma relação inversa, com leve prevalência de vistos concedidos para Transferência de Tecnologia, sobre os concedidos para Emprego em Multinacional Brasileira. O Peru, na décima posição entre os países que mais enviaram trabalhadores com 17 anos de estudo ou mais para o Brasil entre os anos de 2006 e 2011, se destaca pelo número relativamente elevado de vistos concedidos para Professores ou Pesquisadores. É importante chamar atenção para o fato de os vistos de trabalho concedido para pesquisadores totalizarem apenas 338 concessões.

O Gráfico 2.5.1.9.5 apresenta a relação entre o “percentual de vistos concedidos a trabalhadores com ao menos ensino superior completo frente ao total de vistos concedidos” e o “número total de vistos concedidos para trabalhadores com ao menos ensino superior completo”. Assim, podemos opor países como a Grécia, que enviam pouquíssimos trabalhadores, sendo virtualmente todos qualificados, a países como Honduras e Haiti, que também enviam poucos trabalhadores, porém com baixa qualificação. Do outro lado, temos ainda países como EUA e Filipinas, com muitos vistos de trabalho concedidos, boa parte dos quais para profissionais qualificados, o que se explica em grande parte pelo crescimento da indústria do petróleo. Os EUA, Filipinas, Grã-Bretanha, Índia, França e Alemanha são casos de sucesso que poderiam ser ainda aprofundados. Em especial, chama atenção o caso da França, pela alta proporção de imigrantes com ensino superior. O caso grego parece indicar uma oportunidade ainda mal aproveitada para atração de talentos, dada pela disponibilidade de mão de obra qualificada ociosa no país.

Gráfico 2.5.1.9.5

Vistos concedidos pelo governo brasileiro a trabalhadores estrangeiros, por país de origem, segundo os eixos ‘percentual de vistos concedidos a trabalhadores com ao menos ensino superior completo frente ao total de vistos concedidos’ e ‘número total de vistos concedidos para trabalhadores com ao menos ensino superior completo’, 2006-2011

Gráfico gerado apenas com países que receberam mais de 100 vistos

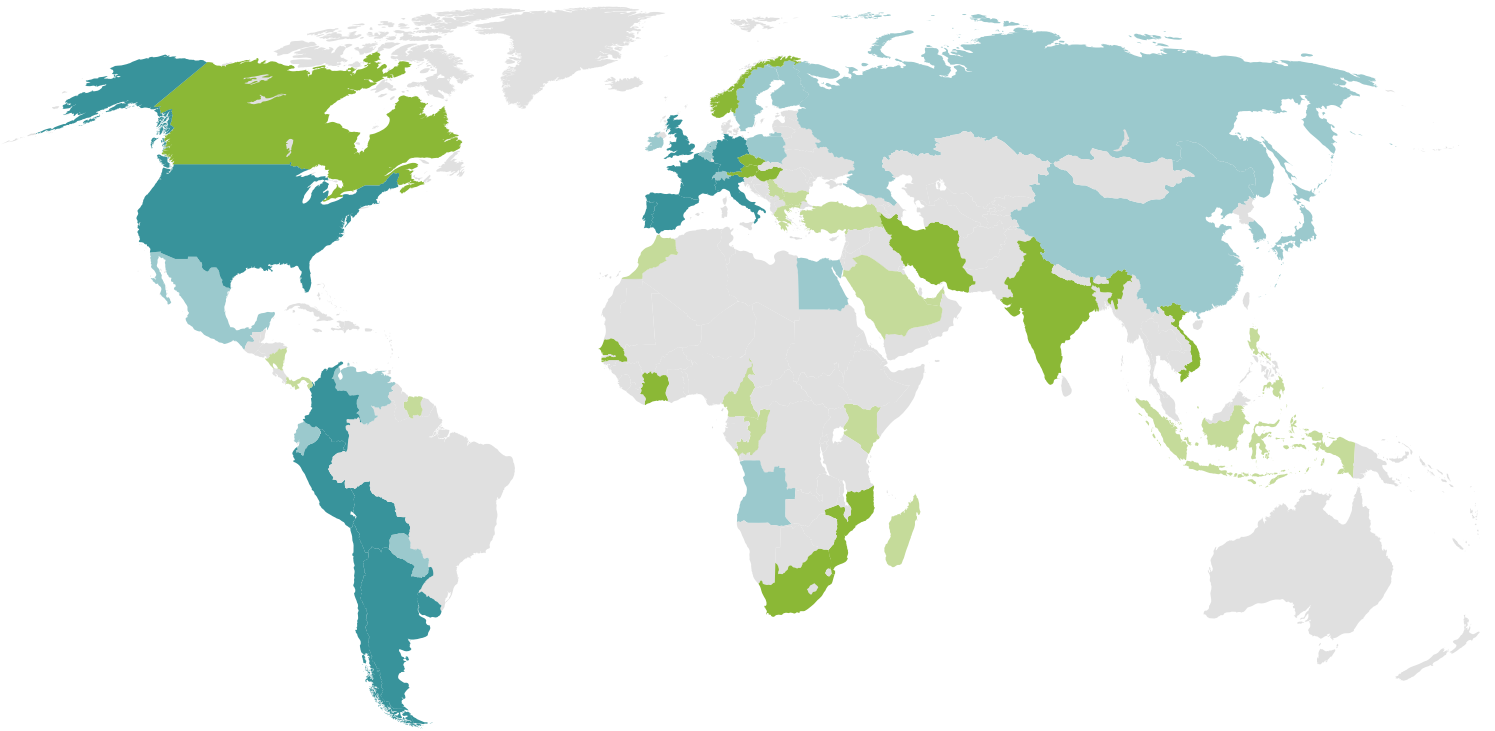


FONTE: DAPP/FGV com base nos dados MTE.

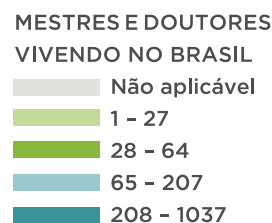
A Figura 2.5.1.9.1 oferece uma representação cartográfica dos principais países que enviam imigrantes com mestrado e doutorado para o Brasil. Destacam-se os Estados Unidos, alguns dos países latino-americanos que fazem fronteira com o Brasil e países da Europa Ocidental. Mais a frente, são apresentadas oportunidades para atração de talentos, com foco sobre o caso dos países europeus e EUA.

Figura 2.5.1.9.1

Mapa do quantitativo de mestres e doutores vivendo no Brasil, assinalados por países de origem, Censo 2010



FONTE: DAPP/FGV com base nos dados do Censo 2010.



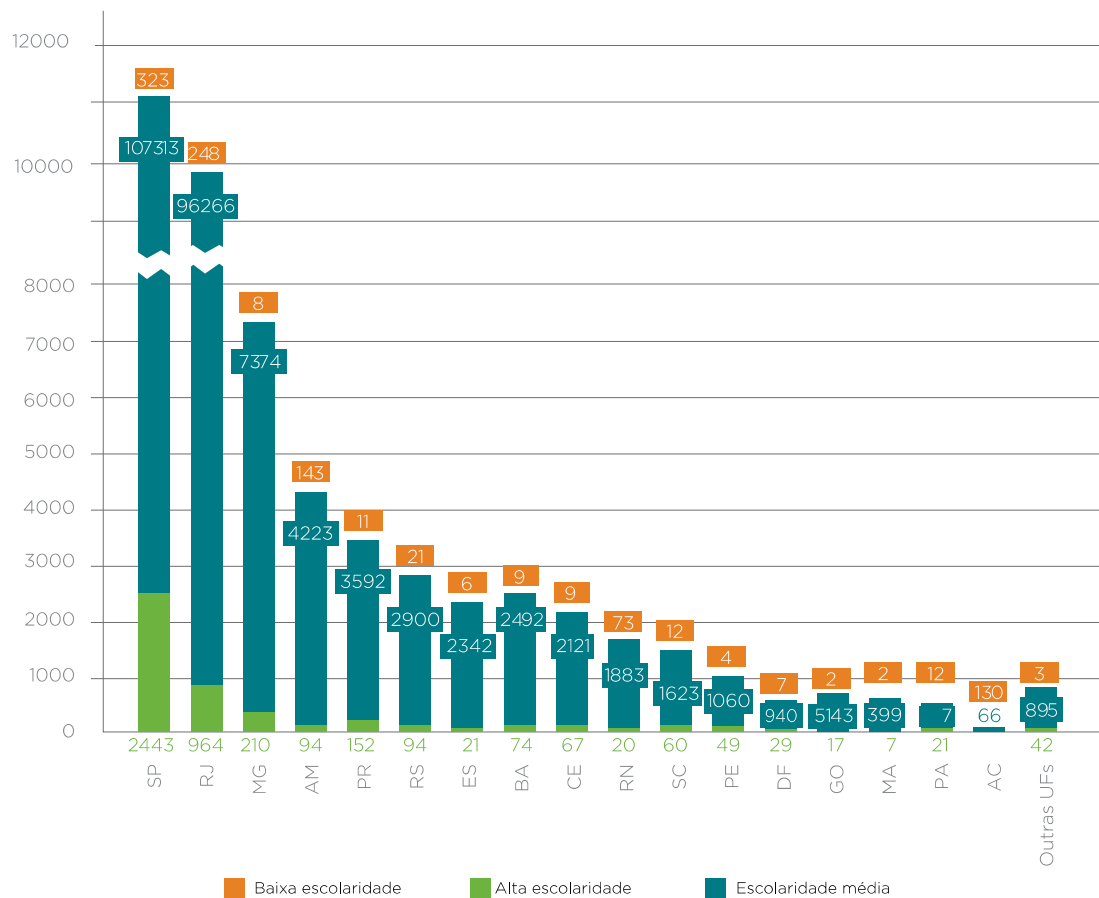
2.5.1.10 UNIDADES FEDERATIVAS (UFS) DE DESTINO DOS TRABALHADORES ESTRANGEIROS

Além de levar em consideração os países de origem dos imigrantes, é preciso que sejamos capazes de compreender seu local de destino entre as Unidades Federativas nacionais, uma vez que a atração de talentos pode ser pensada não apenas como componente de uma estratégia de desenvolvimento nacional, mas também como um importante vetor do desenvolvimento regional e local. O Gráfico 2.5.1.10.1, no qual consta o número de imigrantes, segundo diferentes níveis de qualificação por UF, demonstra que, tal como se poderia esperar, o maior número de migrantes em quaisquer das categorias vem para a região sudeste do país, sobretudo para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Muitos desses trabalhadores estão em atividade no setor industrial ou no setor de serviços. Chama também atenção o fato de que o estado do Amazonas fique em terceiro na recepção de imigrantes com baixa escolaridade. Dois fatores explicam esse fenômeno, a saber, a proximidade com países limítrofes e a Zona Franca de Manaus. Sabidamente, os estados do Amazonas e do Acre recebem muitos imigrantes advindos dos países vizinhos, que atravessam a fronteira em busca de melhores condições de vida. O Rio Grande do Norte também recebe um número expressivo de imigrantes de baixa qualificação, interessados em trabalhar na indústria têxtil e, sobretudo, nos setores de serviços e turismo. Fica claro que a maior parte dos estados

brasileiros recebe um número muito baixo de imigrantes, e quase insignificante se considerarmos apenas os imigrantes com alta qualificação, fato que indica a virtual inexistência de estratégias de desenvolvimento local calcadas sobre a atração de imigrantes qualificados. Devemos ressaltar que a concentração de imigrantes qualificados em determinados locais, com o objetivo de gerar *clusters* de excelência, pode ser considerada uma estratégia adequada de desenvolvimento.

Gráfico 2.5.1.10.1

Número de vistos concedidos pelo governo brasileiro a trabalhadores estrangeiros por UF de destino, com alta (16 anos de estudo ou mais), média (de 9 a 15 anos de estudo) e baixa (menor ou igual a 8 anos de estudo) escolaridade, 2006-2011



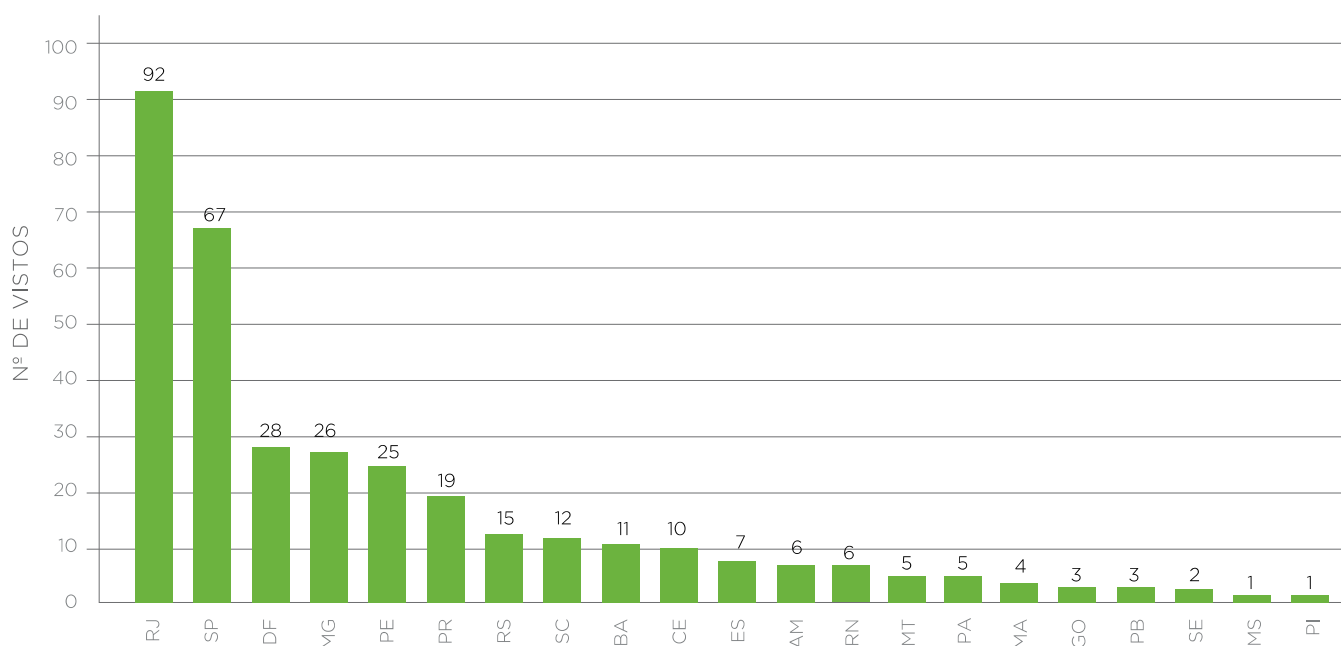
FONTE: DAPP/FGV com base nos dados MTE.

O Gráfico 2.5.1.10.2 apresenta o total de pesquisadores estrangeiros por UF. Mais uma vez, São Paulo e Rio de Janeiro se destacam como principais pólos receptores de estrangeiros. Contudo, chama atenção o fato de que o Rio de Janeiro ultrapassa São Paulo quando se trata do número de imigrantes atuando como professores ou pesquisadores. Tal se dá em função da grande concentração de centros de excelência na cidade do Rio de Janeiro, tais como o IMPA e a COPPE/UFRJ. De fato, se considerarmos que, de acordo com o site do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), há hoje (20/08/2012) 117 doutores e pós-doutores estrangeiros apenas nessa instituição, constatamos o grandioso impacto da política institucional pioneira, estabelecida pelo ex-diretor da instituição e atual presidente da Academia Brasileira de Ciência, Jacob Palis. É provável que a opção pela referida UF se dê também em virtude das baixas variações dos salários

no setor, o que faz com que outros fatores, tais como paisagem, notabilidade internacional e qualidade de vida, passem a ser mais relevantes no momento da escolha da cidade em que se pretende trabalhar. Em todo caso, fica claro que o país, como um todo, não tem uma política eficaz para atração e manutenção de imigrantes altamente qualificados, sobretudo quando se trata da atração de pesquisadores como estratégia de desenvolvimento regional ou local.

Gráfico 2.5.1.10.2

Número de vistos concedidos a trabalhadores estrangeiros na categoria professor ou pesquisador por UF de destino, 2006-2011



FONTE: DAPP/FGV com base nos dados MTE.

A Tabela IV, que pode ser analisada nos Anexos, apresenta o cruzamento entre UF de destino dos trabalhadores estrangeiros com 17 anos de estudo ou mais, com a categoria do visto concedido entre os anos de 2006 e 2011. Em ambos os principais estados de destino, a principal categoria de visto de trabalho concedido é Emprego em Multinacional Brasileira, seguida pela categoria Transferência de Tecnologia. A divergência se dá a partir da terceira posição que é, em São Paulo, a de Trabalho Temporário e, no Rio de Janeiro, a de Professor ou Pesquisador.

A Tabela V, que consta nos Anexos, faz o cruzamento entre país de origem (Top 10) e UF de destino dos estrangeiros que possuem visto de trabalho e 17 anos de estudo ou mais (2006-2011). Constata-se primeiramente que os migrantes com alta escolaridade têm como destino o eixo São Paulo-Rio. O estado de São Paulo apresenta o mais alto índice de estrangeiros, provenientes de quaisquer dos dez países considerados. Entre os imigrantes que vão para São Paulo, o maior grupo é constituído por americanos, seguidos por japoneses e franceses. No caso dos imigrantes que vão para o Rio de Janeiro, a maioria é constituída por americanos, seguidos por franceses e chineses.

No decorrer da sua história, o Brasil recebeu diversas ondas de imigração. No entanto, pode-se dizer que, nas últimas três décadas, o Brasil deixou paulatinamente de ser um país de destino para se tornar um país de origem de migrantes. As crises econômicas dos anos 1980 e 1990 foram fatores determinantes para a referida transição. Contudo, frente aos bons resultados econômicos, avanços sociais e o protagonismo político no cenário internacional conquistados em anos recentes, o país pode voltar a ser um importante destino de migrantes.

Já é observável um aumento significativo no número de imigrantes que vêm adentrando o Brasil. Há também um considerável aumento na proporção de trabalhadores imigrantes qualificados que receberam vistos para trabalhar no país. Nota-se uma mudança no perfil do imigrante também no que se refere aos principais países de origem, tendo crescido a quantidade de imigrantes advindos de países latino-americanos, dos EUA e da China. No que se refere aos imigrantes altamente qualificados, têm destaque como países de origem EUA, França, Japão e China. Se levarmos em consideração o total de imigrantes com ao menos ensino superior, passam a destacar-se EUA e Filipinas, este último com uma proporção ainda maior de imigrantes com ensino superior frente ao total de imigrantes de mesma origem.

Parte dessa imigração é impulsionada pela significativa presença de corporações multinacionais no País, merecendo especial menção o desenvolvimento da indústria do petróleo e marítima. Contudo, é importante frisar que a maior parte dos vistos concedidos a trabalhadores estrangeiros nos últimos anos são temporários. Observa-se a prevalência da imigração que tem como destino os centros urbanos. Destacam-se como destino os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Desse modo, constata-se a necessidade de uma política voltada para atração de imigrantes qualificados como vetor do desenvolvimento nacional que tome em consideração também as oportunidades de desenvolvimento em âmbito regional e local. O governo brasileiro pode, por meio de políticas estrategicamente orientadas para atração e retenção de profissionais qualificados, tirar melhor proveito de seu atual *status* no cenário internacional de modo a dar prosseguimento aos avanços já conquistados nos âmbitos econômico, social e geopolítico.

2.6 TAXAS DE DESEMPREGO EM PAÍSES DA EUROPA E BREVES ANÁLISES, INCLUINDO OS EUA

RESUMO

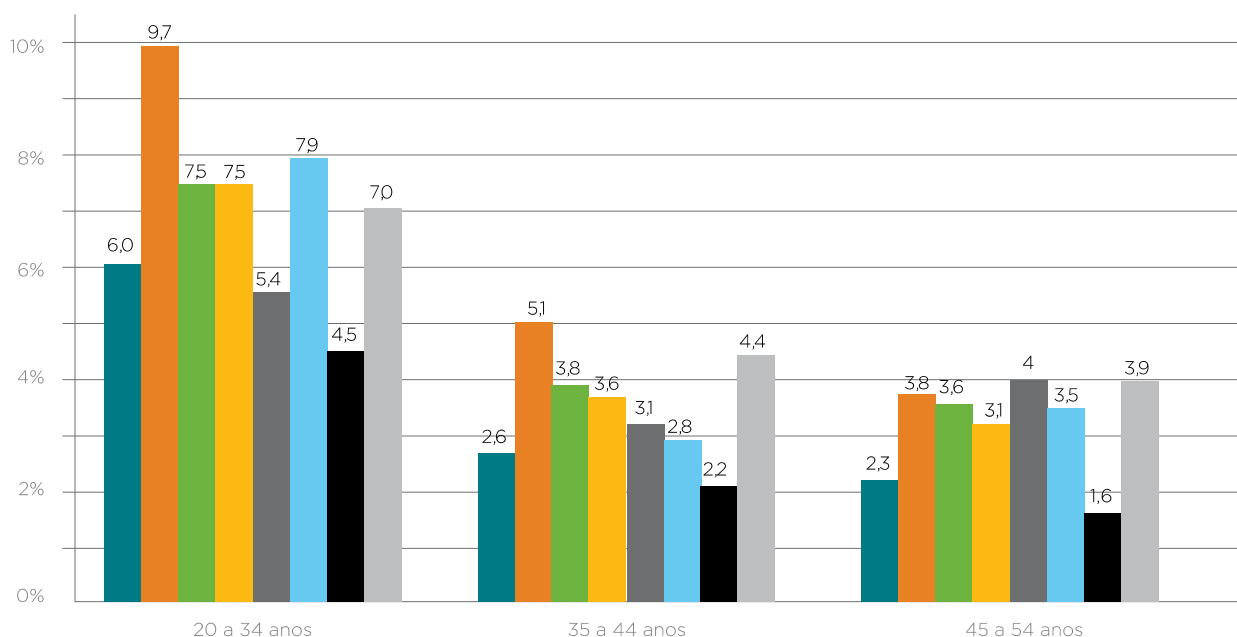
- Há oportunidades políticas de atração de profissionais altamente qualificados oriundos dos países da Europa, em função do desemprego causado pela crise internacional.
- Tomando como universo os países europeus e os Estados Unidos, o Brasil deve buscar mão de obra altamente qualificada prioritariamente nos EUA, em países latinos (França, Portugal, Itália e Espanha), na Alemanha e Grã-Bretanha.
- É preciso que sejamos capazes de elaborar políticas públicas para atração de mão de obra qualificada que levem em conta os déficits no mercado de trabalho brasileiro, a disponibilidade de mão de obra qualificada nos demais países, de acordo com uma perspectiva estratégica sobre o desenvolvimento nacional.

Segundo dados da ONU, em 2009, o desemprego da força de trabalho mundial subiu 0,9% em comparação à marca de dois anos antes, chegando aos 6,6%. De 2008 para 2009, a taxa de desemprego nos países do G7 saltou de 5,9%, em média, para a casa dos 8%. A previsão para o final de 2012 já é de 7,7%⁸⁹. Tal aumento nas taxas de desemprego constitui uma oportunidade para o Brasil na busca por mão de obra qualificada no âmbito do mercado global, com vistas a suprir carências específicas de seu mercado por meio da contratação de estrangeiros. Na presente subseção, utilizamos o exemplo dos países europeus, em alguns casos incluindo os EUA, apenas a título de exemplo, em vista da grande abundância de dados disponíveis na base de dados da Eurostat⁹⁰.

De acordo com o Gráfico 2.6.1, a faixa etária que compreende dos 20 aos 34 anos possui o maior nível de desemprego dos países pertencentes à União Europeia dentre todas as faixas etárias analisadas. A falta de oportunidades se faz presente em todos os setores dentro do mercado de trabalho. Mesmo em segmentos como “Ciências, Matemática e Computação” e “Engenharia, Indústria e Construção”, nas quais o Brasil possui flagrante carência, observamos respectivamente 7,5% e 5,4% de desemprego entre os jovens de 20 a 34 anos.

Gráfico 2.6.1

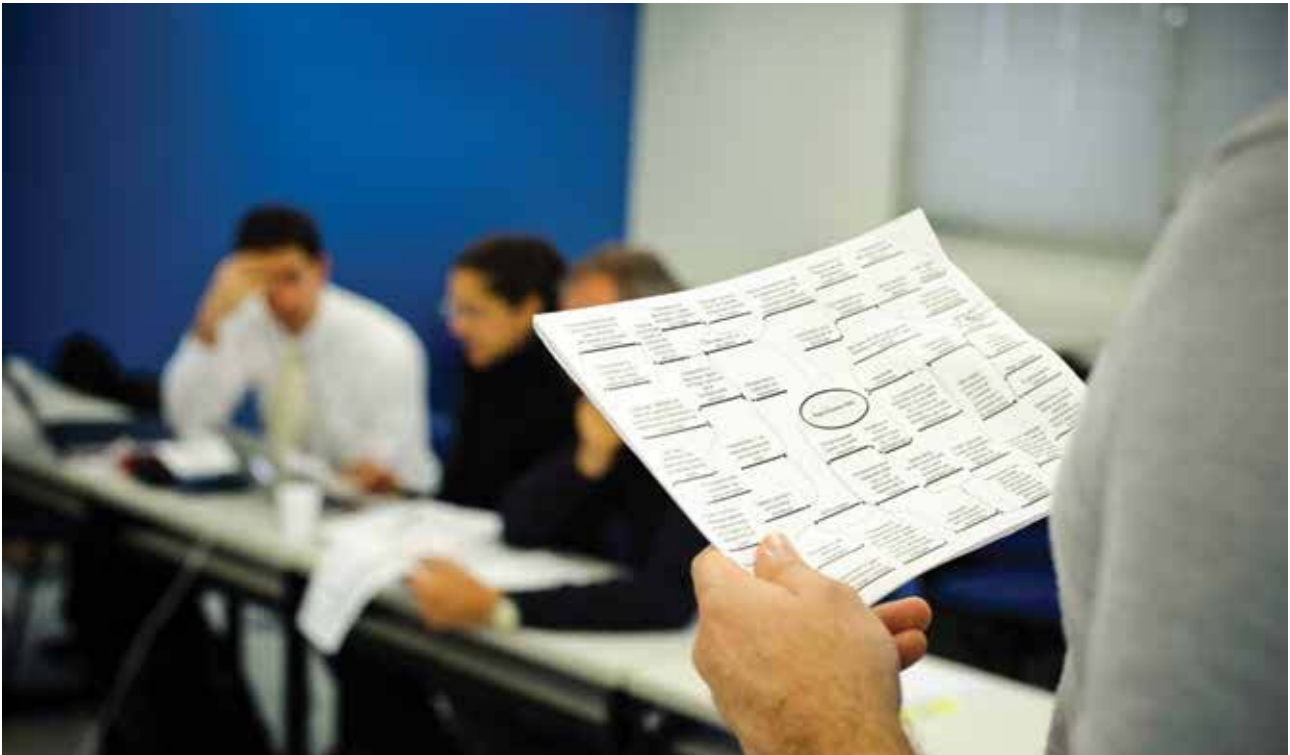
Taxa de desemprego no conjunto dos países europeus, por área de estudo e faixas de idade, 2003-2007



FONTE: DAPP/FGV com base nos dados do Eurostat.

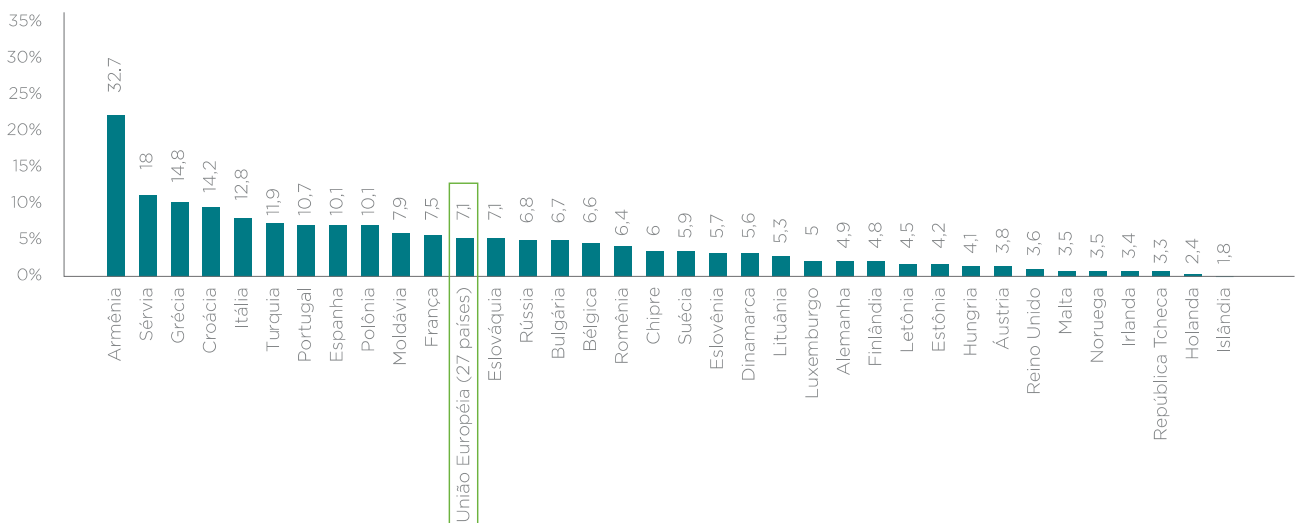
- Educação
- Artes e humanidade
- Ciências sociais, negócios e direito
- Ciências, matemática e computação
- Engenharia, indústria e construção
- Agricultura e medicina veterinária
- Saúde e bem estar
- Serviços

O Gráfico 2.6.2 demonstra que a taxa de desemprego entre pessoas com pelo menos ensino superior e idades entre 20 e 34 anos é bastante alta em diversos países europeus, entre os quais países que tradicionalmente enviam migrantes para o Brasil, como Itália (12%), Turquia (11%), Portugal (10%), Espanha (10%) e França (7,5%). A



União Europeia, como um todo, apresenta um índice de desemprego significativo nessa mesma população (7,1%). É possível inferir que os jovens recém-formados estão tendo relativa dificuldade em se integrarem ao mercado de trabalho em grande parte dos países europeus.

*Gráfico 2.6.2
Taxa de desemprego entre pessoas com ensino superior completo e idade entre 20 e 34 anos em diversos países europeus, 2003-2007*

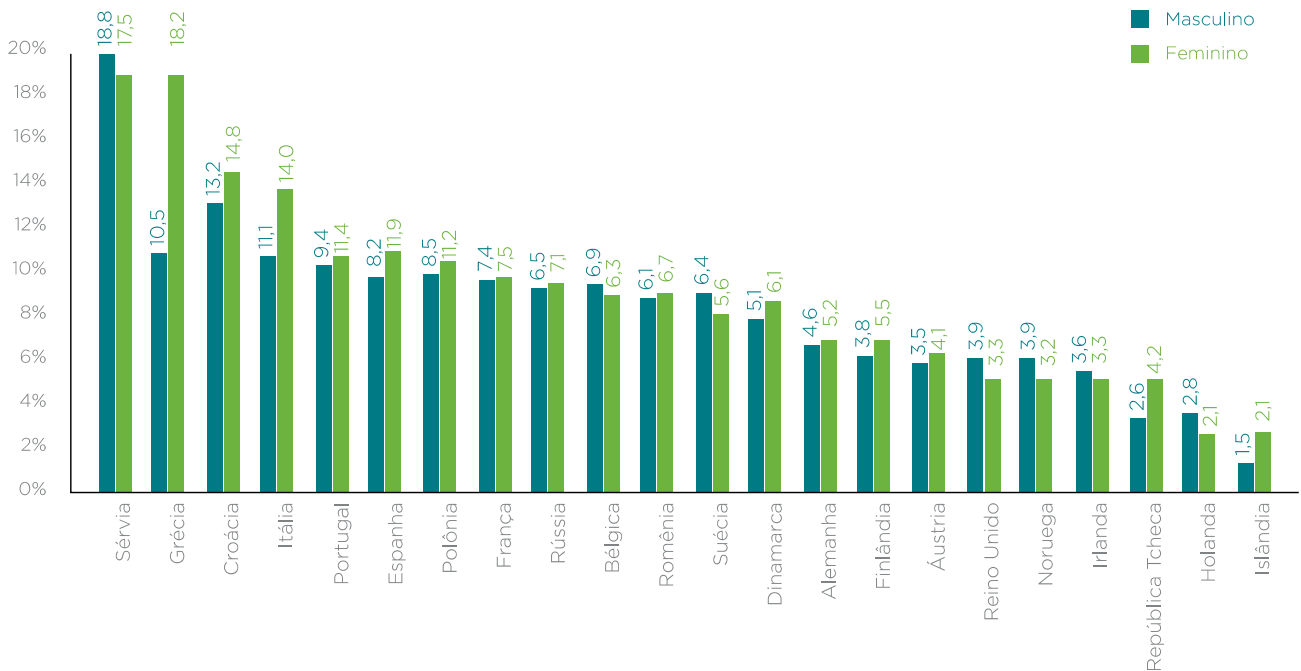


FONTE: DAPP/FGV com base nos dados do Eurostat.

Tal como demonstrado no Gráfico 2.6.3, em boa parte dos países com as mais altas taxas de desemprego entre indivíduos na faixa etária de 20 a 34 anos, com pelo menos ensino superior, o desemprego é maior entre as mulheres do que entre os homens. Esse fato indica a existência de uma oportunidade para políticas de atração voltadas para mulheres.

Gráfico 2.6.3

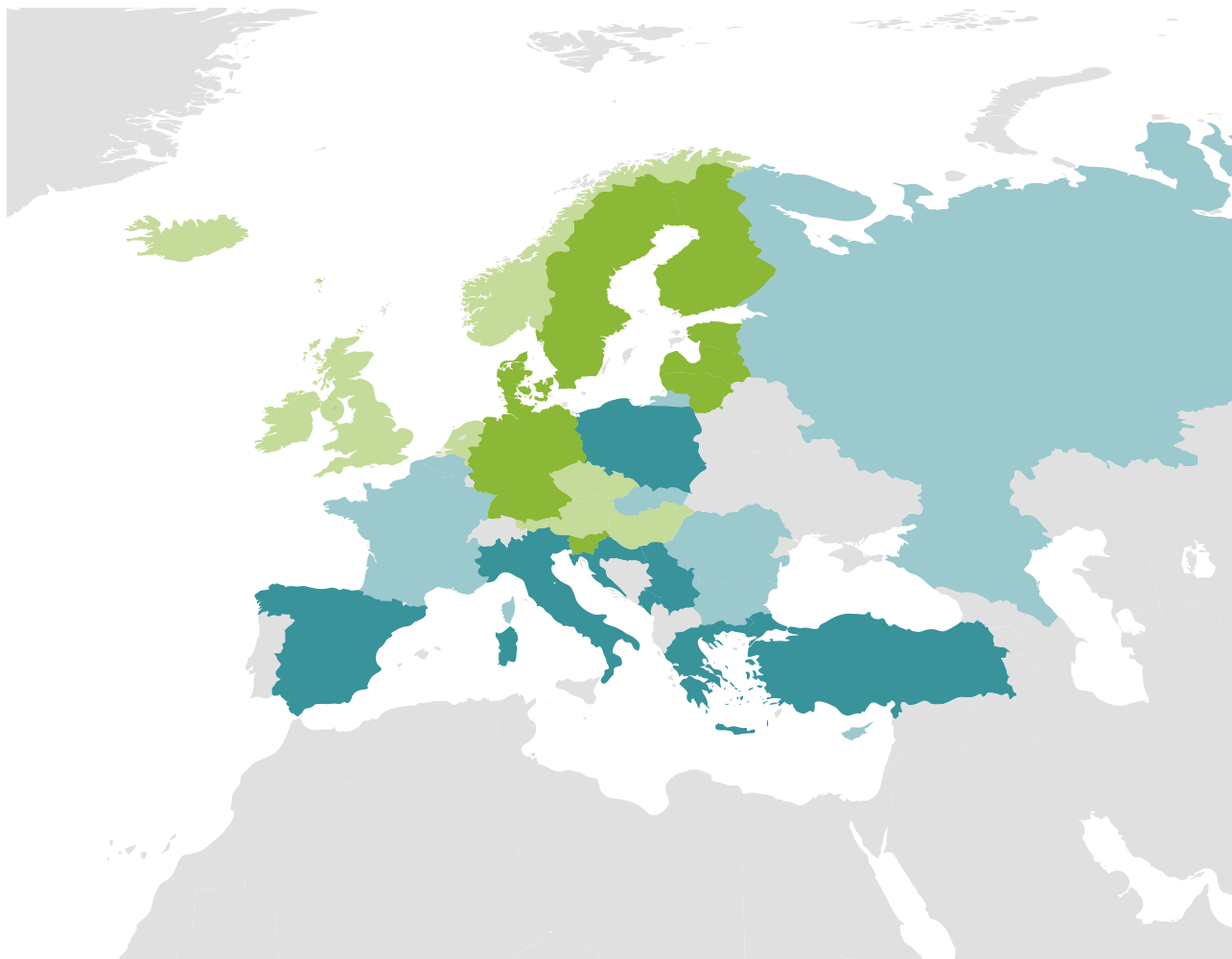
Taxa de desemprego entre pessoas com idade entre 20 e 34 anos, por gênero, em diversos países europeus, 2003-2007



FONTE: DAPP/FGV com base nos dados do Eurostat.

A Figura 2.6.4 traz um mapa com as taxas de desemprego entre pessoas com pelo menos ensino superior e idade entre 20 e 34 anos, e demonstra a situação alarmante na qual a Europa vive atualmente. Países como Itália, Portugal, Grécia e Espanha figuram com taxas de desemprego acima de 3%. Países como França, Rússia e Alemanha, que têm papel de protagonistas dentro do cenário da produção científica e tecnológica europeia, apresentam taxas de desemprego relativamente mais baixas, de 6% a 9%, porém ainda significativas. Há, portanto, oportunidade significativa para atração de talentos ociosos na Europa, fato que representa possibilidades de ganhos evidentes para os pretensos migrantes, para o Brasil, que pode vir a se beneficiar pela minoração de déficits de qualificação profissional, e até mesmo para os países de origem, que podem se beneficiar de remessas de capital, bem como de um possível incremento do comércio com o Brasil.

Figura 2.6.4
Taxa de desemprego entre pessoas com idades entre 20 e 34 anos e ao menos ensino superior completo em diversos países europeus, 2003-2007



FONTE: DAPP/FGV com base nos dados do Eurostat.

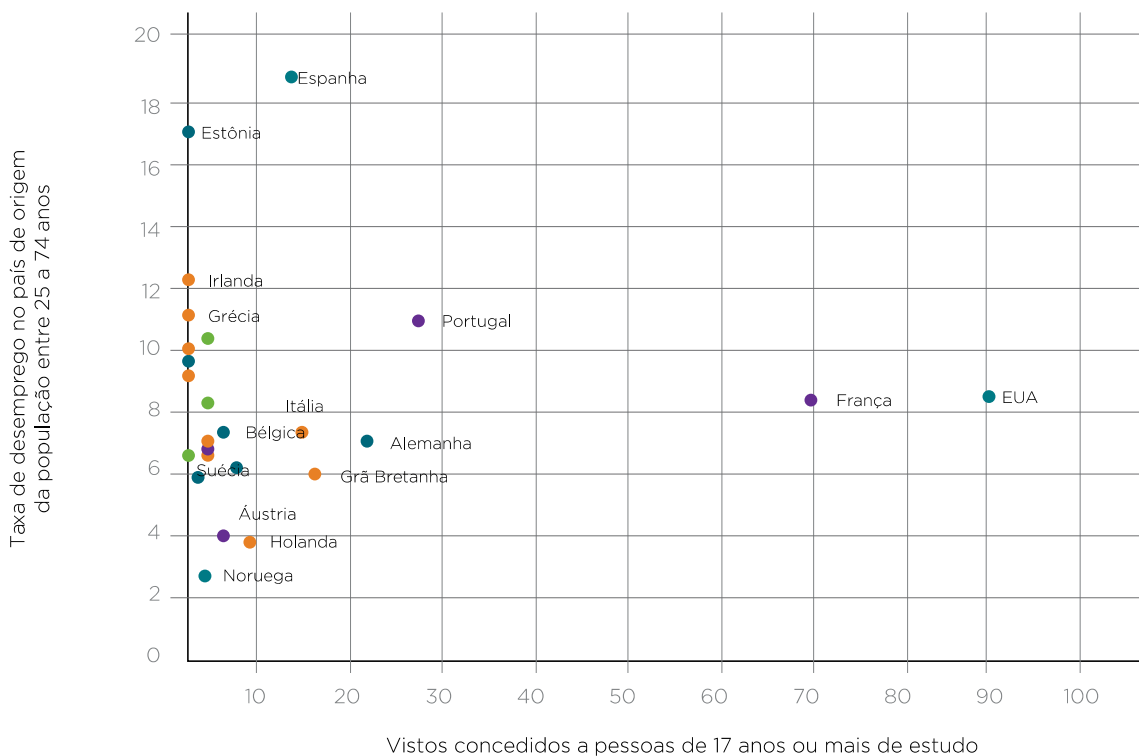
TAXA DE DESEMPREGO	DE
□	Não aplicável
□	até 4,15%
□	4,15% até 5,9%
□	6% até 9%
□	9,1% até 33%

PAÍS	Taxa	PAÍS	Taxa	PAÍS	Taxa	PAÍS	Taxa
Armênia	32,7%	Moldávia	7,9%	Eslovênia	5,7%	Áustria	3,8%
Sérvia	18%	França	7,5%	Dinamarca	5,6%	Reino Unido	3,6%
Grécia	14,8%	Eslováquia	7,1%	Lituânia	5,3%	Malta	3,5%
Croácia	14,2%	Rússia	6,8%	Luxemburgo	5%	Noruega	3,5%
Itália	12,8%	Bulgária	6,7%	Alemanha	4,9%	Irlanda	3,4%
Turquia	11,9%	Bélgica	6,6%	Finlândia	4,8%	República Tcheca	3,3%
Portugal	10,7%	Romênia	6,4%	Letônia	4,5%	Holanda	2,4%
Espanha	10,1%	Chipre	6%	Estônia	4,2%	Islândia	1,8%
Polónia	10,1%	Suécia	5,9%	Hungria	4,1%		

O Gráfico 2.6.5 cruza as taxas de desemprego nos países estrangeiros observados com o total de vistos concedidos para trabalhadores com 17 anos de estudo ou mais, advindos de tais países, por quatro anos de permanência ou mais. O objetivo é capturar uma relação entre disponibilidade de recursos humanos altamente qualificados e a facilidade relativa de atraí-los para o Brasil, e mantê-los aqui, de modo a identificar, num universo constituído pelos países europeus, acrescidos dos EUA, os países nos quais devemos prioritariamente buscar mão de obra altamente qualificada. Essa análise leva em conta a importância das redes constituídas pelos imigrantes que já se encontram no país como fator de atração e facilitação da integração dos imigrantes à sociedade nacional. Destacam-se no quadro os EUA, países europeus de idiomas latinos (França, Portugal, Itália e Espanha), além de Alemanha e Grã-Bretanha. A alta taxa de desemprego na Espanha, frente ao número relativamente baixo de vistos concedidos pelo governo brasileiro a trabalhadores espanhóis altissimamente qualificadas parece indicar a existência de uma oportunidade que poderia ser melhor explorada.

Gráfico 2.6.5

Cruzamento entre a taxa de desemprego nos países de origem (entre países europeus acrescidos dos EUA) e o total de vistos concedidos por quatro anos ou mais para pessoas altissimamente qualificadas (com 17 anos de estudo ou mais), 2010

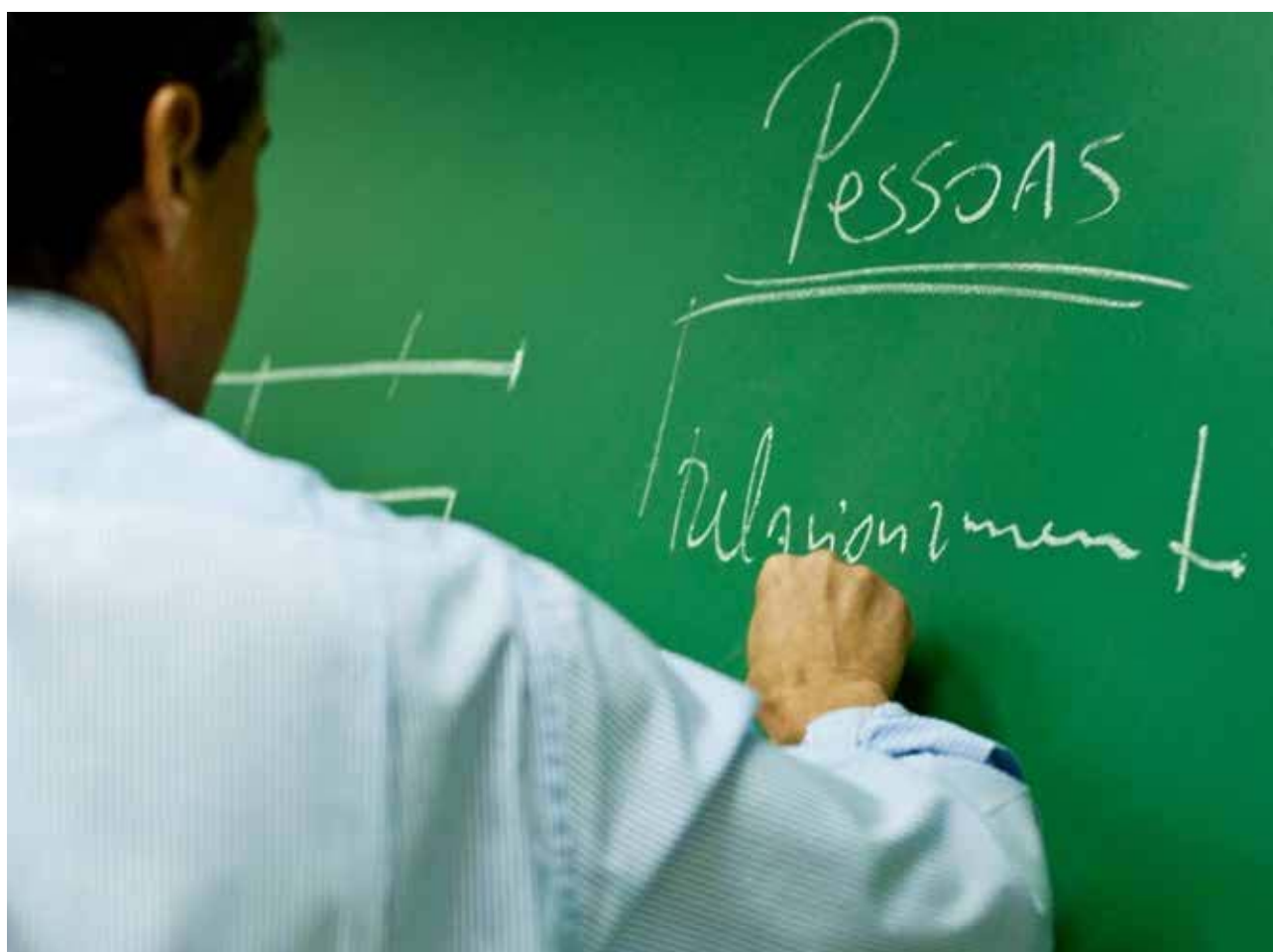


A percepção sobre a oportunidade para atrair profissionais altamente qualificados pode ser ainda refinada pela análise das taxas de desemprego em cada uma das diferentes áreas de formação nos diversos países europeus e pelos tipos de vistos concedidos aos trabalhadores de cada uma das nacionalidades. Analisando a Tabela 2.6.1 de acordo com as carências no mercado de trabalho brasileiro, constatamos que há a possibilidade de buscar engenheiros prioritariamente em países como Itália e Portugal, e profissionais de computação em países como Itália, Espanha, Portugal e França.

Tabela 2.6.1
Taxa de desemprego entre pessoas com ao menos ensino superior completo e idade entre 20 e 34 anos, por áreas de formação selecionadas (países selecionados de acordo com os gráficos anteriores), 2003-2007

Países	Educação	Ciências Sociais, Negócios e Direito	Ciências, Matemática e Computação	Engenharia, Indústria e Construção	Agricultura e Medicina Veterinária	Saúde e Bem-estar
Bélgica	4,7	7	5,8	4,6	7,2	3,3
Alemanha	3,9	4,2	5,6	4,7	3,4	4,2
Espanha	11,5	10,4	10,7	5,9	13,2	9,1
França	2,1	8,7	7,5	6,3	6,4	3,3
Itália	10,1	13,5	12,8	8,6	15,9	6,6
Portugal	13,7	9,7	10,8	8,5	7,5	6,5
Reino Unido	1,6	3,3	4	2,3	3,6	1,7
Noruega	1,7	2,8	3,5	3,5	7,2	1

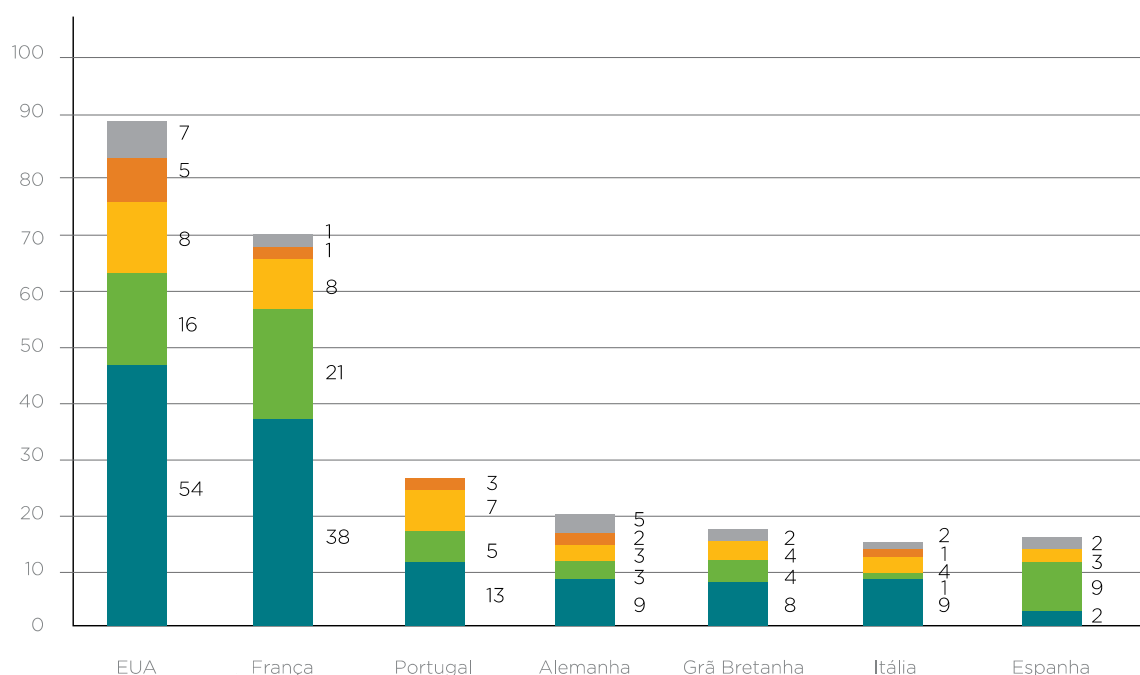
Fonte: FGV/DAPP com base nos dados do EUROSTAT.



O Gráfico 2.6.6 apresenta os tipos de vistos por país de origem. Notamos a grande importância da França, seguida pelos EUA, quando se trata de vistos concedidos nas áreas de ciência e tecnologia ou prestação de serviço de assistência técnica. A Espanha se posiciona em terceiro, tendo nessa categoria uma notável proporção de seu total de vistos. Quando se trata de vistos concedidos a professores ou pesquisadores, EUA e França aparecem empatados em primeiro lugar, seguidos de perto por Portugal.

Gráfico 2.6.6

Quantidades de vistos concedidos pelo governo brasileiro a trabalhadores estrangeiros altissimamente qualificados (17 anos de estudo ou mais), por países de origem (países selecionados de acordo com os gráficos anteriores), 2010



Fonte: FGV/DAPP com base nos dados do MTE.

- Vínculo empregatício em entidade empregadora estabelecida no Brasil
- Administrador, gerente, diretor executivo com poderes de gestão de sociedade civil ou comercial, grupo ou conglomerado econômico
- Transferência de tecnologia e/ou prestação de serviço de assistência técnica
- Visto para professor ou pesquisador
- Outros

Outros: Investidor estrangeiro pessoa física, estágio de ensino superior ou profissional, artista ou desportista, casos omissos ao Conselho Nacional de Imigração, trabalho a bordo de embarcação ou plataforma estrangeira

As análises precedentes podem ser ainda mais matizadas de acordo com necessidades específicas. Se, por exemplo, considerarmos como objetivo promover o desenvolvimento em áreas científicas de ponta, um caminho adequado seria realizar uma pesquisa específica sobre profissionais de renome e jovens promissores atuando nas áreas elencadas como estratégicas pelo Plano de Ação: Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional, 2012-2015, elaborado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), a serem atraídos em cada um dos países priorizados para obtenção de talentos.

Há grande desemprego na Europa, inclusive em áreas de atuação nas quais o Brasil possui carências, tais como engenharia e TIC. Entre os países com mais altas taxas de desemprego, a proporção de mulheres desempregadas é, na maior parte dos casos, mais alta que a dos homens. Na Europa, há também taxas elevadas de desemprego entre os jovens com ensino superior. Tais fatos, assim como as oportunidades por eles geradas, devem ser considerados ao elaborar políticas para atrair profissionais qualificados. No universo constituído pelos países europeus e os EUA, considerando-se a relação entre a disponibilidade de recursos humanos altamente qualificados e a facilidade relativa de atraí-los, levando em conta a importância da rede constituída pelos imigrantes que já se encontram no país como fator de atração, os EUA, alguns dos países europeus de idiomas latinos (França, Portugal, Itália e Espanha), além da Alemanha e Grã-Bretanha, devem ser focos privilegiados para a política brasileira de atração de talentos. É preciso que sejamos capazes de elaborar políticas públicas para atrair mão de obra qualificada que levem em conta os déficits no mercado de trabalho brasileiro e a disponibilidade de mão de obra qualificada nos demais países, de acordo com uma perspectiva estratégica sobre o desenvolvimento nacional.

2.7

ESTRUTURA INSTITUCIONAL NECESSÁRIA PARA OPERACIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO

RESUMO

- A política imigratória brasileira ainda hoje se orienta pela Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que foi elaborada sob o regime de exceção, e carece de instrumentos para a condução de uma política de imigração voltada aos interesses nacionais de desenvolvimento econômico, estando fundada sob a ótica exclusiva da segurança nacional.
- O sistema de gestão das migrações internacionais no Brasil é resultado do trabalho do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e se centra sobre a perspectiva de valorizar a inclusão social e a garantia dos direitos humanos.
- Percebe-se uma fragmentação do monitoramento de imigração no Brasil, uma vez que essa função encontra-se distribuída entre quatro órgãos: Ministério da Justiça, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério das Relações Exteriores e Polícia Federal.
- Há urgente necessidade de prover instrumentos para que o Governo Federal possa constituir uma agenda para a construção de políticas públicas eficientes voltadas para o tema das imigrações.
- A possibilidade de realizar uma política estratégica sobre a questão dos estrangeiros no Brasil depende de uma maior coordenação entre os órgãos do Governo Brasileiro e o estabelecimento de compartilhamento sistêmico de informações, o que permitirá melhor controle, monitoramento e gerenciamento.

No caso brasileiro, as possibilidades de aproveitar as consequências positivas da mobilidade internacional ainda são dificultadas por uma série de obstáculos institucionais e jurídicos. A política imigratória brasileira ainda hoje se orienta pela Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que foi elaborada sob o regime de exceção⁹¹, e carece de instrumentos para a condução de uma política de imigração voltada aos interesses nacionais de desenvolvimento econômico. A referida política ainda está calcada sobre a ótica exclusiva da questão da segurança nacional⁹², ainda que, mesmo nesse caso, seus fundamentos sejam insuficientes para dar conta das feições que a problemática da segurança de fronteiras assume na contemporaneidade.

O sistema atual de gestão das migrações internacionais no Brasil é resultado do trabalho do Conselho Nacional de Imigração. A atuação do CNIg se destaca na tentativa de valorizar a inclusão social e a participação coletiva dos instrumentos de políticas públicas no Brasil. A instituição, porém, restringe seu trabalho principalmente nas questões mais estruturais, que colocam os imigrantes em situação social de risco. São eles a falta de integração, más condições de trabalho, exploração ilegal de trabalho infantil, entre outras mazelas às quais estão expostos. A CNIg tem papel reconhecidamente importante na gestão das migrações do Brasil. A instituição não comporta, contudo, a tarefa de formular políticas migratórias de longo prazo que tenham como objetivo o desenvolvimento socioeconômico. Cabe, entretanto, lembrar que o norte orientador da atual Lei de Estrangeiros dispõe em seu artigo 16, que diz:

Parágrafo único – A imigração objetivará, primordialmente, a propiciar mão de obra especializada aos vários setores da economia nacional, visando à Política Nacional de Desenvolvimento em todos os seus aspectos, e, em especial, ao aumento da produtividade, à assimilação de tecnologia e à captação de recursos para setores específicos.

A fim de apresentar dados que auxiliem no dimensionamento dos fluxos de migrantes qualificados de diferentes países do mundo para o Brasil, o presente estudo se vale de dados de diferentes fontes, a saber, Ministério da Justiça, Ministério do Trabalho e Emprego (2006 a dez. 2011) e o Censo 2010. Uma das conclusões mais estarrecedoras de nossas análises dá conta dos graves problemas nas bases de dados do Ministério do Trabalho. Nessa base, dentre 264.476 vistos de trabalho pesquisados, foram encontrados 3.113 registros duplicados. Adicionalmente, encontramos problemas como datas de nascimento erradas (exemplos: 11/06/0070 ou 16/02/0078), data de nascimento menor que a data de entrada no Brasil, crianças com visto de trabalho, idades inconsistentes com a escolaridade (exemplos: ensino médio com 11 anos ou graduação com 15 anos), totalizando 225 casos corrigidos.

Percebeu-se uma fragmentação do monitoramento de imigração no Brasil, uma vez que essa função encontra-se distribuída entre quatro órgãos principais: Ministério da Justiça (MJ), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério das Relações Exteriores (MRE) e Polícia Federal (PF). Contudo, esta repartição de competências não é clara, na medida em que alguns destes órgãos funcionam como interface para a atuação de outros, o que pode gerar confusão quanto à delimitação de suas competências. O baixo grau de integração entre os dados dos Ministérios faz com que as informações a respeito do perfil dos estrangeiros que ingressam no Brasil fiquem perdidas, não dando o suporte necessário ao Governo Federal para a elaboração de uma agenda para a construção de políticas públicas eficientes voltadas para o tema das imigrações.

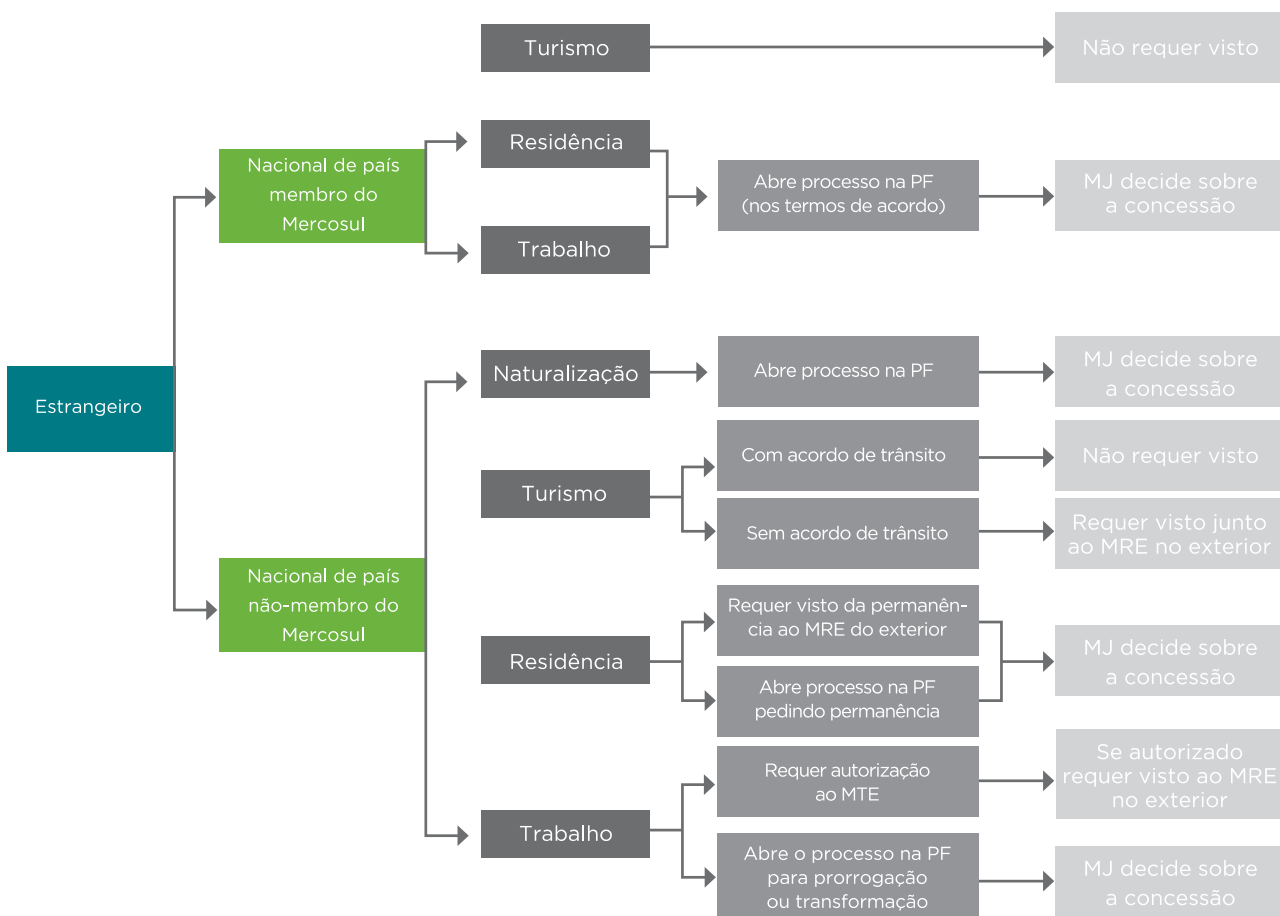
Constatamos que o atual controle nacional de imigrações é tanto insuficiente quanto ineficiente. De fato, o sistema de controle de imigrantes é fragmentado, havendo baixo grau de controle sobre a saída do estrangeiro, com apenas algumas bases de dados inconsistentes e dispersas entre os órgãos. Desse modo, a estrutura de Estado voltada para a segurança, controle interno e controle de fronteiras necessita de urgentes aperfeiçoamentos. Queremos aqui ressaltar os riscos da negligência no

tocante à criação e gestão de políticas adequadas de controle de imigração e atração de mão de obra qualificada. Para tal, o primeiro passo deve ser a adequada coleta e análise de dados. Há, portanto, a urgente necessidade de antecipar os desafios futuros, construindo cenários a respeito dos efeitos do aumento da mobilidade sobre o desenvolvimento social e econômico das nações. Nesse sentido, o Brasil falha na tentativa de promover uma maior integração entre política migratória, política de desenvolvimento, ciência e tecnologia, política comercial e relações exteriores.

Um levantamento preliminar realizado pela equipe técnica da FGV, junto a dirigentes do Ministério da Justiça, permitiu traçar um quadro geral sobre o tratamento dado a questões referentes a estrangeiros e ao fluxo de informações sobre estes estrangeiros no contexto do governo brasileiro.

Importa o fato de que a origem interfere na questão do tratamento do estrangeiro. Estrangeiros originários de países membros do Mercosul têm tratamento diferenciado, seja na possibilidade de ingresso no país para turismo, sem necessidade de visto ou mesmo de passaporte, seja na possibilidade de regularizar sua situação no país, caso esteja residindo ou trabalhando de forma irregular. Nacionais de países que possuem acordo de trânsito também são dispensados de visto de turismo, mas estão sujeitos ao regime comum de requerimento de visto de permanência (residência e trabalho). Os diferentes tratamentos e fluxos para solução de demandas referentes a estrangeiros estão demonstrados na Figura 2.7.1.

Figura 2.7.1
Árvore de macroprocessos das instituições envolvidas na gestão das imigração



FONTE: DAPP/FGV.

O fluxo em formato de árvore decisória apresentado na Figura 2.7.1 permite perceber que existem três tipos principais de tratamento. Primeiro, uma dicotomia entre estrangeiros provenientes dos países membros do Mercosul e provenientes de outros países. Há ainda um fluxo específico para questões referentes à naturalização em que o tratamento dado ao estrangeiro independe de sua origem.

No caso de estrangeiros oriundos de países membros do Mercosul, não há necessidade de visto para turismo e os vistos para residência e trabalho seguem o mesmo procedimento. Para os estrangeiros de outros países, a necessidade ou não do visto de turismo depende de acordos de trânsito internacional. Os pedidos de vistos de permanência destes estrangeiros possuem procedimentos diferentes, caso se encontrem dentro ou fora do país. Já os pedidos de visto de trabalho seguem sempre o mesmo procedimento.

Assim, pode-se ver que a situação geopolítica tem forte influência nas questões relativas aos estrangeiros, incluídos aqui tanto o país do qual o estrangeiro é natural quanto o local em que se encontra (dentro ou fora do Brasil). Nesse sentido, questões relativas a estrangeiros que se encontram no exterior são tratadas junto ao MRE, por meio das representações brasileiras em outros países. O MRE decide sobre questões de visto de turismo a estrangeiros, sua competência precípua, e também funciona como intermediário entre o estrangeiro que se encontra no exterior e o MJ, para os pedidos de visto de permanência (residência), e o MTE, para pedidos de visto de trabalho.

A Polícia Federal, por sua vez, faz o controle migratório nas fronteiras, sua competência precípua, mas também funciona como intermediário entre o estrangeiro que se encontra no país e o MJ, para os pedidos de visto de permanência (residência), pedidos de prorrogações e transformações de visto de trabalho e pedidos de naturalização, bem como vistos de trabalho e permanência de estrangeiros oriundos de países membros do Mercosul. Somente com autorização expressa, o estrangeiro pode dirigir seu pedido diretamente ao MJ. O pedido de visto de trabalho para o estrangeiro que se encontra no país, por sua vez, deve ser dirigido diretamente ao MTE.

A profusão de competências e sobreposições de procedimentos e mandatos traz consigo uma proliferação de sistemas informatizados autônomos e isolados, que resulta na fragmentação da informação sobre os estrangeiros no país.

A PF possui diversos sistemas de registro, entre eles o Sistema de Registro e Cadastro de Estrangeiros (Sincere), o Sistema de Tráfego Internacional (Sinte) e o Sistema de Acompanhamento de Processos (Siapro), além de uma versão antiga do Sistema de Tráfego Internacional, denominada STI. O MJ utiliza o Siapro para os processos de sua competência e possui os dados referentes a pedidos de naturalização (de sua competência exclusiva), bem como acesso aos demais sistemas gerenciados pela PF.

Os demais órgãos possuem seus próprios sistemas, sem comunicação entre eles. Assim, diferentes fluxos e ausência de coordenação produzem informações incompletas, que geram impactos negativos na gestão da questão do estrangeiro no país e na possibilidade de efetivar políticas relativas ao tráfego internacional de pessoas.

Um exemplo deste problema é o isolamento da Receita Federal (RF) frente aos demais órgãos que possuem competência para a questão do estrangeiro no país. As bases da RF possuem informações sobre os estrangeiros economicamente ativos que declaram renda e pagam imposto no Brasil. Contudo, pela ausência de cruzamento de informações, não é possível saber se estes estrangeiros estão exercendo atividade econômica legalmente no país. Por outro lado, também não é possível saber se os estrangeiros que entraram no Brasil para exercer atividade econômica estão declarando renda e pagando seus impostos.

Assim sendo, o levantamento preliminar do fluxo de informações sobre estrangeiros entre os diferentes órgãos do governo brasileiro permite extrair algumas conclusões no campo de políticas públicas. A implantação e efetividade de políticas públicas de tráfego internacional de pessoas dependem da existência de um sistema de informações que permita conhecer, monitorar e gerenciar as questões relativas a estrangeiros no Brasil, tanto em caráter individual quanto no tratamento de agregados que produzem conhecimento gerencial capaz de orientar a formulação de políticas. A fragmentação de competências para questões relativas a estrangeiros no Brasil vem acompanhada da ausência de uma sistemática de coordenação entre os órgãos que possuem essas competências. A possibilidade de realizar uma política pública sobre estrangeiros no Brasil depende de uma maior coordenação entre os órgãos do governo brasileiro e do estabelecimento de um compartilhamento sistêmico de informações, de forma a permitir melhor controle, monitoramento e gerenciamento dos estrangeiros que residem no país.





CONCLUSÃO E SÍNTESE DE APONTAMENTOS

O aumento da mobilidade humana, propiciada pela revolução dos transportes, associada à explosão do tráfego de informações, possibilitado pelo desenvolvimento das telecomunicações e da tecnologia da informação, convergindo para a emergência de uma economia global crescentemente integrada, com mercados nacionais crescentemente interdependentes, implicam que a unidade política dos Estados Nações seja cada vez mais pensada a partir de suas condições de permeabilidade a fluxos de pessoas, bens, serviços e informações.

Em primeiro lugar, é preciso que as políticas migratórias sejam discutidas juntamente com as políticas econômicas e comerciais, no bojo de negociações levadas a cabo em organismos multilaterais. De fato, a falta de cooperação entre os países de origem, trânsito e destino provoca um desafio na regulamentação dos fluxos de migração, especialmente no contexto atual de interdependência global. Diferente dos fluxos de mercado e capitais, as políticas de migração, na realidade, tendem a ser unilaterais e restritivas. Enquanto a Organização Mundial de Comércio (OMC) observa as negociações de mercado, e o Fundo Monetário Internacional (FMI), em conjunto com o *Global Financial Board* (GFB), gerencia a mobilidade de capital, não existem organizações regulamentando a migração.

Outro desafio importante decorre do fato de que as burocracias estatais estejam verticalmente estruturadas, e que o limite das competências dos diferentes órgãos de governo esteja distribuído em acordo com temas específicos. Políticas Públicas de imigração devem atravessar ortogonalmente diferentes instâncias burocráticas e âmbitos de responsabilidades, exigindo, portanto, uma capacidade extraordinária de coordenação entre os órgãos de governo, tanto no que se refere ao planejamento quanto à execução. Políticas de controle da imigração devem levar em conta temas tão diversos como os déficits de competência no mercado de trabalho, o planejamento estratégico da política de CT&I, as parcerias e nexos de cooperação que se pretende desenvolver no âmbito das relações exteriores, o sistema de segurança interna do país, a tradutibilidade e a validade de documentos entre diferentes sistemas educacionais, questões relacionadas à gestão de conflitos étnicos e à integração social, entre outros.

A elaboração de uma política de imigração deve, portanto, levar em conta um grande número de temas, envolvendo diversos órgãos de governo (justiça, trabalho, educação, direito das minorias, segurança, seguridade social, desenvolvimento etc.). Além disso, é importante lembrar que a responsabilidade pela gestão de um sistema de mobilidade não recai unicamente sobre os estados, distribuindo-se por diferentes níveis de governança: governos subnacionais; governos nacionais em arranjos unilaterais, bilaterais ou multilaterais; arranjos regionais (incluindo atores supranacionais como o Mercosul); organizações globais (como a Organização Mundial do Comércio), e mesmo megacorporações multinacionais. A importância de cada um desses atores varia em função das conjunturas sócio-históricas e arranjos geopolíticos específicos.

Em um novo sistema internacional de mobilidade, os governos não podem mais se orientar com base em debates abstratos ou ideológicos. Nesse sentido, trata-se da busca por conjuntos de incentivos e restrições, levando em conta os déficits de habilidades no mercado de trabalho e a estratégia de desenvolvimento nacional, de modo a atrair indivíduos com determinados perfis profissionais, de acordo com características e qualificação necessárias, tempo de permanência esperado, propensão à participação em redes estratégicas etc. Ao buscar uma estratégia para tirar proveitos dos fluxos migratórios, é fundamental que se possam considerar

os diferentes *trade-offs*, no que se refere a desenvolvimento, equilíbrio do sistema previdenciário, segurança nacional, promoção de desenvolvimento em CT&I, promoção de direitos de minorias e integração nacional etc. Um dos grandes avanços no cenário político nacional parece ser a ampla aceitação da importância do tema da educação como vetor de desenvolvimento político, econômico e civilizacional. Entretanto, há o problema evidente de que as políticas de educação devem necessariamente ser pensadas em médio e longo prazo. Uma política de atração de imigrantes qualificados pode oferecer uma resposta muito mais ágil para suprir a demanda por competências do mercado e, ainda, encurtar a transição geracional, acelerando o processo de amadurecimento de um sistema educacional adequado, por meio do recrutamento de quadros qualificados para formarem as futuras gerações. Políticas de imigração devem ser implementadas em conjunto com reformas fundamentais nos sistemas de educação e treinamento profissional, nas políticas de regulação do mercado de trabalho, reformas nos sistemas de saúde e seguridade pública, com o objetivo de criar economias competitivas que sirvam bem aos interesses nacionais na economia global.



É altamente provável que a mobilidade humana continue a crescer globalmente. Também é presumível que a demanda brasileira por imigrantes com diferentes graus de qualificação venha a crescer. Assim, é preciso criar um amplo leque de políticas públicas de controle do acesso ao mercado de trabalho, que possibilitem identificar, atrair e reter trabalhadores com alta qualificação nas áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento do país. Atrair talentos no exterior pode ser difícil, em virtude da grande competição global, em especial nos campos da saúde, ciência, tecnologia da informação etc. Para uma política bem sucedida de atração de talentos, é preciso levar em consideração as realidades de mercado e os melhores incentivos a serem oferecidos aos prospectivos imigrantes, assim como as redes relacionais e o papel da pertença a diferentes grupos sociais na tomada de decisão.

O Brasil foi capaz, ao longo de sua história, de moldar instrumentos de Estado para fazer frente aos desafios com os quais se viu defrontado. Atualmente, no que se refere a temas como os modelos de desenvolvimento em uma economia globalizada, questões como a relação entre desenvolvimento socioeconômico e desenvolvimento de CT&I de ponta e as políticas de imigração voltadas para atração de imigrantes qualificados emergem como desafios cada vez mais urgentes. Nesse sentido, observa-se um déficit de integração de instrumentos normativos, políticos e de análise como base para elaboração e monitoramento de políticas públicas eficientes voltadas para o tema das imigrações como vetor de desenvolvimento. O Brasil precisa aprimorar a integração de suas políticas de imigração com as políticas de desenvolvimento industrial, de CT&I, de direitos humanos, de segurança, de trabalho e de relações exteriores. Existe a necessidade, no presente momento histórico, de que as instituições responsáveis e suas pactuações intragovernamentais se aperfeiçoem de modo a promover de forma concertada os avanços normativos e institucionais necessários à execução de uma política de imigrações que atenda ao interesse nacional.

Para a elaboração mais eficiente de Políticas Públicas voltadas para a regulação dos fluxos migratórios, é fundamental que tenhamos métodos de coleta e sistematização eficiente de dados, capacidade de análise estatística, além de formas de compartilhamento de dados entre países. De fato, o Brasil conta com a vantagem de possuir sólidas estruturas de Estado. Desse modo, além da atualização de marcos normativos, o país poderia se beneficiar da criação de uma agência específica, capaz de catalisar iniciativas, fortalecer matricialmente as estruturas existentes e integrar a gestão, sob condução política concertada dos ministérios envolvidos.

O conjunto de reflexões desenvolvidas neste estudo nos possibilitou estabelecer algumas diretrizes que devem nortear a elaboração de políticas públicas, racionais, sistêmicas e bem fundamentadas, voltadas para a atração de imigrantes qualificados como vetor do desenvolvimento socioeconômico do país. São elas:

- Basear-se nas análises dos fatores condicionantes dos fluxos migratórios e na projeção dos impactos das migrações.
- Considerar as perspectivas das populações dos países de origem, da sociedade nacional e da própria população migrante para a consecução de políticas responsáveis.
- Garantir os direitos humanos para a população de imigrantes.
- Integrar harmonicamente os imigrantes à sociedade brasileira.
- Proteger os trabalhadores nacionais.
- Assegurar a manutenção da segurança nacional.
- Considerar desenvolvimento demográfico, bem como os ciclos e tendências econômicas.
- Propiciar o desenvolvimento socioeconômico nos âmbitos nacional, regional e local.
- Suprir déficits de competências no mercado de trabalho brasileiro.
- Complementar a estratégia de desenvolvimento nacional na área de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I).
- Ligar-se ao estímulo do setor empresarial inovador e ao fortalecimento do empreendedorismo.
- Buscar contribuir para o aumento da produtividade e para o aporte do valor agregado à produção das indústrias alocadas no Brasil.
- Contribuir para o desenvolvimento de parcerias comerciais no âmbito internacional.
- Integrar-se à estratégia geopolítica, tomando em conta negociações levadas a cabo em organismos multilaterais.
- Envolver a sociedade civil por meio de amplo debate público.
- Criar vias mais rápidas e desburocratizadas para a regularização da situação de imigrantes altamente qualificados.
- Integrar os diversos órgãos de Estado concernidos na política de imigração e propiciar meios para a negociação de consensos.
- Prover ferramentas efetivas para coordenação, alinhamento dos fluxos de informação, acúmulo, cruzamento e análise de dados.
- Prover meios institucionais para efetividade na gestão, por meio da criação de uma agência de imigração com múltiplas competências, integrando e fortalecendo matricialmente as estruturas de Estado existentes.

NOTAS

1. Cf. KEELEY, 2009, p.12
2. Cf. KEELEY, Op. cit.
3. Cf. SASSEN, 1988.
4. Cf. SASAKI e ASSIS, 2000.
5. Cf. COENTRO, 2011.
6. Cf. FIRMEZA, 2007.
7. Cf. PNUD, 2009.
8. Cf. PATARRA, 2006; e COENTRO, 2011.
9. Cf. MARTINE, 2005; e COENTRO, 2011.
10. Cf. OCDE, 2011b.
11. Cf. COENTRO, Op. cit.
12. Cf. OIM, 2009, p19.
13. Cf. OIM, 2012, p. 68.
14. Segundo Gouveia, Saenz e Cogua (2011), há, na Venezuela, crescente agitação política e alarmantes taxas de criminalidade. Tais eventos, combinados com a polarização ideológica, teriam ajudado a transformar a Venezuela de um país de imigrantes em um país de emigrantes.
15. Cf. OCDE, 2011.
16. Vázquez (2012) argumenta que a reação do Governo às greves gerais de 2002 e 2003, ocorridas na empresa petrolífera estatal da Venezuela, teriam dado início à uma grande diáspora dos profissionais da área do petróleo, que se manteve mesmo com o aumento do preço do barril de petróleo e com a crise internacional.
17. Cf. OCDE, 2011b.
18. Cf. OCDE, Op.cit.
19. Cf. OCDE, Op.cit.
20. Comissão Independente sobre Migração para Alemanha, 2001, p.26.
21. GOZA apud ACCIOLY, 2009.
22. Cf. ACCIOLY, 2009, p.3.
23. O termo “drenagem dos cérebros” – traduzido por: migração de intelectuais, êxodo de competências, migração de talentos, transferência inversa de tecnologia” (GASER apud ACCIOLY, 1999, p.16) – é aqui utilizado em sentido figurado, sem que haja qualquer intenção de evocar um sentido biológico do termo.
24. ACCIOLY, 2009.
25. Cf. COENTRO e MARTES, 2009 apud COENTRO, Op. cit., p.20

26. Debate Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=NK0Y9j_CGgM: Segue-se a transcrição de um trecho da fala do Dr. Kaku: “Como é que a comunidade científica dos Estados Unidos não entra em colapso? Deixe-me lhe dizer algo, uma coisa que alguns de vocês podem não saber. A América tem uma arma secreta, essa arma secreta é o H1B. Sem o H1B, o estabelecimento científico deste país entraria em colapso. Esqueça o Google! Esqueça o Vale do Silício! Não haveria Vale do Silício sem o H1B. E você sabe o que o H1B é? É o visto dos gênios, ok? Você percebe que, nos Estados Unidos, 50% de todos os doutorandos são de origem estrangeira. No meu sistema, um dos maiores nos Estados Unidos, 100% dos doutorandos são de origem estrangeira. Os Estados Unidos são um ímã sugando todos os cérebros do mundo, mas agora os cérebros estão voltando”.
27. BORJAS e FRIEDBERG, 2009, p.
28. Cf. CERVANTES e GUELLEC, 2012,
29. STRAUBHAAR, 2000, pp.20-21.
30. Cf. IOM, 2010 a, p.11.
31. Cf. CERVANTES e GUELLEC, Op. cit.
32. Cf. COENTRO, Op. cit., p.18.
33. Cf. MARTIN 2006 apud COENTRO Op. cit.
34. Cf. COENTRO, Op. cit., p.19.
35. Cf. COENTRO, Op. cit.
36. Cf. CERVANTES e GUELLEC, Op. cit.
37. Cf. MARU, 2009.
38. CERVANTES e GUELLEC, Op. cit.
39. THE ECONOMIST, 2012.
40. Cf. GIBNEY, 2012.
41. Cf. FERNANDES e DINIZ, 2009.
42. Cf. CERVANTES e GUELLEC, Op. cit.
43. Cf. CHISWICK, 2005 apud COENTRO, Op. cit., p.43.
44. Cf. SELA, 2009 apud COENTRO, Op. cit.
45. Cf. RIOS-NETO, 2005.
46. Cf. UNFPA, Op. cit.
47. Cf. COENTRO, Op. cit.
48. Cf. United States Department of Labor, Bureau of Labor Statistics. Dados do mês de janeiro de 2012 com ajuste sazonal, disponível em: <http://www.bls.gov/eag/eag.us.htm>.
49. Cf. Dados referentes ao mês de dezembro dos respectivos anos, para a população com 10 anos de idade ou mais, calculada entre 6 regiões metropolitanas brasileiras: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, disponibilizadas pelo site do IBGE, acessado em: 20/06/2012.

50. Cf. COENTRO, Op.cit.
51. Cf. ALVES, 2008.
52. Cf. ALVES, Op. Cit. p.11.
53. Cf. BRITO, F., 2010.
54. Cf. MAGALHÃES, J.P. de Almeida in SAMPAIO, 1988.
55. OIM, 2012, p.67.
56. MCGURK, 2010.
57. Cf. OCDE 2010b.
58. Cf. HANUSHEK e WOESSMANN, 2008 apud OCDE 2010b.
59. O Índice Aon Hewitt de risco de pessoal classifica o risco no que se refere a dificuldades de recrutamento, emprego e reintegração de pessoas, comparando 30 fatores em 131 locais em todo o mundo, de acordo com escalas construídas segundo uma racionalidade comum. Cada um dos 30 fatores tem uma escala de 10 pontos associada com cinco afirmações. A classificação mais baixa possível, em geral, (sem risco) é de 25 pontos e a classificação mais alta possível (risco máximo) é de 250 pontos. Os 30 fatores são organizados em cinco categorias, ou clusters: (i) Riscos Demográficos: são aqueles associados à oferta de trabalho, à economia e à sociedade; (ii) Riscos Ligados ao Suporte Governamental: são aqueles associados à atuação governamental, quer em sentido positivo ou negativo, no que tange à gestão de pessoas; (iii) Riscos Ligados ao Sistema Educacional: são aqueles associados à dificuldade de encontrar profissionais qualificados; (iv) Riscos Ligados ao Desenvolvimento de Talentos: tratam da qualidade e disponibilidade de recursos para recrutamento e treinamento; e (V) Riscos Ligados às Práticas de Emprego: busca avaliar os riscos associados à contratação de pessoas. Para mais: Cf. Tabela I dos Anexos.
60. Cf. FOONG e LIM, 2011.
61. Cf. AGHION e HOWITT, 2006 apud OCDE 2010b.
62. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida composta a partir de dados de expectativa de vida ao nascer, educação e PIB (PPC) per capita (como um indicador do padrão de vida) recolhidos a nível nacional. A cada ano, os países membros da ONU são classificados de acordo com essas medidas.
63. O Knowledge Economy Index (KEI) – ou Índice de Economia do Conhecimento (IEC) – leva em conta se o ambiente do país é propício para o conhecimento a ser utilizado efetivamente para o desenvolvimento econômico. O KEI é calculado com base na média das pontuações de desempenho da região em 4 pilares relacionados à economia do conhecimento – incentivo econômico e regime institucional, educação e recursos humanos, o sistema de inovação e a priorização do governo em tecnologia da informação e Comunicação (TIC).

64. Cf. ARDICHVIL, ZAVYALOVA e MININA, 2012.
65. Cf. ARDICHVIL, ZAVYALOVA e MININA, Op. cit.
66. Cf. IBGE, 2009.
67. Cf. BRASIL, MEC-CAPES, 2010.
68. Cf. CGEE, 2010.
69. Cf. IBGE, 2000.
70. Para o parágrafo completo Cf. Coentro, Op. cit., p.69.
71. Cf. OCDE, 2009.
72. Cf. RICHMOND, 1988.
73. Cf. SASAKI e ASSIS, 2000.
74. Cf. THOMAS e ZNAIECKI, 1984.
75. Cf. GABACCIA, 1992.
76. Cf. HARRIS e TODARO, 1970 apud SASAKI e ASSIS, Op. cit.
77. Cf. PORTES, 1976.
78. Cf. SASAKI e ASSIS, Op. cit.
79. Cf. STARK e BLOOM, 1985 apud SASAKI e ASSIS, Op. cit.
80. Cf. MASSEY, 1997 apud SASAKI e ASSIS, Op. cit.
81. Cf. BECKER, 2006.
82. OIM, 2012, p.83.
83. Cf. Brasil/MTE, 2012.
84. Cf. CARVALHO, 2006.
85. Cf. REZENDE, 2005, p.130.
86. Cf. UNFPA, Op. cit.
87. Cf. GONÇALVES, 2008.
88. Revista Você S/A. Os chineses continuam chegando. De 08/04/2011. Disponível em: <http://vocesa.abril.com.br/desenvolva-sua-carreira/materia/chineses-continuam-chegando-628255.shtml>
89. Cf. FMI, 2012.
90. A escolha dos países europeus se deve à abundância de dados na base da EUROSTAT e não a qualquer forma de eurocentrismo.
91. Período do governo ditatorial no Brasil.
92. A Lei nº 6.964, de 9 dezembro de 1981 – Altera a disposições da Lei nº 6.815.

ANEXOS

ANEXO I

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E BIBLIOGRAFIA

ACCIOLY, T. A. Mobilidade da mão de obra qualificada no mundo atual: discutindo os conceitos de brain drain, brain gain, brain waste e brain exchange. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6, 2009, Belo Horizonte. Belo Horizonte: ABEP, 2009.

AGHION, P.; HOWITT, P. Appropriate Growth Policy: A unifying Framework, Journal of the European Economic Association, Vol.4, 2006.

ALEMANHA. The Independent Commission on Migration to Germany. Structuring Immigration, Fostering Integration. Berlim, 2001 Disponível em: http://www.bmi.bund.de/SharedDocs/Downloads/EN/Broschueren/Structuring_Immigration_-_Fostering_Id_14625_en.pdf?__blob=publicationFile acessado em 02/05/2012

ALVES, José Eustáquio Diniz . A transição demográfica e a janela de oportunidade. Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial. São Paulo, 2008.

ANDERSON, B. (org.). Nação e Consciência Nacional. São Paulo: Ática, 1989. 191 p.

ARDICHVIL, A., ZAVYALOVA, E., MININA V. Human capital development: comparative analysis of BRICs. Journal of Training and Development, Vol. 36, p.213-233, 2012.

BALAKRISNAN, G. (org.). Um mapa da questão nacional. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p.334.

BAUER, T.K.; KUNZE, A. The Demand for High-Skilled Workers and Immigration Policy. RWI Discussion Paper Series, Nº 11. Alemanha: IZA, p.27, 2003.

BECKER, D.B. The Brazilian Immigrant Experience: A Study on the Evolution of a Brazilian Community in Somerville and the Greater Boston Area. Urban Borderlands. Medley, MA: Tufts University, p.81, 2006.

BORJAS, G.J. e FRIEDBERG, R.M. Recent Trends in The Earnings of New Immigrants to the United States. NBER Working Paper Series. Working Paper 15406. National Bureau of Economic Research. Cambridge, MA: 2009. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w15406>, acessado em: 20/08/12.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Plano de Ação 2012-2015, Balanço das Atividades Estruturantes 2011. Brasília: 2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego / Coordenação-Geral de Imigração (Brasil/MTE - CGIg). Guia de Procedimentos – Autorização de Trabalho a Estrangeiro. Brasília: MTE, 2012. Disponível em http://www.mte.gov.br/trab_estrang/Guia_Procedimentos.pdf, acessado em 20/05/12.

_____. Estatísticas – Coordenadoria Geral de Imigração, 2012. Disponível em <http://portal.mte.gov.br/geral/estatisticas.htm>, acessado em 14/06/2012.

_____. Resolução Normativa nº 84, de 10 de fevereiro de 2009. Disciplina a concessão de autorização para fins de obtenção de visto permanente para investidor estrangeiro – pessoa física. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BA5F4B7012BA713454612E5/rn_20090210_84.pdf, acessado em 06/08/12.

_____. Resolução Normativa nº 82, de 3 de dezembro de 2008. Disciplina a concessão de visto a cientista, professor, pesquisador ou profissional estrangeiro que pretenda vir ao país para participar de conferências, seminários, congressos ou reuniões na área de pesquisa e desenvolvimento ou para a cooperação científico-tecnológica, e a estudantes de qualquer nível de graduação ou pós-graduação. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812D14FB21012D2CE5AD4811C1/rn_20081203_82.pdf, acessado em 06/08/12.

_____. Resolução Normativa nº 80, de 16 de outubro de 2008. Disciplina a concessão de autorização de trabalho para a obtenção de visto temporário a estrangeiro com vínculo empregatício no Brasil. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BA5F4B7012BA738E7092751/rn_20081016_80.pdf, acessado em 06/08/12.

_____. Resolução Normativa nº 62, de 8 de dezembro de 2004. Disciplina a concessão de autorização de trabalho e de visto permanente a estrangeiro, Administrador, Gerente, Diretor, Executivo, com poderes de gestão, de Sociedade Civil ou Comercial, Grupo ou Conglomerado econômico. Disponível em http://portal.mte.gov.br/trab_estrang/resolucao-normativa-n-62-de-08-12-2004.htm, acessado em 06/08/12.

_____. Resolução Normativa nº 61, de 8 de dezembro de 2004. Disciplina a concessão de autorização de trabalho e de visto a estrangeiro sob contrato de transferência de tecnologia e/ou de prestação de serviço de assistência técnica, de acordo de cooperação ou convênio, sem vínculo

empregatício ou em situação de emergência.

Disponível em:

http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BA5F4B7012BAFF7CE364479/rn_20041208_61.pdf, acessado em 06/08/12.

_____. Resolução Normativa nº 1, de 29 de abril de 1997. Concessão de visto para professor ou pesquisador de alto nível e para cientistas estrangeiros. Disponível em http://portal.mte.gov.br/trab_estrang/resolucao-normativa-n-1-de-29-04-1997.htm, acessado em 06/08/12.

BRITO, Fausto. A Reinvenção da Transição Demográfica: Envelhecer antes de Enriquecer?. CEDEPLAR/FACE/UFMG. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20401.pdf, acessado em 15/07/2012.

CARVALHO, José Alberto Magno. Migrações internacionais do Brasil nas duas últimas décadas do século XX: Algumas facetas de um processo complexo e amplamente desconhecido. In: BRASIL. Migrações internacionais e a Previdência Social. Brasília: MPAS, SPS, CGEP, 2006: p.9-32.

CERVANTES, M.; GUELLEC, D. The Brain Drain: Old myths, new realities. 2002. OECD Observer Nº. 230, 2009. Disponível em: http://www.OECDobserver.org/news/archivestory.php/aid/673/The_brain_drain:_Old_myths,_new_realities.html, acessado em 18/06/2012

CHISWICK, Barry R. High skilled immigration in the international arena. IZA Discussion Paper Series Nº 1782. Alemanha: IZA, 2005.

COENTRO, L.U. Políticas Públicas e Gestão das Migrações Internacionais no Brasil: Uma reflexão sobre os migrantes qualificados. São Paulo: FGV, 2011. p.170, Dissertação (mestrado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/8239>, acessado em 20/05/2012.

COENTRO, L.U.; MARTES, A.C.B. Emigração de estudantes e profissionais qualificados: Há fuga de cérebros no Brasil? In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 33, 2009, Caxambu. Caxambu: ANPOCS, 2009. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/component?option=com_docman/task,catalog_view/gid,77/Itemid,85/, acessado em 30/06/2012.

COMISSÃO EUROPEIA. Moving Europe: EU Research on migration and policy needs. Directorate-General for Research Socio-economic Sciences and Humanities, Bruxelas, 2009. Disponível em: http://ec.europa.eu/research/social-sciences/pdf/policy-review-migration-publication_en.pdf, acessado em 24/05/12.

DOCQUIER, F., LOHEST, O., MARFOUK, A. Brain Drain in Developing Countries. The World Bank Economic Review, Oxford University Press, Vol 21 , Nº2, p.193-218, 2007.

DOCQUIER, F., MARKFOUK, A. International migration by education attainment, 1990-2000. In: SCHIFF, M. and ÖZDEN, Ç. International migration, remittances, and the brain drain. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2006.

ESTADOS UNIDOS, Department of Labor, Bureau of Labor Statistics. Dados do mês de janeiro de 2012 com ajuste sazonal, disponível em: <http://www.bls.gov/eag/eag.us.htm>

_____. Department of State. Bureau of Consular Affairs, 2012. Disponível em http://travel.state.gov/visa/frvi/ineligibilities/ineligibilities_1364.html, acessado em 18/06/2012.

EUROSTAT, 2012. Disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home/>

FERNANDES, D., DINIZ, A. 2009. Brain drain or brain gain? In which direction does the Brazilian diaspora go? In: IUSSP INTERNATIONAL POPULATION CONFERENCE, 26, Marrakech, 2009. Marrakech: IUSSP, 2009. Disponível em: <http://iussp2009.princeton.edu/abstractViewer.aspx?submissionId=91830>, acessado em 20/08/2012.

FOONG, A., LIM, T. Comparative Employment Risks in the BRIC Countries. HR Connect – Asia Pacific. Vol.4, Nº 2, Aon Hewitt, 2011. Disponível em http://www.aon.com/thought-leadership/asia-connect/Attachments/leadership-and-talent/Leadership-Talent-2011Mar_Comparing_Employment_Risks_in_BRIC.pdf, acessado em 09/08/2012.

FIRMEZA, George Torquato. Brasileiros no exterior. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA). State of World Population 2006 – A passage of hope: Women and International Migration. Nova Iorque: UNFPA, 2006. Disponível em: www.unfpa.org/swp/2006/pdf/en_sowp06.pdf, acessado em 20/07/2012.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. IMF Data Mapper, 2012. Disponível em: <http://www.imf.org/external/datamapper/index.php>, acessado em 28/07/12.

FRANÇA, L. Os chineses continuam chegando. Revista Você S/A, 08/04/2011. Disponível em: <http://vocesa.abril.com.br/desenvolva-sua-carreira/materia/chineses-continuam-chegando-628255.shtml>

FRANZOLINI, C., SCELLATO, G., STEPHAN, P. Foreign Born Scientists: Mobility Patterns for Sixteen Countries. National Bureau of Economics, Cambridge, 2012. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w18067>, acessado em 28/08/2012.

GABACCIA, Donna. Seeking common ground: multidisciplinary studies of immigrant women in the United States. Londres: Praeger, 1992.

GIBNEY, Elizabeth. Import/export model: brain drain and gains among major scientific nations. *Times higher education*, 2012. Disponível em: <http://www.timeshighereducation.co.uk/story.asp?storycode=420053#.T73vRhyGB5M>, acessado em 18/06/2012.

GODOY, D., GÓIS, A. País perde cada vez mais “cérebros” para o exterior. *Folha de São Paulo*, 02/12/2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.br/fsp/cotidian/ff0212200701.htm>, acessado em 06/09/2012.

GONÇALVES, P.C. Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo, 2008. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-30092008-162725>, acessado em 06/09/2012.

GOUVEIA, L., SAENZ, R., e COUGUA, J. From Disney to Chavez: Venezuelan Migrants in the U.S.. In: CONGRESSO DA REDE INTERNACIONAL DE MIGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, 4, 2011, Quito: FLACSO. Disponível em: http://www.flacsoandes.org/web/imagesFTP/1308864822.Ponencia_Lourdes_Gouveia_Saenz_Cogua.pdf

GOZA, Franklin. Brazil, Modern Era Migration. In *Encyclopedia of Global Human Migration*, Immanuel Ness (ed.), Wiley Blackwell Publishers, 2011.

_____. Brazilian Immigrants. In *Multicultural America: An Encyclopedia of the Newest Americans*, Ronald Bayor (ed.), Santa Barbara, CA: Greenwood Press, p.149-203, 2011.

_____. Immigrant Social Networks: The Brazilian Case. Working Paper Series. Center for Family and Demographic Research, 2005. Disponível em: <http://>

www.bgsu.edu/downloads/cas/file35391.pdf, acessado em 06/09/2012.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HARRIS, J.R., TODARO, M.P. Migration, unemployment and development: a two sector analysis. *American Migration Review*, vol.60 n°1, p.126-142, 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>, acessado em 06/08/12.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2009, IBGE, 2009. Disponível em: <http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=PD295>, acessado em 18/06/2012.

KEELEY, Brian. *The Migration Debate*. International Migration: The Human Face of Globalisation, OECD Publishing, 2009. Disponível em: http://www.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/international-migration_9789264055780-en, acessado em 20/07/2012.

MAGALHÃES, J.P. Almeida. Prefácio, In: SAMPAIO, L.S.C. *Lógica e Economia*. Rio de Janeiro: Instituto Cultura Nova, 1988.

MALTHUS, Thomas. *An Essay on the Principle of Population*. Londres, 1798. Disponível em: <http://129.237.201.53/books/malthus/population/malthus.pdf>, acessado em 11/06/2012.

MARTIN, Susan. US Employment-based admissions: Permanent and temporary. Migration Policy Institute, Policy Brief 15, 2006.

MARTINE, George. A Globalização Inacabada: migrações internacionais e pobreza no século XXI. *São Paulo em Perspectiva* Vol. 19(3), p.3-22, 2005.

MARU, Mehari Taddele. Brain Drain Development Support Policy Coherence. Paper apresentado no workshop preparatório na Comissão para a União Africana, 2008.

MASSEY, Douglas et al. The social organization of migration – the social process of international migration from Western Mexico. Berkeley: University of California Press, 1990, p.139-171.

MCGURK, John. Talent Development Countries in the BRIC Countries. CIPD Hot Topics, 2010. Disponível em:

http://www.cipd.co.uk/NR/rdonlyres/EB69B9A5-BACO-4D67-94EA-C65B5601A0AA/0/Talent_development_BRIC_countries.pdf.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. International Migration Outlook 2011. Development Centre Studies, OECD Publishing, 2011a.

_____. Tackling the Policy Challenges of Migration: Regulation, Integration, Development. OCDE Publishing, 2011b.

_____. International Migration Outlook 2010. Development Centre Studies, OCDE Publishing, 2010a.

_____. OECD Economic Reforms, 2010 Going for Growth. OECD Publishing, 2010b.

_____. PISA 2009 Results: What Students Know and Can Do: Student Performance in Reading, Mathematics and Science, 2010c. Disponível em: <http://www.oecd.org/pisa/pisaproducts/48852548.pdf>, acessado em 20/06/2012.

_____. International Migration Outlook 2008. Development Centre Studies, OCDE Publishing, 2008.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. Economic Cycles, Demographic Change and Migration. Migration Policy Research, International Dialogue on Migration n° 19, 2012.

_____. Enhancing the Role of Return Migration in Fostering Development. Migration Policy Research, International Dialogue on Migration n° 15, 2010a.

_____. Migration and Social Change. Migration Policy Research, International Dialogue on Migration n° 17, 2010b.

_____. The Impact of Financial Crises on International Migration. Migration Policy Research, Migration Research Series n° 37, 2009.

_____. Migration from Latin America to Europe. Migration Policy Research, Migration Research Series n° 18, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Relatório do Secretário-Geral sobre Migrações Internacionais e desenvolvimento. In ASSEMBLEIA GERAL, 2010. Disponível em http://www.gfmd.org/documents/65th-UNGA_Report-of-UN-Sec-Gen.pdf, acessado em 30/07/2012.

PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais: Teorias, políticas e movimentos sociais. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a02v2057.pdf>, acessado em 14/06/2012.

PATARRA, N., BAENINGER, R. Migrações internacionais recentes: o caso do Brasil. In: PATARRA, N. (Coord.). Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo. São Paulo: FNUAP, 1995.

PORTES, A. Determinants of the Brain Drain. International Migration Review, Vol.10, N° 4. The Center for Migration Studies, Nova Iorque, 1976.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Relatório de Desenvolvimento Humano 2009. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2009. Disponível em http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2009_PT_Complete.pdf, acessado em 05/09/2012.

REZENDE, D.F. Reflexões sobre os sistemas de migração internacional: proposta para uma análise estrutural dos mecanismos intermediários, 2005, p.204. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005.

RICHMOND, Anthony H. Immigration and ethnic conflict, Londres: MacMillan Press, p.218, 1988.

RIOS-NETO, Eduardo. Managing Migration: The Brazilian Case. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG. Texto para discussão nº 249, 2005. Disponível em: <http://cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20249.pdf>

SASAKI, E., ASSIS G.O. Teorias das migrações internacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12, 2000, Caxambu: ABEP, 2000. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt16_2.pdf, acessado em 30/05/2012.

SASSEN, Saskia. The mobility of labor and capital: a study in international investment and labor flow. Nova Iorque, Cambridge University Press, 1988.

SISTEMA ECONÔMICO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE. Migración de recursos humanos calificados y desarrollo humano en América Latina y el Caribe. Caracas, 2010.

STARK, O., BLOOM, D.E. The new economics of labour migration. American Economic Review, vol. 75, p.173-8, 1985.

STRAUBHAAR, Thomas. International mobility of the highly skilled: brain gain, brain drain or brain exchange, HWWA Discussion Paper, Nº. 88, 2000. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10419/19463>.

THE ECONOMIST. Visa for Entrepreneurs (Let the job-creators in: America's government should give more visas to people with ideas / Where creators are welcome:. Australia, Canada and even Chile are more open than America), 2012. Disponíveis em: <http://www.economist.com/node/21556579?frsc=dg%7Ca>, acessado em 10/08/2012.

THOMAS, W.I., ZNANIECKI, F. The Polish Peasant in Europe and America. 1818 (1ªed.), Chicago: University of Illinois Press, 1984.

TURNER, B.S. Max Weber: From history to modernity. Londres: Routledge, 1992.

VÁZQUEZ, G. An Evaluation of Brain Drain in the Case of Venezuela's Petroleum Company. Tese (Master of Arts) University of Miami, 2012. Disponível em: http://scholarlyrepository.miami.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1353&context=oa_theses.

WEBER, M. Economia e Sociedade. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

ANEXOS 2

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

TABELA I - ÁREAS E FATORES DE RISCO DE CAPITAL HUMANO


Áreas de Risco de Capital Humano	Fatores de Risco de Capital Humano
Demografia	<ol style="list-style-type: none"> 1. Tamanho da População Economicamente Ativa 2. Imigração /Emigração* 3. Produtividade da Força de Trabalho 4. Envelhecimento da População. 5. Disponibilidade de Força de Trabalho no Futuro*
Suporte Governamental	<ol style="list-style-type: none"> 6. Risco de Planejamento da Força de Trabalho Futura* 7. Risco Político e de Terrorismo * 8. Taxas de Criminalidade e Violência 9. Relações Governamentais 10. Corrupção
Sistema de Educação	<ol style="list-style-type: none"> 11. Taxa de Alfabetismo 12. Capacidade do Sistema de Educação 13. Formados em Escolas do Ensino Médio 14. Matrículas no Ensino Superior 15. Gastos com Educação
Desenvolvimento de Talentos	<ol style="list-style-type: none"> 16. Qualidade de Talentos Disponíveis 17. Qualidade do Treinamento 18. Qualidade da Gestão de Treinamento 19. Línguas Faladas 20. Drenagem de Cérebros
Práticas de Emprego	<ol style="list-style-type: none"> 21. Viés e Favoritismo 22. Relações de Trabalho 23. Rotatividade de Pessoal 24. Benefícios na Área de Saúde 25. Benefícios de Aposentadoria 26. Oportunidade Iguais 27. Recrutamento Executivo 28. Saúde e Segurança das Ocupações 29. Restrições de Redundância* 30. Rigidez dos Custos com Pessoal


TABELA II - RESULTADOS DO PISA (PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DE ESTUDANTES INTERNACIONAIS): O QUE OS ESTUDANTES SABEM E CONSEGUEM FAZER (2009)

	Na escala de leitura total	Nas subescalas de leitura					Na escala matemática	Na escala de ciências
		Acessar e recuperar informações	Integrar e interpretar	Refletir e avaliar	Textos contínuos	Textos não contínuos		
Xangai - China	556	549	558	557	564	539	600	575
Coréia	539	542	541	542	538	542	546	538
Finlândia	536	532	538	536	535	535	541	554
Hong Kong - China	533	530	530	540	538	522	555	549
Cingapura	526	526	525	529	522	539	562	542
Canadá	524	517	522	535	524	527	527	529
Nova Zelândia	521	521	517	531	518	532	519	532
Japão	520	530	520	521	520	518	529	539
Austrália	515	513	513	523	513	524	514	527
Holanda	508	519	504	510	506	514	526	522
Bélgica	506	513	504	505	504	511	515	507
Noruega	503	512	502	505	505	498	498	500
Estônia	501	503	500	503	497	512	512	528
Suíça	501	505	502	497	498	505	534	517
Polônia	500	500	503	498	502	496	495	508
Islândia	500	507	503	496	501	499	507	496
Estados Unidos	500	492	495	512	500	503	487	502
Lichtenstein	499	508	498	498	495	506	536	520
Suécia	497	505	494	502	499	498	494	495
Alemanha	497	501	501	491	496	497	513	520
Irlanda	496	498	494	502	497	496	487	508
França	496	492	497	495	492	498	497	498
Taipei	495	496	499	493	496	500	543	520
Dinamarca	495	502	492	493	496	493	503	499
Reino Unido	494	491	491	503	492	506	492	514
Hungria	494	501	496	489	497	487	490	503
Portugal	489	488	487	496	492	488	487	493
Macau - China	487	493	488	481	488	481	525	511
Itália	486	482	490	482	489	476	483	389
Letônia	484	476	484	492	484	487	482	494
Eslovênia	483	489	489	470	484	476	501	512
Grécia	483	468	484	489	487	472	466	470
Espanha	481	480	481	483	484	473	483	488
República Checa	478	479	488	462	479	474	493	500
República Eslovaca	476	491	481	466	489	471	497	490

	Na escala de leitura total	Nas subescalas de leitura					Na escala matemática	Na escala de ciências
		Acessar e recuperar informações	Integrar e interpretar	Refletir e avaliar	Textos contínuos	Textos não contínuos		
Croácia	476	492	472	471	478	472	460	486
Israel	474	463	473	483	477	467	447	455
Luxemburgo	472	471	475	471	471	472	489	484
Áustria	470	477	471	463	470	472	496	494
Lituânia	468	476	469	463	470	462	477	491
Turquia	464	467	459	473	466	461	445	454
EAU (Dubai)	459	458	457	466	461	460	453	466
Federação Russa	459	469	467	441	461	452	468	478
Chile	449	444	452	452	453	444	421	447
Sérvia	442	449	445	430	444	438	442	443
Bugária	429	430	436	417	433	421	428	439
Uruguai	426	424	423	436	429	421	427	427
México	425	433	418	432	426	424	419	416
Romênia	424	423	425	426	423	424	414	428
Tailândia	421	431	416	420	423	423	419	425
Trinidad e Tobago	416	413	419	413	418	417	414	410
Colômbia	413	404	411	422	415	409	381	402
Brasil	412	407	406	424	414	408	386	405
Montenegro	408	408	420	483	411	398	403	401
Jordânia	405	394	410	407	417	387	387	415
Tunísia	404	393	393	427	408	393	371	401
Indonésia	402	399	397	409	405	399	371	383
Argentina	398	394	398	402	400	391	388	401
Cazaquistão	390	397	397	373	399	371	405	400
Albânia	385	380	393	376	392	366	377	391
Catar	372	354	379	376	375	361	368	379
Panamá	371	363	372	377	373	359	360	376
Peru	370	364	371	368	374	356	365	369
Azerbaijão	362	361	373	355	362	351	431	373
Quirguistão	314	299	327	300	319	393	331	330

Fonte: Base de dados OCDE, PISA 2009.

 Acima da média dos países da OCDE (em níveis estatisticamente significativos).

 Diferença não significativa estatisticamente, em relação à média dos países da OCDE.


 Abaixo da média dos países da OCDE (em níveis estatisticamente significativos).

TABELA III - PAÍSES DE ORIGEM DOS TRABALHADORES ESTRANGEIROS COM 17 ANOS DE ESTUDO OU MAIS, POR CATEGORIA DE VISTO CONCEDIDO (2006-2011)

Pais de Origem	Artista ou Desportista	Diplomatas	Emprego em Multinacional Brasileira	Estágio ou Treinamento	Executivo de Empresa Multinacional	Investidor	Professor ou Pesquisador	Reunião Familiar	Terceiro Setor	Trabalho a Serviço do Governo	Trabalho Marítimo	Trabalho Temporário	Transferência de Tecnologia	Visto Especial	Total
Eua	20	0	226	4	34	13	24	1	0	0	33	30	112	1	498
França	4	0	183	22	22	10	30	1	0	0	9	16	32	7	336
Japão	0	0	73	2	30	0	0	0	0	0	73	28	103	0	309
China	0	0	128	0	5	1	2	0	0	0	0	15	23	0	174
Alemanha	7	0	58	5	11	7	28	0	1	0	3	19	18	2	159
Portugal	1	0	84	1	19	4	19	0	1	0	3	6	9	1	148
Índia	0	0	33	1	0	0	3	0	0	0	14	3	89	0	143
Itália	1	0	42	1	5	13	30	1	0	0	0	6	13	0	112
Espanha	2	0	43	1	10	3	14	1	0	0	3	3	24	0	104
Peru	2	0	33	0	1	1	47	1	0	0	1	13	2	1	102
Colômbia	6	0	28	1	2	0	28	1	0	0	1	9	8	1	85
Grã Bretanha	1	0	36	3	2	1	9	0	0	0	8	7	15	0	82
México	0	1	34	0	9	1	2	0	0	0	2	7	26	0	82
Canadá	13	2	15	1	4	1	4	0	0	1	6	5	22	0	74
Noruega	4	0	4	0	4	1	2	0	0	0	7	0	47	0	69
Holanda	0	0	31	0	1	4	3	1	2	0	2	14	6	0	64
Bélgica	2	0	21	0	1	1	3	0	0	0	10	3	19	0	60
Suécia	0	0	14	3	2	1	2	0	0	0	3	5	15	0	45
Venezuela	1	0	23	1	2	0	2	0	0	0	0	4	5	1	39
Coréia	0	0	5	0	16	1	0	0	0	0	1	3	11	0	37
Argentina	0	0	3	0	1	0	20	0	0	0	0	3	5	0	32
Finlândia	0	0	10	0	0	0	0	0	0	0	4	7	10	0	31
Polônia	1	0	5	0	0	0	0	0	0	0	10	1	9	0	26
Rússia	2	0	5	0	1	0	13	0	0	0	2	0	1	1	25
Austrália	0	0	6	0	2	1	0	0	0	0	2	1	9	0	21
Dinamarca	1	0	9	0	1	0	1	0	0	0	3	2	4	0	21
Suíça	7	0	6	1	0	1	1	0	0	0	0	2	3	0	21
Chile	0	1	2	0	2	0	8	1	0	0	0	3	2	1	20
Áustria	3	0	6	0	1	1	1	1	0	0	0	1	3	0	17
Cuba	0	0	1	0	0	0	13	0	0	0	0	2	0	0	16
Equador	0	0	12	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	15

Pais de Origem	Artista ou Desportista	Diplomatas	Emprego em Multinacional Brasileira	Estágio ou Treinamento	Executivo de Empresa Multinacional	Investidor	Professor ou Pesquisador	Reunião Familiar	Terceiro Setor	Trabalho a Serviço do Governo	Trabalho Marítimo	Trabalho Temporário	Transferência de Tecnologia	Visto Especial	Total
Costa Rica	0	0	7	0	0	0	1	0	0	0	0	3	0	0	11
Uruguai	1	0	1	0	0	1	5	0	1	0	0	1	1	0	11
Taiwan	0	0	8	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	10
Ucrânia	0	1	1	0	0	0	2	1	0	1	0	2	1	1	10
Irlanda	0	0	3	0	1	0	0	0	0	0	1	1	3	0	9
Romênia	0	0	2	0	0	0	3	0	0	0	1	0	3	0	9
Bolívia	0	0	2	0	0	0	2	0	0	0	0	3	1	0	8
Nova Zelândia	0	0	1	0	2	0	0	1	0	0	1	0	2	0	7
Panamá	0	0	4	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1	0	7
Malásia	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2	0	3	0	6
República da África Do Sul	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	6
Bulgária	1	0	3	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	5
Filipinas	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	1	1	0	5
Grécia	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	5
Irã	0	0	1	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2	0	5
Israel	2	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Paquistão	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	0	5
República Tcheca	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Tailândia	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	0	5
Guatemala	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	4
Honduras	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	4
Hungria	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Paraguai	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	1	0	0	0	4
República de El Salvador	0	0	3	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	4
Turquia	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	4
Camarões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	3
Cingapura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	3
Nigéria	0	0	2	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Sérvia	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	3
Trinidad e Tobago	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	3
Armênia	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
Azerbaijão	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
Croácia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	2

Pais de Origem	Artista ou Desportista	Diplomatas	Emprego em Multinacional Brasileira	Estágio ou Treinamento	Executivo de Empresa Multinacional	Investidor	Professor ou Pesquisador	Reunião Familiar	Terceiro Setor	Trabalho a Serviço do Governo	Trabalho Marítimo	Trabalho Temporário	Transferência de Tecnologia	Visto Especial	Total
Eslováquia	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
Nicarágua	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	2
Porto Rico	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
Albânia	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Angola	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Bangladesh	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Barbados	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Cabo Verde	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Casaquistão	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Eslovênia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Gâmbia	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Gana	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Indonésia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Iraque	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Jordânia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Letônia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Líbano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Lituânia	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Marrocos	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Mianma	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Moldávia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Namíbia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Outros	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
República Árabe Do Egito	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
São Vicente	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Senegal	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Tunísia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Vietnã	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Total Geral	85	6	1251	47	195	68	338	13	5	2	219	237	693	18	3177

FONTE: DAPP/FGV com base nos dados do MTE.

TABELA IV - UF DE DESTINO DOS TRABALHADORES ESTRANGEIROS COM 17 ANOS DE ESTUDO OU MAIS, POR TIPO DO VISTO (2006-2011)

Estado de destino	Artista ou desportista	Diplomatas	Emprego em multinacional brasileira	Estágio ou treinamento	Executivo de empresa multinacional	Investidor	Professor ou Pesquisador	Reunião Familiar	Terceiro Setor	Trabalho a serviço do governo	Trabalho marítimo	Trabalho temporário	Transferência de Tecnologia	Visto especial	Total Geral
AL	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	2
AM	0	0	24	1	6	0	10	0	0	1	9	12	13	1	77
AP	0	0	5	0	1	0	0	0	0	0	3	2	3	0	14
BA	0	0	27	0	1	4	9	0	0	0	0	5	4	0	50
CE	0	0	7	0	0	12	9	0	0	0	1	0	11	0	40
DF	1	5	25	0	1	0	23	1	2	1	2	6	4	3	74
ES	0	0	2	0	0	0	4	0	0	0	1	2	6	0	15
GO	0	0	1	0	1	2	2	1	0	0	2	0	2	1	12
MA	0	0	2	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	4
MG	20	0	41	2	7	5	18	1	0	0	1	11	38	1	145
MS	0	0	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	4
MT	0	0	2	0	0	0	2	0	0	0	0	1	0	0	5
PA	0	0	2	1	2	0	7	0	0	0	0	0	6	0	18
PB	0	0	0	0	0	1	3	0	0	0	0	0	0	0	4
PE	0	0	9	0	1	0	23	0	0	0	0	3	1	0	37
PI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
PR	4	0	44	1	8	0	18	0	0	0	1	18	10	0	104
RJ	16	1	229	7	39	12	96	4	1	0	85	24	207	2	723
RN	0	0	1	0	0	2	9	0	0	0	2	1	0	0	15
RS	0	0	30	0	2	2	15	0	0	0	0	9	13	0	71
SC	0	0	9	0	3	2	10	0	0	0	0	10	7	2	43
SE	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	1	0	0	0	3
SP	42	0	734	35	115	21	53	6	2	0	109	133	344	4	1598
TO	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Não Informado	2	0	54	0	8	3	22	0	0	0	2	0	23	3	117
Total Geral	85	6	1251	47	195	68	338	13	5	2	219	237	693	18	3177

FONTE: DAPP/FGV com base nos dados do MTE.

TABELA V - PAÍSES DE ORIGEM (TOP 10) E UF DE DESTINO DOS TRABALHADORES ESTRANGEIROS QUE POSSUEM 17 ANOS DE ESTUDO OU MAIS (2006-2011)

UF/País	EUA	FRANÇA	JAPÃO	CHINA	ALEMANHA	PORTUGAL	ÍNDIA	ITÁLIA	ESPANHA	PERU	Total do Top 10	Representatividade do Top 10 (%)
AL	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2	100,00%
AM	4	6	22	0	3	2	0	1	0	1	39	50,65%
AP	0	0	12	0	0	0	2	0	0	0	14	100,00%
BA	18	0	0	0	2	4	3	2	0	5	34	68,00%
CE	5	3	1	2	2	2	1	3	7	0	26	65,00%
DF	19	5	1	1	0	3	5	2	4	2	42	56,76%
ES	1	1	0	0	1	0	0	3	0	1	7	46,67%
GO	3	0	0	0	0	1	1	0	0	2	7	58,33%
MA	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	3	75,00%
MG	21	6	20	1	14	5	5	9	5	9	95	65,52%
MS	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	50,00%
MT	0	2	0	0	1	0	0	0	0	1	4	80,00%
PA	3	4	0	1	0	1	0	0	0	0	9	50,00%
PB	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2	50,00%
PE	5	3	0	0	4	5	1	4	2	0	24	64,86%
PI	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	100,00%
PR	22	23	9	0	6	3	4	0	2	5	74	71,15%
RJ	112	101	9	41	18	31	28	31	17	21	409	56,57%
RN	2	2	0	0	1	3	1	1	1	0	11	73,33%
RS	21	6	0	4	7	4	4	2	1	8	57	80,28%
SC	4	4	0	1	5	2	0	1	2	2	21	48,84%
SE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	66,67%
SP	239	155	223	121	87	72	84	48	61	39	1.129	70,65%
TO	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	100,00%
Não Informado	14	13	12	2	7	10	4	2	2	4	70	59,83%
Total Geral	498	336	309	174	159	148	143	112	104	102	2.085	65,63%

FONTE: DAPP/FGV com base nos dados do MTE.

ANEXOS 3

RELAÇÃO DE ÍNDICES

ÍNDICE DE ACRÔNIMOS:

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
BRICs	Brasil, Rússia, Índia e China
CGIg	Coordenação-Geral de Imigração
CNIg	Conselho Nacional de Imigrações
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
GFB	Global Financial Board
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEC	Índice de Economia do Conhecimento
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MJ	Ministério da Justiça
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIM	Organização Internacional para as Migrações
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PF	Polícia Federal
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RF	Receita Federal
SELA	Sistema Econômico Latino Americano e do Caribe
SIAPRO	Sistema de Acompanhamento de Processos
SINCRE	Sistema de Registro e Cadastro de Estrangeiros
SINTE	Sistema de Tráfego Internacional
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UF	Unidade Federativa
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas

ÍNDICE DE FIGURAS

- Figura 2.2.1** Mapa dos percentuais de profissionais com ensino superior completo que emigram dos países assinalados (membros ou não da OCDE) para países membros da OCDE, 2011
- Figura 2.5.1.9.1** Mapa do quantitativo de mestres e doutores vivendo no Brasil, assinalados por países de origem, Censo 2010
- Figura 2.6.4** Taxa de desemprego entre pessoas de idade entre 20 e 34 anos com ao menos ensino superior completo, em diversos países europeus, 2003-2007
- Figura 2.7.1** Árvore de macroprocessos das instituições envolvidas na gestão da imigração

ÍNDICE DE GRÁFICOS

- Gráfico 2.1.1** Série histórica do número de vistos concedidos pelo governo brasileiro a trabalhadores imigrantes venezuelanos, 2006-2011
- Gráfico 2.1.2** Série histórica do número de vistos concedidos pelo governo brasileiro a trabalhadores imigrantes haitianos, 2006-2011
- Gráfico 2.2.1** Série histórica do número de vistos H-1B concedidos pelo governo norte americano, 1989-2004
- Gráfico 2.2.2** Percentual de não nacionais na população altamente qualificada (barra) empregada, e percentual de não nacionais na totalidade da população empregada (esferas), países europeus selecionados, 1998
- Gráfico 2.2.3** Percentual de não nacionais na população altamente qualificada (barra) empregada, e percentual de não nacionais na totalidade da população empregada (esferas), alguns países particularmente bem sucedidos em sua política de atração de imigrantes qualificados, 2011
- Gráfico 2.2.4** Série histórica do percentual de vistos permanentes concedidos por razões econômicas pelos governos da Austrália, Canadá e EUA, 1991-2011
- Gráfico 2.2.5** Percentual dos 17.182 cientistas, de 16 países pesquisados, que publicaram em periódicos selecionados nas áreas de biologia, química, ciências da terra e ciências ambientais, que emigraram de, e imigraram para, cada um dos países, 2011
- Gráfico 2.2.6** Quantidades totais entre os 17.182 cientistas, de 16 países pesquisados, que publicaram em periódicos selecionados nas áreas de biologia, química, ciências da terra e ciências ambientais, que emigraram de, e imigraram para, cada um dos países, 2011
- Gráfico 2.2.7** Série histórica do número de vistos concedidos a trabalhadores estrangeiros, segundo faixas de escolaridade: baixa (menor ou igual a 8 anos de estudo), média (de 9 a 15 anos de estudo) ou alta (16 ou mais anos de estudo), 2006-2011
- Gráfico 2.3.1** Projeção da evolução da composição etária e por gênero da população brasileira em quatro recortes cronológicos: 1950, 2010, 2030 e 2050
- Gráfico 2.4.1** Índice Aon Hewitt de Risco associado ao sistema de ensino (barra) e de risco geral de recrutamento (linha) para as principais cidades dos países pertencentes ao grupo dos BRICs, 2011
- Gráfico 2.4.4** Percentual da população que atingiu educação superior em dois grupos etários (25 a 34 anos e 55 a 64 anos), BRICs, África do Sul e Chile, 2005
- Gráfico 2.4.5** Comparativo entre as taxas de escolarização bruta no ensino superior, BRICS e Coreia do Sul, 1971-2001

- Gráfico 2.4.6 Comparativo entre as taxas de escolarização bruta no ensino superior, BRICs e Coreia do Sul, 2001-2005
- Gráfico 2.5.1.1.1 Percentuais dos vistos concedidos a trabalhadores estrangeiros por gênero, 2006-2011
- Gráfico 2.5.1.2.1 Número total de imigrantes vivendo no Brasil (25 anos ou mais) por estado civil, 2010
- Gráfico 2.5.1.2.2 Número total de imigrantes com títulos de mestrado ou doutorado completo vivendo no Brasil (pessoas com 25 anos ou mais) por estado civil, 2010
- Gráfico 2.5.1.3.1 Número total de imigrantes vivendo no Brasil por faixa etária (pessoas com 25 anos ou mais), 2010
- Gráfico 2.5.1.4.1 Percentuais do total de imigrantes vivendo no Brasil por período em que fixaram residência no país (pessoas com 25 anos ou mais), 2010
- Gráfico 2.5.1.5.1 Percentuais dos imigrantes vivendo no Brasil que, no ano de referência, estavam dando prosseguimento aos estudos (pessoas com 25 anos ou mais)
- Gráfico 2.5.1.5.2 Percentual de imigrantes vivendo no Brasil por titulação: não graduados, graduados, mestres/doutores (pessoas com 25 anos ou mais), 2010
- Gráfico 2.5.1.6.1 Percentuais dos imigrantes com mestrado/doutorado vivendo no Brasil por período em que fixaram residência no país (pessoas com 25 anos ou mais), 2010
- Gráfico 2.5.1.6.2 Percentuais de imigrantes não graduados vivendo no Brasil por período em que fixaram residência no país (pessoas com 25 anos ou mais), 2010
- Gráfico 2.6.1.7.1 Percentuais de imigrantes vivendo no Brasil por situação do domicílio: urbano versus rural (pessoas com 25 anos ou mais), 2010
- Gráfico 2.5.1.8.1 Percentuais de vistos de trabalho permanentes versus temporários concedidos pelo governo brasileiro, 2006-2011
- Gráfico 2.5.1.8.2 Percentuais de vistos de trabalho permanentes e temporários concedidos pelo governo brasileiro a trabalhadores de alta qualificação (16 anos de estudo ou mais), 2006-2011
- Gráfico 2.5.1.8.3 Série histórica do número de vistos concedidos pelo governo brasileiro a trabalhadores estrangeiros por período de permanência (temporário versus quatro anos ou mais de permanência), 2006-2011
- Gráfico 2.5.1.8.4 Quantidades dos diferentes tipos de vistos de trabalho emitidos pelo governo brasileiro, 2006-2011
- Gráfico 2.5.1.8.5 Quantidades de vistos concedidos pelo governo brasileiro a trabalhadores estrangeiros com altíssima qualificação (17 anos de estudo ou mais), de acordo com os tipos de visto e seu período de permanência (temporário versus quatro anos ou mais), 2006-2011
- Gráfico 2.5.1.8.6 Série histórica anual acumulada do número de vistos de trabalho para quatro anos ou mais de permanência concedidos pelo governo brasileiro para trabalhadores estrangeiros com alta qualificação (16 anos de estudo ou mais), 2006-2011
- Gráfico 2.5.1.8.7 Série histórica do número de vistos de trabalho concedidos pelo governo brasileiro a trabalhadores estrangeiros com alta qualificação (16 anos de estudo ou mais), 2006-2011
- Gráfico 2.5.1.8.8 Série histórica do número de vistos concedidos pelo governo brasileiro para professores e pesquisadores, 2006-2011
- Gráfico 2.5.1.9.1 Número de imigrantes vivendo no Brasil por país de origem (Ranking dos 20 primeiros) e período em que fixaram residência no país (pessoas com 25 anos ou mais), 2010
- Gráfico 2.5.1.9.2 Série histórica do número de vistos concedidos pelo governo brasileiro a trabalhadores estrangeiros oriundos de diferentes países, constando dos quatro países que mais enviaram trabalhadores legais entre os anos de 2006 e 2011

- Gráfico 2.5.1.9.3** Série histórica do número de vistos concedidos pelo governo brasileiro a trabalhadores estrangeiros com alta qualificação (16 anos de estudo ou mais) por país de origem, constando dos quatro países que mais enviaram trabalhadores nesta categoria, 2006-2011
- Gráfico 2.5.1.9.4** Quantidades totais de vistos concedidos pelo governo brasileiro a trabalhadores estrangeiros de alta qualificação (16 anos de estudo ou mais) por país de origem, tempo de permanência (eixo primário), e percentual do número de vistos para trabalhadores com alta escolaridade frente ao total de vistos concedidos (eixo secundário), 2006-2011
- Gráfico 2.5.1.9.5** Vistos concedidos pelo governo brasileiro a trabalhadores estrangeiros, por país de origem, segundo os eixos ‘percentual de vistos concedidos a trabalhadores altamente qualificados (16 anos de estudo ou mais) frente ao total de vistos concedidos’ e ‘número total de vistos concedidos para trabalhadores medianamente qualificados’, 2006-2011
- Gráfico 2.5.1.10.1** Número de vistos concedidos pelo governo brasileiro a trabalhadores estrangeiros por UF de destino, com alta (16 anos de estudo ou mais), média (de 9 a 15 anos de estudo) e baixa (menor ou igual a 8 anos de estudo) escolaridade, 2006-2011
- Gráfico 2.5.1.10.2** Número de vistos concedidos a trabalhadores estrangeiros na categoria professor ou pesquisador por UF de destino, 2006-2011
- Gráfico 2.6.1** Taxa de desemprego no conjunto dos países europeus, por área de estudo e faixas de idade, 2003-2007
- Gráfico 2.6.2** Taxa de desemprego entre pessoas com ensino superior completo e idade entre 20 e 34 anos em diversos países europeus, 2003-2007
- Gráfico 2.6.3** Taxa de desemprego entre pessoas com idade entre 20 e 34 anos, por gênero, em diversos países europeus, 2003-2007
- Gráfico 2.6.5** Cruzamento entre taxa de desemprego nos países de origem (entre países europeus acrescidos dos EUA) e o total de vistos concedidos por quatro anos ou mais para pessoas altissimamente qualificadas (com 17 anos de estudo ou mais), 2010
- Gráfico 2.6.6** Quantidades de vistos concedidos pelo governo brasileiro a trabalhadores estrangeiros altissimamente qualificados (17 anos de estudo ou mais), por países de origem (países selecionados de acordo com os gráficos anteriores), 2010

ÍNDICE DE TABELAS

- Tabela 2.1.1** Tipologia dos impactos negativos das migrações, com base nas alterações provocadas pelas crises financeiras precedentes
- Tabela 2.4.2** Comparação dos BRICs de acordo com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de Economia do Conhecimento (IEC), 2012
- Tabela 2.2.1** Migração não discricionária nos países da OCDE selecionados, 2003
- Tabela 2.6.1** Taxa de desemprego entre pessoas com ao menos ensino superior completo e idade entre 20 e 34 anos, por áreas de formação selecionadas (países selecionados de acordo com os gráficos anteriores), 2003-2007

